www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2024
NÚMERO 22.361 • 38 PÁGINAS • R$ 4,00

Direito & Justiça

Idosos ficam mais na fila

Quase 9 milhões de pessoas com mais de 60 anos aguardam um desfecho para processos em tramitação. Pesquisa do CNJ mostra que esses casos levam mais tempo que os demais.

Entrevista

Divulgação

João Carlos Souto analisa caso Trump: "Justiça dos EUA não se mete em eleições".

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Foco no ensino básico e creches

Presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba disse, ao *CB.Poder*, que o incentivo, neste momento, é promover a alfabetização e a educação básica no país.

PÁGINA 4

CDL promove Dia sem Imposto

PÁGINA 17

Novo olhar para o *Grande Sertão*

Obra clássica do escritor Guimarães Rosa ganha adaptação contemporânea para o cinema, com direção de Guel Arraes e estrelado por Caio Blat.

PÁGINA 26

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

Participantes do evento destacaram que, ao comprar um produto falsificado, a população estará financiando diretamente organizações criminosas

Aumento de impostos beneficia mercado ilegal

O aumento irrestrito de taxações com a reforma tributária pode estimular a venda de produtos ilegais. Essa é a análise feita por autoridades e especialistas que participaram do *CB.Fórum*, realizado pelo **Correio**, em parceria com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). "Caso ocorra maior oneração com a reforma, o ilegal vai se aproveitar disso. "O crime e as milícias estão sendo financiados por essas práticas", alerta Edson Vismona, presidente da FNCP. Para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a reforma vai simplificar o sistema tributário do Brasil, combater fraudes e contribuir para a melhoria da segurança pública no país.

Efraim Filho

Reginaldo Lopes

Aguinaldo Ribeiro

Edson Vismona

Camila Pintarelli

Maria Carmen Fantini

Luiz Gustavo Bichara

Pery Shikida

Andrey Corrêa

Paulo Pereira

Sérgio Mori

PÁGINAS 7 A 9

Senado aprova a "taxa da blusinha"

Com alterações, o plenário da Casa, em votação simbólica, aprovou a cobrança de uma alíquota de 20% sobre compras internacionais até US$ 50. Representantes da indústria brasileira aprovaram a medida. "Uma forma de minimizar os danos e de proteger empregos", destacou a CNC. PÁGINA 2

Rafael Ribeiro/CBF

O craque se apresenta

Com novo visual, Vini Júnior se integra à Seleção Brasileira, na Flórida, para disputar a Copa América. Militão e Rodrygo também chegaram. PÁGINA 24

Mais apoio à população em situação de rua

PÁGINA 15

Saúde

Doe sangue

Estoque da Fundação Hemocentro está abaixo do adequado para sangue tipo O+, O- e B.

PÁGINA 16

Eleição

Europa à direita

Conservadores devem ganhar força nas votações para o Parlamento Europeu.

PÁGINA 11

Lula Marques/ Agência Brasil

Ringue — O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados se transformou numa praça de guerra durante sessão que arquivou acusação de suposta "rachadinha" contra André Janones. PÁGINA 3

Pacto para proteger florestas

Governo federal e estados preparam ações para reduzir riscos de incêndio no Pantanal e na Amazônia no período de seca, que vai até setembro. "Estamos nos antecipando. Vamos ter uma grande estiagem", prevê Marina Silva.

PÁGINA 6

ISSN 1808-2661

PODER

Lira pressiona e "taxa da blusinha" é aprovada

Tributação de 20% para as compras de até US$ 50 em sites internacionais passa em votação simbólica. Presidente da Câmara ameaçou derrubar todo o PL do Mover se "jabuti" não avançasse. Articulação do governo agiu e evitou desgaste para Lula

» ÂNDREA MALCHER

Depois da ameaça do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a cobrança da alíquota de 20% para as compras de até US$ 50 em sites internacionais — a chamada "taxa da blusinha" — foi aprovada, ontem, no Senado, em votação simbólica. A pressão do deputado funcionou. Ele anunciou que derrubaria todo o projeto de lei que instituiu o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) caso o texto voltasse à Câmara sem o "jabuti" da taxação de 20%. Isso fez com que o governo se movimentasse para que a emenda passasse.

A "taxa da blusinha" foi votada como destaque, o único aceito pelo relator do PL do Mover, Rodrigo Cunha (Podemos-AL). Com as alterações, o projeto volta para a análise da Câmara, que deve manter o que foi aprovado pelo Senado.

Cunha retirou o "jabuti" da "taxa da blusinha" do parecer que elaborou, protocolado na terça-feira. A decisão surpreendeu os líderes partidários da Casa, além de Lira e do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do Senado.

A alteração não estava pactuada e houve grande mal-estar. Com a ameaça de Lira, a tensão aumentou e os representantes do Palácio do Planalto no Congresso tiveram de agilizar as articulações, a fim de que não houvesse novo desgaste entre Lira e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O relator pretendia que a "taxa da blusinha" fosse tratada em outra proposta ou por outras medidas, como o Remessa Conforme, do Ministério da Fazenda. "Esse assunto das blusinhas não deveria estar aqui. É uma artimanha legislativa para entrar um 'jabuti' em um projeto extremamente importante para o país e para as próximas gerações, que é o Mover", criticou.

Condição para vinda de veículo do exterior

O Programa Mover impõe requisitos para a comercialização e importação de veículos novos no Brasil. Além disso, institui regime de incentivos às atividades de pesquisa e desenvolvimento pela indústria automotiva. Pelo texto aprovado no Senado, o projeto cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT) e estabelece índices de conteúdo local de bens e serviços.

Apelo

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), interveio e exortou os parlamentares a votar a favor da taxação. "É preciso saber dos colegas se queremos transformar o Brasil num território livre, sem nenhuma regra, que vai ser invadido por plataformas de fora, ou se queremos defender a indústria nacional e o comércio local", cobrou.

Um dos poucos senadores de oposição a manifestar posição favorável à "taxa da blusinha" foi Jorge Seif (PL-SC). "Não sejamos hipócritas e populistas. Os chineses não podem fazer o que querem no comércio brasileiro", afirmou.

O PL do Mover foi aprovado por 67 senadores e sem registro de votos contrários ou abstenções. Pacheco pretendia votar o texto-base do projeto de lei simbolicamente, porém Wagner pediu para que fosse votado nominalmente. Em relação à "taxa da blusinha", o "jabuti" passou por votação simbólica, depois que as lideranças do governo, do PT, do MDB e do PSD solicitassem que a emenda fosse destacada do projeto voltado para a indústria automobilística.

Pedro França/Agência Senado

Cunha (ao microfone) surpreendeu ao retirar a "taxa da blusinha" do PL do Mover. Para ele, o tema não deveria ser tratado como "jabuti"

Indústria aplaude tributo à importação

A aprovação da "taxa da blusinha" foi comemorada pelos setores industriais. A Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) afirmou que a taxação de 20% para as compras de até US$ 50 em sites internacionais é um primeiro passo, mas ainda insuficiente, para o que chamou de "equívoco do governo que tem custado R$ 100 bilhões ao ano aos cofres públicos e prejudicado a indústria nacional".

Segundo o presidente da FIEMG, Flávio Roscoe, as empresas deixaram de faturar cerca de R$ 99 bilhões, em 2022, com as importações isentas de tributos de produtos de pequeno valor. A federação aponta, ainda, que entre 2021 e 2022, houve um aumento de 132% na importação desses produtos.

"O Congresso acaba de tomar uma decisão importante para garantir a competitividade dos produtos brasileiros em relação aos importados. A FIEMG espera que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpra o acordo e sancione o projeto de lei o mais rápido possível. A isenção é claramente uma prática desleal. Precisamos garantir que a concorrência seja justa. Os benefícios para os produtos nacionais e importados precisam ser iguais", cobrou.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo foi na mesma linha e classificou positivamente a introdução da taxação. A cobrança, segundo a CNC, será uma forma de minimizar os "danos à economia brasileira" e de "proteger os empregos e a renda gerada pelo comércio".

"A isenção teve um impacto significativo no varejo brasileiro, gerando preocupações quanto à competitividade do setor nacional. Estudos da confederação indicam que a não taxação ocasionava uma queda de até 57% no volume de vendas do varejo, considerando efeitos diretos, indiretos e induzidos. Com o início da cobrança de 20% de imposto de importação, o prejuízo estimado deve cair para 7%", salienta a entidade em nota.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Caso Marcelo Odebrecht fecha o caixão da Lava-Jato

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a revisão da decisão monocrática do ministro Dias Toffoli, que anulou todos os atos da 13ª Vara Federal de Curitiba contra o empresário Marcelo Odebrecht, no contexto da Operação Lava-Jato. Por meio de agravo interno, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, solicitou a reconsideração da decisão pelo próprio ministro ou que o caso seja levado ao plenário do Supremo.

A decisão de Toffoli foi provocada por um pedido da defesa de Marcelo, na qual pleiteava a extensão de duas decisões anteriores do próprio ministro, que anularam todos os atos praticados pela 13ª Vara sob o argumento de "conluio processual" entre o então juiz federal Sergio Moro e os procuradores da força-tarefa da Lava-Jato, que investigava o escândalo da Petrobras e outros delitos. No mês passado, o pedido foi aceito pelo ministro do STF, que anulou todas as provas.

Gonet ponderou que os casos são diferentes e a anulação dos atos não deveria ser estendida ao acordo de leniência de Marcelo, que fez um acerto de delação premiada com a Justiça, assinado por Moro — à época responsável pelos processos da Lava-Jato em primeira instância. Segundo argumenta o MPF, o pedido de extensão deve ter estreita simetria com o pedido originário e com o que o tribunal nele decidiu: "Há aqui a falta de correlação estrita entre o pedido e a decisão tomada no decisório que poderia servir de paradigma", avalia.

O acordo de leniência anulado por Toffoli foi assinado em dezembro de 2016 com o MPF do Paraná, que conduzia a Lava-Jato, coordenada pelo ex-procurador Deltan Dallagnol. O Ministério Público Federal alega ter a prerrogativa de firmar esse tipo de acordo. Entretanto, a Lei Anticorrupção, de 2013 — na qual o acordo de leniência é previsto — diz que somente a Controladoria-Geral da União (CGU) pode fazer acordos nos casos relacionados ao Poder Executivo federal e contra a administração pública estrangeira.

A Odebrecht foi investigada na Lava-Jato por um esquema de propina revelado com detalhes no acordo de leniência de Marcelo Odebrecht. O livro *A Organização* (Companhia das Letras), da jornalista Malu Gaspar, conta o caso em detalhes. Gonet lembra que Marcelo confessou a prática de crimes contra a administração pública, bem como diversos executivos da empresa, sob a supervisão final do STF.

"Não há, desse modo, como anular as investigações e processos, que decorreram desse acordo, e que agora seguem curso nas instâncias ordinárias", argumenta.

Moro e os procuradores da Força-Tarefa de Curitiba adotaram métodos heterodoxos de investigação. O ex-juiz foi considerado suspeito para julgar os casos e as provas estão sendo anuladas uma a uma, por terem sido obtidas sem respeitar o chamado devido processo legal. O caso de Marcelo praticamente fecha a tampa do caixão da Lava-Jato, embora o procurador-geral da República ainda tenha a esperança de mitigar a decisão para salvar o acordo de leniência.

Empreiteiras

Dificilmente Toffoli fará a revisão de sua decisão monocrática e, provavelmente, submeterá o pedido da PGR aos demais membros da Segunda Turma do STF: os ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin, Nunes Marques e André Mendonça. Com exceção de Fachin, todos são considerados "garantistas" — isto é, advogam o estrito respeito aos ritos do processo penal.

Deflagrada em 2014 pela Justiça Federal, a Lava-Jato investigou um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro no país. Começou com a descoberta de um esquema de lavagem de dinheiro em um posto de gasolina de Brasília, envolvendo o ex-deputado federal José Janene e os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater.

Uma rede de doleiros que atuava em várias regiões do Brasil, por meio de empresas de fachada, contas em paraísos fiscais e contratos de importação fictícios, "lavava" o dinheiro desviado da administração pública. Nas duas primeiras fases da operação, foram executados 119 mandatos de busca e apreensão, 30 mandados de prisão e 25 mandados de condução coercitiva. Entre os presos, estavam Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobras) e Youssef, que realizaram um acordo de delação premiada — ou seja, passaram a contribuir com as investigações em troca de benefícios.

Executivos da Petrobras, vários políticos do PP, do PT e do MDB, as empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Correia, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, Engevix e UTC, e diversas empresas de outros ramos estavam envolvidos. O esquema também incluía grandes obras públicas de infraestrutura, como a construção da Usina Nuclear Angra 3, a Ferrovia Norte-sul e as obras realizadas para a Copa do Mundo, como a reforma do Maracanã.

PODER

Nepotismo vale em cargo público

Por 7 x 4, STF não vê impedimento para que parentes chefiem Executivo e Legislativo nos âmbitos federal, estadual e municipal

» RENATO SOUZA

Nelson Jr./SCO/STF

"Mais do que atuar como legislador, o que se pleiteia é que avance o Judiciário como poder constituinte, limitando direitos de eventuais candidatos aos cargos eletivos descritos, estabelecendo novo caso de inelegibilidade reflexa e infringindo a independência do Poder Legislativo"

Trecho do voto da ministra Cármen Lúcia

Por 7 x 4, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, que o nepotismo — ou seja, a nomeação de parentes — não vale para cargos políticos. A deliberação respondia a uma ação apresentada pelo PSD, que argumentava que a Constituição proibiu a criação de "oligarquias" na política — que gera concentração de poder em uma mesma família.

O pedido tinha por objetivo impedir que parentes de até segundo grau ocupassem os cargos de chefe do Poder Executivo (presidente, governador e prefeito) e no Legislativo (presidente da Câmara, de assembleia legislativa e câmara de vereador) em uma mesma circunscrição. O pedido era de que a proibição fosse aplicada nos estados, nos municípios e no âmbito federal, alcançando a Presidência da República, a Câmara e o Senado.

No caso em que a ação do PSD se baseou, a Corte analisou uma lei do Município de Tupã (SP) que permitia a nomeação de parentes das autoridades nomeantes, até terceiro grau, consanguíneos ou afins, para cargo de secretário municipal. O município justificou ao STF que a decisão da Corte que vedou o nepotismo não alcança cargos de natureza política.

Na ação, o PSD pedia a "impugnação de atos do poder público que conduzam parentes até o segundo grau a ocupar, concomitantemente, as chefias do Poder Legislativo e do Poder Executivo no âmbito do mesmo ente político". A relatora do caso era a ministra Cármen Lúcia que, ao votar, afirmou que o Legislativo é quem deve decidir sobre eventuais proibições — para ela, o Supremo não poderia proibir, sob risco de invadir as competências de outro poder.

"O que pretende o autor é a fixação por este Supremo Tribunal de tese abstrata que importaria em instituição de novos requisitos para um parlamentar poder assumir a presidência da Casa Legislativa. Mais do que atuar como legislador, o que se pleiteia é que avance o Judiciário como poder constituinte, limitando direitos fundamentais de eventuais candidatos aos cargos eletivos descritos, estabelecendo novo caso de inelegibilidade reflexa e infringindo a independência do Poder Legislativo, em descompasso com o princípio da separação dos poderes", justificou Cármen.

Discordância

O ministro Flávio Dino foi um dos que divergiram do voto da relatora. Para ele, a Constituição veda expressamente este tipo de prática. "A ocupação simultânea, pelo cônjuge ou pelos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, da chefia do Poder Legislativo e do Poder Executivo de um mesmo ente político poderá comprometer a necessária independência entre os Poderes, disposta no art. 2º da Constituição Federal", destacou.

Dino destacou que cabe ao Poder Legislativo fiscalizar o Executivo — atividade que, na visão dele, fica prejudicada caso o chefe do Executivo seja parente de alguém que ocupe cargo de comando no Legislativo. "Isso porque, dentre as funções do Poder Legislativo, há aquelas que são intrinsecamente ligadas à fiscalização dos atos do Executivo, bem como ao processamento e julgamento do seu chefe nos crimes de responsabilidade, mediante a instauração de processo de impeachment", frisou.

CONSELHO DE ÉTICA

Janones se salva e sessão vira balbúrdia

» ÂNDREA MALCHER

O Conselho de Ética da Câmara aprovou, ontem, o arquivamento do processo de cassação do mandato do deputado André Janones (Avante-MG), acusado pelo PL de chefiar um esquema de "rachadinha" em seu gabinete. O parecer do relator Guilherme Boulos (PSol-SP) foi aprovado por 12 x 5. Ele considerou que o caso não deveria ir adiante, argumentando que as acusações seriam anteriores ao atual mandato de Janones. Ressaltou, ainda, que as acusações eram de conhecimento público desde 2022.

Ao ser decretado o resultado favorável a Janones, uma imensa confusão se formou. Os bolsonaristas partiram para cima do parlamentar com xingamentos e ameaças de agressão física. A certa altura, foi cercado pelos deputados delegado Éder Mauro (PL-PA), Delegado Caveira (PL-PA), Zé Trovão (PL-SC) e Nikolas Ferreira (PL-MG). O mínimo que se escutou nesse momento foram berros de "ladrão", "vagabundo" e "safado" na direção de Janones.

O deputado, porém, resolveu reagir às agressões verbais e passou a rebatê-las, tornando a situação ainda mais tensa. A Polícia Legislativa interveio para tentar acalmar. Zé Trovão teve de ser contido, pois queria agredir Janones — que, por sua vez, escolheu Nikolas como alvo dos xingamentos. Chamou-o para a briga, desde que visse sem seguranças.

Mesmo sendo levado para fora da sala onde ocorreu a sessão, a confusão continuou pelos corredores. Nikolas e um grupo de assessores saíram atrás de Janones e os dois trocaram vários insultos. O deputado do PL provocava o do Avante chamando-o para brigar, o que quase aconteceu se auxiliares e seguranças não tivessem impedido.

Tensão

Mas, antes de toda a confusão, já se podia perceber que o clima na sessão era de profunda animosidade. Enquanto justificava o teor do relatório que elaborara, Boulos e Pablo Marçal (PRTB) — que acompanhava a sessão e usava irregularmente na lapela o pin de deputado federal, algo que não é — também trocaram ofensas.

"O debate que se faz aqui, e que está posto no relatório, que nenhum dos que fizeram espetáculo aqui tratou. Trouxeram até coach picareta para tentar tumultuar a sessão. Espero muito — não sei se está aqui ainda o coach picareta — que não venda sua candidatura para o prefeito (de São Paulo) Ricardo Nunes. Vá até o fim, que quero te enfrentar nos debates. É o que mais quero. Não venda sua candidatura, que tem gente que está dizendo que você já está vendendo", provocou Boulos, que assim como Marçal é pré-candidato à prefeitura paulistana. "Se a Justiça concluir que, no caso do deputado André Janones, houve crime, que ele seja punido. Agora, não é esse o debate que se está fazendo aqui", acrescentou o relator.

A representação do PL acusava o deputado do Avante de cobrar repasses de parte dos salários de funcionários que trabalhavam em seu gabinete. Janones foi gravado, em 2019, cobrando a rachadinha, sob o argumento de que servidores com maiores salários devolveriam parte da remuneração para que seu patrimônio pessoal fosse recomposto. O caso é investigado pela Polícia Federal (PF). **(Colaborou Fabio Grecchi)**

Reproduções/Redes sociais

Ao sair a decisão, bolsonaristas agridem Janones...

...que é tirado da sessão provocando os adversários

Nikolas o persegue pelos corredores querendo briga...

...e Janones reage xingando e tentando agredi-lo

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Salvem os acordos e o discurso

Ao voltar atrás e apoiar a taxação das compras de até US$ 50 em sites estrangeiros, o governo tenta recuperar o sentimento de "parceria" com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e a capacidade de negociação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Há quem diga que se o Poder Executivo tivesse deixado esse tema de lado, atendendo ao pedido da primeira-dama Janja, o governo perderia espaço de negociação na Câmara e o discurso de que precisa de recursos. Em nome do diálogo, dos acordos e do discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionará o texto que sair do Congresso. Pelo menos, é isso que se diz no Palácio do Planalto.

» » »

E por falar em recursos, a ideia colocada no *CB.Forum* desta semana, de taxar armas e apostas esportivas na internet dentro do imposto seletivo, foi anotada por parlamentares que acompanharam o evento. Virá alguma emenda nesse sentido.

Vai fazer água

O setor produtivo reagiu mal à Medida Provisória (MP) 1.127, que pretendia compensar a desoneração da folha de pagamentos, mas terminou por mexer no planejamento das empresas relacionado à utilização de crédito presumido de PIS-Cofins para abater débitos de outros impostos. Além dos 17 setores atendidos com a desoneração da folha, outros vão entrar na pressão contra a MP.

Preocupação geral

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) é um dos que se soma ao rol de preocupados com a alteração, com a bola rolando, das regras de crédito do PIS-Cofins. A essa altura do ano, todo o setor produtivo está colocando seu planejamento em prática e a MP trará insegurança jurídica e corre o risco de travar investimentos.

Por falar em MP...

A MP 1.127 é vista como o maior desafio de Lula no comando da articulação política do governo. O tema deve esquentar o mês de julho, em Brasília.

Agosto de lançamentos

A contar pelas conversas de Arthur Lira, durante a festa de aniversário do presidente da Frente Parlamentar do Agro, Pedro Lupion (PP-PR), o candidato de centro à Presidência da Casa será conhecido em agosto. Em meio à campanha eleitoral, porém, difícil manter esse calendário. A tendência é ficar para outubro.

CURTIDAS

Reproduções/Redes sociais

Relação truncada/ O fato de Eduardo Leite **(foto)** trazer o rascunho de uma medida provisória foi lido no Planalto como a intenção do governador do Rio Grande do Sul de desenhar um discurso do tipo: "Eu sugeri, o governo federal é que não quis".

Hora de acertar o passo/ Qualquer desconfiança será conversada hoje, no trajeto de Brasília à Base Aérea de Canoas, no avião presidencial.

Todos vão ao Papa/ Depois do encontro entre o Papa Francisco e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, no início de maio, agora é a vez do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, visitar hoje o Vaticano. A presidente do banco dos Brics, Dilma Rousseff, esteve com o sumo pontífice no fim de abril.

Cada um com um discurso/ Haddad deve abordar a taxação das grandes fortunas com Francisco. Já Alexandre Silveira conversou com o Papa sobre as políticas públicas de combate à pobreza e transição energética, em implantação no Brasil. Dilma, que havia sido a primeira chefe de Estado e de governo a receber o sumo pontífice, na Marcha da Juventude, no Rio de Janeiro, em 2013, tratou dos temas mais diversos — de combate à fome a estratégias para atenuar as mudanças climáticas.

CB.PODER / Para Fernanda Pacobahyba, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, avanços registrados na primeira fase da educação básica ocorrem porque os municípios, hoje, seguem as mesmas diretrizes

Padronização ajuda alfabetização

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O avanço da alfabetização no Brasil se deve ao Pacto Nacional pela Alfabetização, que padronizou a educação básica de todos os municípios. A avaliação é da presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Pacobahyba, entrevistada de ontem do *CB.Poder* — uma parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília. Dados do Ministério da Educação, divulgados em 29 de maio, mostram que alfabetização na idade certa voltou ao patamar de antes da pandemia.

"Foi um passo extremamente importante. Parece uma coisa pequena, mas não é. Comparar diferentes estados que não estão na mesmas regras ou padrão é injusto", explica Fernanda.

Segundo a presidente do FNDE, a função da instituição é padronizar a educação e por meio de novas estruturas escolares, formação de professores e profissionais que atuam junto ao desenvolvimento dos alunos. "Uma criança que tem apoio, sustentação psicológica, estruturas de desenvolvimento, e que é instigada a melhorar a capacidade intelectual, muito provavelmente vai ser um adulto próspero, que vai conseguir atingir melhores níveis da educação. É nisso que a padronização da educação se baseia", argumenta.

As diferenças na educação entre as regiões brasileiras ainda são profundas e refletem as discrepâncias de cada unidade da Federação. Mas isso não quer dizer que os estados mais ricos do país estejam sempre em melhores condições. Fernanda mostra que os do Sudeste tiveram queda no nível de alfabetização, se comparados a alguns estados do Nordeste.

"Vimos municípios do Sudeste caindo e outros no Nordeste subindo. É curioso dentro da própria desigualdade regional que existe no Brasil. O líder nacional na alfabetização é o Ceará.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Segundo Fernanda, escolas modulares serão mais um instrumento para o desenvolvimento da alfabetização

Essa liderança dá um zoom em algumas transformações que algumas unidades da Federação têm feito para superar esse quadro histórico de desigualdade na educação do Brasil", observou.

Fernanda também defendeu que a construção de escolas modulares é o caminho mais importante para desenvolver a alfabetização. A proposta do FNDE é usar outros tipos de materiais para agilizar a construção de uma unidade escolas que possa atender a população o mais rápido possível.

"São o novo modelo de construção, que é mais ágil e mais seguro. É uma forma de acelerar o número de escolas e creches para acompanhar a demanda, pois as crianças crescem muito rápido. Hoje, uma creche ou uma escola demora em torno de quatro anos para ser construída", salienta.

Ela observa que mais de 1 milhão de alunos precisam de vagas em escolas, mas as obras não acompanham a demanda. Fernanda assegura que o novo modelo de construção funcionará na recuperação de escolas no Rio Grande do Sul. Em evento hoje, o FNDE apresentará o modelo de construção das escolas modulares.

*** Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

FAKE NEWS

Lira cria grupo para elaborar PL

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou ontem a instalação de um grupo de trabalho para discutir o Projeto de Lei das Fake News, após a proposta travar na Casa sob acusações de censura por parte da oposição e pressão contrária das big techs. O grupo será composto por 20 deputados, entre bolsonaristas, representantes da esquerda e líderes evangélicos.

O colegiado terá 90 dias para concluir os trabalhos e poderá realizar audiências públicas e reuniões com órgãos e entidades da sociedade civil, além de profissionais, juristas e autoridades que tenham relação com o assunto.

A criação do grupo foi anunciada por Lira em 9 de abril. Na ocasião, o debate sobre fake news havia voltado ao Congresso após o bilionário Elon Musk ameaçar descumprir ordens do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relacionadas à suspensão de contas no X (antigo Twitter).

O grupo terá a participação do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL das Fake News. Também farão parte do colegiado os deputados Eli Borges (PL-TO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Gustavo Gayer (PL-GO) e Filipe Barros (PL-PR) — que são dois dos principais representantes do bolsonarismo na Câmara. Compõem também o colegiado Erika Hilton (SP), líder do PSol na Casa, Ana Paula Leão (PP-MG) e Fausto Pinato (PP-SP).

No início de abril, Lira afirmou que, do jeito que estava, o projeto "não ia a canto nenhum". "O texto foi polemizado", afirmou o presidente da Câmara, na ocasião. "Teve os problemas da agência reguladora, de todas as versões feitas e praticadas pelas redes sociais com relação à falta de liberdade de expressão, à censura. Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não tem apoio. Não é questão de governo e oposição", emendou.

» Erundina é internada após sentir falta de ar

A deputada Luiza Erundina (PSol-SP) sentiu-se mal, ontem, na reunião na Comissão de Direitos Humanos e foi hospitalizada às pressas, em Brasília. Ela discursava sobre uma matéria da qual é relatora no colegiado, quando sentiu falta de ar e precisou ser retirada da sala. Segundo assessores da parlamentar, ela está sob atendimento médico no Hospital Sírio-Libanês e o quadro de saúde era considerado estável — até o fechamento desta edição. A parlamentar foi prefeita de São Paulo e, aos 89 anos, é a deputada federal mais velha na atual legislatura da Câmara. "A deputada Erundina, uma mulher que todos temos que reverenciar, com quase 90 anos, encontra-se na UTI, com a saturação baixíssima. Nós, mulheres deputadas, queríamos nos solidarizar com a deputada Erundina lá no hospital", disse a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), ao apresentar uma questão de ordem para o fim da sessão na Casa.

TRAGÉDIA NO SUL

Lula visita novamente áreas devastadas do RS

Presidente vai para Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio, cidades do Vale do Taquari. Leite é convidado para voo presidencial

» VICTOR CORREIA
» MAYARA SOUTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva viaja hoje para o Rio Grande do Sul para visitar as áreas afetadas pelas enchentes — que deixaram 172 mortos. Essa é a quarta vez que o chefe do Executivo vai ao estado, após a tragédia ambiental. Ele estará em Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio, cidades do Vale do Taquari. Apenas na região, 25 pessoas seguem desaparecidas.

Lula viaja acompanhado de parte de sua equipe de ministros, além do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). O tucano esteve, ontem, em Brasília para participar de solenidade no Palácio do Planalto, em homenagem ao Dia do Meio Ambiente. Ele tentou se reunir a sós com o presidente para detalhar a série de demandas para a reconstrução do Rio Grande do Sul, mas foi chamado apenas para tomar um café com o petista junto a outros governadores.

Por outro lado, o tucano foi convidado a pegar uma "carona" na aeronave presidencial até o Rio Grande do Sul. "Ele me ofereceu de ir com ele no avião, para que a gente pudesse conversar sobre os pontos que são mais críticos. Coloquei na mão dele o ofício", reforçou à imprensa após o café no gabinete.

Entre os pedidos de Leite, está a flexibilização das obrigações trabalhistas e a recomposição das receitas. O governador apontou que a suspensão do pagamento da dívida do ente federado com a União por três anos não foi suficiente para aliviar o orçamento estadual, e que deve haver uma perda entre R$ 6 bilhões e R$ 10 bilhões na arrecadação.

Visitas

Segundo a Defesa Civil, o Rio Grande do Sul tem ainda 44 pessoas desaparecidas, 806 feridas e mais de 610,2 mil fora de casa. Cidades foram devastadas: 476, de um total de 497, sofreram algum tipo de dano. O estado também soma bilhões de reais em prejuízos.

Hoje, Lula vai acompanhar ações de recuperação na região do Vale do Taquari, a mais afetada pelas águas. No final da manhã, o político visita o bairro Passo de Estrela, em Cruzeiro do Sul, onde praticamente todas as casas foram destruídas – das 850, 650 foram perdidas. Duas mil pessoas moravam no bairro.

Em seguida, o presidente viaja para Arroio do Meio, onde visita a cozinha solidária montada pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). O ministro das Cidades, Jader Filho, confirmou que acompanhará a comitiva. Waldez Góes, do Desenvolvimento Regional, e o ministro da secretaria extraordinária para Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, também estarão presentes.

Homenagem

Divulgação

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) recebeu, ontem, parte do grupamento de militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) que ajudou nos resgates às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. A equipe atuou em frentes de ações de busca e de salvamento, socorrendo cerca de 270 adultos e 20 crianças, durante 15 dias, em São Leopoldo e Bento Gonçalves. O trabalho também resultou na busca e resgate em estruturas colapsadas, ajuda humanitária a 82 pessoas, atendimentos a 132 pacientes que se encontravam em abrigos, além do resgate de 98 animais.

MEIO AMBIENTE

Governo assina pacto para proteger florestas

A meta é reduzir o risco de incêndios que ameaçam o Pantanal e a Amazônia por conta do período de seca — que vai até setembro. Medidas preveem ações ações colaborativas e integradas

» LUANA PATRIOLINO
» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR

O acordo foi assinado pelo presidente Lula, pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e por governadores do Norte e do Centro-Oeste

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anunciaram, ontem, um acordo com os governos estaduais do Centro-Oeste e do Norte para prevenir incêndios no Pantanal e na Amazônia. Segundo a chefe da pasta, o governo federal monitora a possibilidade de uma grande estiagem nas regiões — que pode ter efeitos tão graves quanto os das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul.

Lula e Marina assinaram o pacto e uma série de decretos durante solenidade no Palácio do Planalto para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Participaram do evento os governadores Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul), Helder Barbalho (Pará), Gladson Cameli (Acre), Jerônimo Rodrigues (Bahia) e Antônio Denarium (Roraima), todos da Região Amazônica e do Pantanal. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, também esteve presente.

"Segundo o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), nós temos, neste momento, uma frente de incêndios no Pantanal que praticamente não cessou, em função de ser subterrâneo, de turfa. Não conseguimos a cota de cheia no Pantanal, e a Agência Nacional de Águas (ANA), no dia 13, estabeleceu situação hídrica crítica em toda a Bacia do Paraguai. É a primeira vez que isso está acontecendo", disse Marina Silva.

Ela ressaltou que o acordo assinado visa evitar que a situação chegue a uma calamidade. O período de seca vai de maio a setembro. "Esse pacto de enfrentamento da estiagem e dos incêndios é algo inédito. A gente está tentando se antecipar, já tendo a clareza de que vamos ter uma grande estiagem, com uma grande quantidade de matéria orgânica acumulada no Pantanal, e que o risco de incêndios é muito grande", destacou.

Marina informou que a pasta estuda uma forma de decretar emergência climática permanente em municípios com risco de desastres. A discussão ocorre no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento à Emergência Climática, ou Plano Clima, que deve ser apresentado no ano que vem.

"Um conceito discutido é a possibilidade de declarar emergência climática em estado permanente naqueles municípios em que tecnicamente, cientificamente, está comprovado que são vulneráveis a eventos climáticos extremos", declarou.

Decretos assinados pelo governo

Reserva de vida silvestre do Sauim-de-Coleira (AM)
Cria a Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre, com 15.300 hectares, no município de Itacoatiara (AM), para proteger áreas florestais para conservação do Sauim-de-coleira;

Prevenção e controle de incêndios com governadores do Pantanal e da Amazônia
Pacto entre o governo federal e os governos estaduais para o planejamento e implementação de ações de prevenção a incêndios florestais;

Monumento natural das cavernas de São Desidério (BA)
Cria a Unidade de Conservação, com 16.000 hectares, para proteção das cavidades naturais no município de São Desidério (BA);

Estratégia nacional da bioeconomia
Coordena e implementa ações voltadas ao desenvolvimento da bioeconomia e estabelece a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia em 180 dias;

Programa nacional de conservação e uso sustentável dos manguezais
Institui o ProManguezal, para orientar os esforços do governo federal na conservação e uso sustentável da biodiversidade;

COP30
Cria assessoria extraordinária para a conferência no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

Lei de Gestão de Florestas Públicas
Altera a regulamentação da lei e transforma o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) em Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF);

Comitê interministerial sobre mudança do clima
Acrescenta competências ao comitê para torná-lo mais ativo na Política Nacional de Mudanças do Clima; e

Programa cidades verdes resilientes
Aumenta a qualidade ambiental das cidades por meio da integração de políticas urbanas, ambientais e climáticas.

Seca histórica

O receio do governo é que haja uma repetição da seca de 2020, quando o Pantanal bateu o recorde de focos de incêndios. Segundo a ministra do Meio Ambiente, a união de forças dos estados permitiria mais agilidade no momento de resposta aos desastres, com a instalação de sistemas de alerta, rotas de fuga, abrigos, estoque de remédios, comida e água, e um banco de voluntários.

Marina Silva afirmou que consultou juristas, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), e o advogado-geral da União (AGU), para discutir a criação de um mecanismo jurídico que permita o estado de ter emergência permanente. Atualmente, essa deve ser solicitada pelos municípios e estados, e reconhecida pelo governo federal, apenas quando há comprometimento da capacidade do ente federado de combater uma crise, incluindo desastres naturais.

De acordo um estudo da WWF-Brasil, o número de focos na região aumentou quase 900% em relação ao mesmo período do ano passado, perdendo apenas para o de 2020. Foram 880 queimadas registradas, segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

HOMENAGEM

Atos em memória de Bruno e Dom em Brasília

» ISABELA STANGA

O bárbaro assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, no Vale do Javari, no Amazonas, completou dois anos, ontem, com uma série de homenagens em memória dos dois. Os ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e o dos Povos Indígenas promoveram uma solenidade com a presença de autoridades, comunicadores e ambientalistas, em Brasília.

Pouco antes da cerimônia, foi inaugurada uma projeção no prédio dos Direitos Humanos com fotos dos dois profissionais junto à frase "a luta pelo Vale do Javari continua". A homenagem passou em seguida ao Memorial dos Povos Indígenas, com a presença da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho.

"Estamos comprometidos a fazer valer todo o legado, a memória [indígena], para que justiça seja feita por esse crime bárbaro cometido contra Dom Phillips e Bruno Pereira", disse Sonia Guajajara. "(Esse crime) atingiu não só suas famílias e os povos indígenas brasileiros, mas foi um ataque direto à democracia brasileira e à segurança dos povos indígenas", completou.

A ministra Marina Silva afirmou que a data traz a ela sentimentos conflitantes: de alegria, pois foi comemorado, ontem, o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas de tristeza pelo assassinato de Dom e Bruno.

"Essa história eu venho acompanhando há muito tempo. Desde os 19 anos, vejo (pessoas) perderem o meio ambiente, foi primeiro o Chico Mendes, depois Wilson Pinheiro, Evangino, Jonas... Essas pessoas estão comigo", destacou.

Os povos indígenas do Vale do Javari vieram a Brasília prestar homenagem a Bruno e Dom. O ministro do MDHC, Silvio Almeida, também esteve presente na solenidade ao lado de outras autoridades.

Ele afirmou que a solenidade em memória de Bruno e Dom é um ato político. "Foi uma solenidade que marca a posição do Estado brasileiro em prol da defesa dos direitos humanos, principalmente resgatando a memória de dois personagens tão importantes da nossa história recente que se notabilizaram pela luta dos direitos dos povos indígenas, dando um exemplo para todo o país", disse ao **Correio**.

Dom e Bruno desapareceram em 5 de junho, ao passar pela comunidade do Amazonas de São Rafael. De lá, partiram numa embarcação para uma viagem de cerca de duas horas, mas não foram mais vistos. As investigações concluíram que eles foram mortos a tiros e os corpos, esquartejados, queimados e enterrados.

Amarildo da Costa Oliveira, o "Pelado", Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como "Dos santos", e Jefferson da Silva Lima, o "Pelado da Dinha", foram presos suspeitos de cometerem os assassinatos. A Polícia Federal também apontou Rubén Dario da Silva Villar, o "Colômbia", como mandante dos homicídios.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Projeção de Bruno Pereira e Dom Phillips na Esplanada

O Ministério Público afirma que eles foram mortos depois de fotografar o barco dos acusados para a atestar a prática de pesca ilegal. Bruno, que era funcionário da Funai, conhecia Dom desde 2018, quando o inglês, que vivia no Brasil desde 2007, fazia uma reportagem para o jornal *The Guardian* no Vale do Javari.

PESQUISA

Impacto na vacinação

» LETÍCIA GUEDES

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com a Universidade Santo Amaro (Unisa), divulgou, ontem, uma pesquisa revelando que, embora predomine a confiança quanto à segurança e eficácia das vacinas, 21% dos brasileiros já desistiram de vacinar crianças por acreditarem em fake news disseminadas nas redes sociais. O levantamento também mostrou que 27% dos entrevistados afirmaram que confiam muito nas notícias que encontram nas plataformas sobre o tema.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, presidente do CNMP, ressaltou que o estudo visa a retomada de índices seguros e homogêneos de cobertura vacinal em todo o país.

"Dados do Ministério da Saúde indicam que a cobertura vacinal sofreu significativo decréscimo nos últimos anos. Em 2019, 73% da população estava vacinada; em 2021, menos de 59%. Com a publicação do relatório de pesquisa quantitativa sobre a consciência vacinal no Brasil, a Comissão da Saúde lança nova luz sobre esse tema tão relevante", disse.

Para colher as informações, foi aplicado um questionário, entre os dias 29 de janeiro e 19 de fevereiro deste ano. No total, foram entrevistadas três mil pessoas em todas as regiões brasileiras.

A pesquisa apontou o posicionamento quanto aos benefícios, riscos, medos e dificuldades relativos aos imunizantes. Parte dos dados abrange o cenário de confiança pós-pandemia covid-19.

O presidente da Comissão de Saúde do CNMP, Jayme de Oliveira, falou sobre a importância do levantamento como comprovação aos achismos em torno do olhar da população para a vacina.

"Eu gosto da pesquisa, porque ela realmente tira o achismo. 'Ah, eu acho que as pessoas têm medo de se vacinar'. Agora, temos um dado que mostra que algumas pessoas têm medo, sim, de reações e efeitos colaterais, problemas e sequelas permanentes. Com essas indicações, nós temos, agora, que trabalhar com campanhas melhores e com uma comunicação melhor", declarou.

O evento de divulgação contou com a presença do presidente do CNMP, Paulo Gonet; do ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Dias de Moura; do presidente da Comissão da Saúde do CNMP, Jayme de Oliveira; do reitor da Unisa, Eloi Francisco Rosa; e do pesquisador da Unisa Antônio Lavareda.

Pacto nacional

A Unisa aderiu ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal em agosto de 2023. Lançado em 30 de novembro de 2022, o acordo tem visa incentivar uma atuação coordenada e nacional entre o Ministério Público brasileiro, órgãos e entidades envolvidos com a saúde pública. A iniciativa surgiu da preocupação da Comissão da Saúde do CNMP com os baixos índices da cobertura vacinal no Brasil nos últimos anos.

O foco é a retomada de índices seguros e homogêneos de cobertura vacinal, em todo o território nacional, por meio da conscientização da população sobre a importância da vacinação, prevista no Programa Nacional de Imunização (PNI).

Bolsas
Na quarta-feira

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
124.495 — 121.407
31/5 3/6 4/6 5/6

Dólar
Na quarta-feira
R$ 5,297
(+ 0,23%)

Últimos	
29/maio	5,208
31/maio	5,250
3/junho	5,234
4/junho	5,285

Salário mínimo
R$ 1.412

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 5,761

CDI
Ao ano
10,40%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
10,39%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2023	0,56
Janeiro/2024	0,42
Fevereiro/2024	0,83
Março/2024	0,16
Abril/2024	0,38

na Economia
e na Segurança Pública

Aumento de imposto favorece mercado ilegal

Autoridades e especialistas afirmam que uma eventual oneração dos preços de produtos pode estimular a pirataria e a ilegalidade

» RAFAELA GONÇALVES

Um aumento da taxação com a regulamentação da reforma tributária pode estimular o mercado de produtos ilegais. Os impactos do novo regime tributário na economia e na segurança pública foram tema do *CB.Fórum*, evento realizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), que reuniu autoridades e especialistas para debater o enfrentamento da pirataria.

A elevação dos preços dos produtos aumenta, consequentemente, a participação do mercado ilegal. Foi o que afirmou o presidente do FNCP, Edson Vismona, na abertura do evento. "Um aspecto que, muitas vezes, pode estar fora do radar é o impacto da reforma tributária na segurança pública", frisou.

"O mercado ilegal torce para que haja aumento de impostos, porque com aumento de impostos o produto legal vai ficar mais caro. Essa é a grande mola propulsora da ilegalidade. O produto legal fica mais caro e, com isso, o ilegal assume o espaço do legal, é perversa essa equação", avaliou Vismona.

A maioria dos consumidores recorre ao produto ilegal por ele ser mais barato. De acordo com o presidente do FNCP, é possível identificar setores em que a ilegalidade não é mais marginal, ela se tornou protagonista. O caso do cigarro é um exemplo brutal.

Ao dar um panorama sobre esse mercado, ele mencionou dados do Disque Denúncia do Rio de Janeiro, que apontaram que 40% das cidades fluminense têm áreas onde é proibida a venda do cigarro legal. "É um monopólio do crime e uma afronta ao Estado. Isso se dá em outros produtos, como combustíveis, gás e distribuição de energia."

Segundo Vismona, o mercado ilegal vem sendo favorecido pelo não pagamento de impostos e se fortalecendo. Isso está financiando organizações criminosas e milícias. "Estamos preocupadíssimos. Caso ocorra maior oneração com a reforma tributária, o ilegal vai se aproveitar disso. O crime e as milícias estão sendo financiados por essas práticas", afirmou.

Conscientização

Em sua participação, antecedendo o início do primeiro painel, o secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), Andrey Corrêa, destacou ser preciso mudar a mentalidade do consumidor em relação aos produtos piratas. "Há muito tempo se reproduz 'não consuma pirataria, que o barato sai caro'. Eu acho que a gente precisa avançar com essa frase e colocar para a população que, se você comprar o pirata, estará financiando diretamente organizações criminosas", ressaltou.

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

Caso ocorra maior oneração com a reforma tributária, o ilegal vai se aproveitar disso. O crime e as milícias estão sendo financiados por essas práticas"

Edson Vismona, *presidente do FNCP*

Corrêa acrescentou: "Se essa mensagem não for passada de forma direta para a população, a gente não consegue o trabalho de conscientização que almeja para avançar em um mercado mais legal, que preserve a concorrência leal entre os atores e que também fomente o setor produtivo".

Para o secretário, alguns setores demandam mais atenção, como o de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos e cosméticos, que são produtos que afetam diretamente a saúde do consumidor. "Com relação aos medicamentos, é impressionante. Você tem um medicamento lançado em um dia e, no outro dia, já se tem a ocorrência dele ilegal aqui no país", relatou. "A questão do cigarro é a mesma coisa. Tanto o cigarro como o combustível têm servido de pedra fundamental para a manutenção de organizações criminosas."

Segundo Corrêa, a parceria entre poder público e privado é essencial para o enfrentamento à pirataria. "O combate ao mercado ilegal, à pirataria e à sonegação fiscal só ocorre de forma eficiente se houver uma sinergia entre o público e o privado e que se busque trabalhar nas convergências, que são muitas, entre a sociedade civil organizada e o Estado", disse. "Fomentar a inteligência, a troca de informações e criar um fórum específico para que essas informações fluam de forma constante e segura é essencial para que qualquer política pública de combate ao crime tenha êxito neste país", acrescentou.

Parlamentares apontam desafios da regulamentação

» ROSANA HESSEL
» ALINE BRITO

A reforma tributária, aprovada em 2023 pelo Congresso, ainda precisa ser regulamentada pelo Legislativo e, com o andamento do processo, o cidadão vai perceber que, quanto mais pesado é o Estado, mais elevada é a carga tributária. A avaliação é do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da Maioria no Parlamento e relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que mudou o modelo tributário do consumo.

"A partir do momento que terminarmos a regulamentação, vamos ter a operacionalização da reforma como um todo, que é uma fase importantíssima. E, depois, vamos ter de ver os efeitos dessa reforma, do Estado brasileiro, que a gente realmente deseja, porque é isso que determina a carga tributária. As pessoas falam assim: 'A carga tributária é alta'. E alta porque nós definimos que temos um Estado que é pesado", ressaltou o parlamentar no *CB.Fórum*.

Atualmente, a alíquota inicial do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual sobre o consumo, sendo um federal e outro regional, deverá ser de 26,5%, lembrou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), líder do grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara.

Especialistas e parlamentares reconhecem que, devido às exceções na regra, o IVA brasileiro deverá ser o maior do mundo. Nesse sentido, Ribeiro recomendou muito cuidado no debate da regulamentação que está em curso. "Precisamos, como sociedade, também fazer essa discussão, para que a gente redefina o nosso país em termos de tributação", acrescentou o deputado paraibano. Apesar de ser da mesma legenda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o relator da PEC 45 não participa do grupo que fará a relatoria do projeto de regulamentação do novo modelo tributário.

Reginaldo Lopes, por sua vez, destacou que há "enormes desafios" na regulamentação, como detalhar todos os regimes que foram criados pela emenda constitucional. "Os regimes diferenciados, as alíquotas diferenciadas, os regimes específicos. Esse é o plano de desafio neste momento", frisou. Segundo ele, o texto traz uma "megasimplificação" para a forma de aplicar os tributos no Brasil.

Também de acordo com o parlamentar, os Projetos de Leis Complementares (PLPs) que regulamentam a nova regra de tributação devem ser votados até a primeira semana de julho. "Acredito que a gente consegue votar na última semana de junho ou na primeira semana de julho. Até lá, vamos ter ouvido mais de 300 especialistas no GT", assegurou.

Ele disse que a reforma tributária vai simplificar o sistema de tributação do Brasil, combater fraudes e sonegação e contribuir para a melhoria da segurança pública no país.

Ribeiro: foco em evitar a insegurança jurídica

Efraim: modelo "facilita a vida de quem produz"

Cuidados

Na análise de Ribeiro, alguns pontos precisam ser respeitados nos debates de regulamentação da reforma tributária pelo Legislativo, como a simplificação e o cuidado para evitar aumento na carga tributária. "Não dá para ter numa construção de texto algo que venha, de alguma forma, a dar qualquer margem a aumento de imposto, aumento de alíquota", acrescentou. Ele também citou a preocupação em evitar a insegurança jurídica.

Pouco antes de Ribeiro e Lopes, o senador Efraim Filho (União-PB), coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária no Senado, avaliou que a aprovação da reforma tributária foi uma grande "vitória" para o país e, apesar das divergências, um consenso é inquestionável: o atual modelo está esgotado. "Ele é arcaico, obsoleto, ultrapassado, só atrapalha quem quer produzir, e nos joga nas últimas posições do ranking doing business como um dos piores ambientes para se fazer negócio no mundo", sustentou.

Efraim Filho reforçou que o novo modelo tributário "é mais simples, menos burocrático, que facilita a vida de quem produz". Na avaliação do parlamentar, a reforma não interrompe a discussão de combate à sonegação, mas ajuda, pois permite mais transparência, e também pela simplificação.

O senador também reconheceu que a alíquota do novo IVA dual é elevada antes mesmo de entrar em vigor. Na avaliação dele, esse problema, em grande parte, ocorre devido às exceções que acabaram sendo incluídas na reforma, mas é possível, com a alternância de governos, que possa ser melhorado, e o Brasil não precisará ter o maior IVA do mundo.

Impactos da **Reforma Tributária** na Economia e na Segurança Pública

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

O imposto do pecado vai lidar com tributos que atingem produtos muito fragilizados, como o cigarro, que é um produto típico do comércio ilegal. Precisamos construir soluções que possam minimizar isso"

Paulo Pereira, *secretário executivo do CDESS*

Cigarro hoje é a nossa principal preocupação. O comércio de cigarro ainda é menos violento do que o comércio de drogas, porque a penalidade por vender cigarro contrabandeado é menor do que vender drogas ilícitas"

Maria Carmen Fantini, *diretora da Unafisco Nacional*

Cobrança por neutralidade

Regulamentação é momento de reivindicar cumprimento de promessas, que incluem, também, simplificação e queda do contencioso

» RAFAELA GONÇALVES
» MARINA DANTAS*
» PEDRO JOSÉ*

Reestruturar o sistema tributário sem aumentar a carga para consumidores e o setor produtivo é um dos maiores desafios da reforma tributária, que está em fase de regulamentação. Neutralidade para não estimular o mercado ilegal foi o tema do primeiro painel do *CB.Fórum: Impacto da Reforma Tributária na Economia e na Segurança Pública*.

Segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), em 2023, o Brasil perdeu R$ 441 bilhões para o contrabando. O saldo é resultado das perdas de 15 setores produtivos somados à evasão fiscal. O prejuízo com o mercado ilegal é equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

O temor do setor em relação à reforma tributária é de que a alta carga de tributos acabe estimulando a compra de produtos ilegais. "Aumenta o preço, aumenta a participação do ilegal, é inexorável", destacou o presidente do FNCP, Edson Vismona, em participação no primeiro bloco de debates.

Na avaliação de Vismona, o momento é crucial para essa discussão. "Não podemos perder a oportunidade de termos como resultado da reforma tributária tudo aquilo que foi prometido. Nos prometeram neutralidade, simplificação e queda do contencioso, que é dinheiro que a Receita não recebe", lembrou.

Segundo ele, os setores produtivos são sempre onerados, o que acaba facilitando o comércio ilegal. "É preciso acabar com essa perversa equação, tudo isso está impactando o crescimento do mercado ilegal, financiando organizações criminosas e milícias a pontos assustadores."

Os especialistas demonstraram preocupação com a alíquota do novo Imposto Seletivo (IS), tributação adicional que será destinada a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, com o objetivo de inibir o consumo. O secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) da Presidência da República, Paulo Pereira, disse que o tributo, apelidado de "imposto do pecado", pode incindir sobre produtos suscetíveis ao comércio ilegal, como o cigarro.

"O imposto do pecado vai lidar com tributos que atingem produtos muito fragilizados, como o cigarro, que é um produto típico do comércio ilegal. Precisamos construir soluções que possam minimizar isso", afirmou Pereira. Ele destacou que o governo está atento à questão, mas que a capacidade do Executivo sobre a questão é limitada.

Segundo o secretário, deve ser criado um conselho para tratar as distorções na reforma, como o impulsionamento do mercado ilegal. "O jogo começa agora, montamos um esqueleto (da reforma tributária) que vai se definir agora na regulação. A capacidade do governo no interesse das distorções é limitada em relação ao Congresso", frisou.

"Apesar de o governo compreender isso, é limitado. Estamos organizando junto com o grupo de trabalho (GT) da reforma tributária na Câmara um conselho para o relatório final da regulação. Fizemos isso em outros marcos legais no ano passado", emendou. "A expectativa é que esse grupo traga o tema da ilegalidade para a reforma."

Cigarros

O cigarro contrabandeado sustenta o crime organizado, por ser menos arriscado que o tráfico de drogas ilícitas. A afirmação foi feita por Maria Carmen Fantini, diretora da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), em participação no painel.

"Cigarro hoje é a nossa principal preocupação. O comércio de cigarro ainda é menos violento do que o comércio de drogas, porque a penalidade por vender cigarro contrabandeado é menor do que vender drogas ilícitas", destacou. "O comércio ilegal traz problemas para o comércio legal, porque aqui o legal tem que pagar imposto, o aluguel do espaço", acrescentou ela, que fez uma comparação com os produtos não regulares, que não passam por tributações.

A diretora da Unafisco Nacional enfatizou ainda a diferença do contrabando e do descaminho. "De um modo geral, as pessoas pensam que comércio ilegal está limitado aos produtos que são proibidos, mas temos o mesmo problema com produtos com comercialização permitida. É chamado de descaminho, aquele produto que é legal em território nacional, mas ele entrou no país de maneira irregular, sem o pagamento dos devidos impostos."

*** Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa**

O quanto o Brasil perdeu com o mercado ilegal

Valores em R$ bilhões

PERDAS DE 15 SETORES PRODUTIVOS + 26% DE EVASÃO FISCAL EM 2023

Setor	Perdas
Vestuário	R$ 84 bilhões
Bebidas alcoólicas	R$ 72,2 bilhões
Combustíveis	R$ 30 bilhões
Material esportivo	R$ 22,2 bilhões
Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos	R$ 21 bilhões
Defensivos agrícolas	R$ 14,5 bilhões
Ouro	R$ 12,7 bilhões
TV por assinatura	R$12,1 bilhões
Óculos	R$ 10 bilhões
Cigarros	R$ 9,8 bilhões
Celulares	R$ 6,9 bilhões
Audiovisual (filmes)	R$ 4 bilhões
PCs	R$ 1,2 bilhões
Perfumes importados	R$ 1 bilhão
Brinquedos	R$ 600 milhões
Total de perdas	R$ 302,2 bilhões

R$ 302,2 bilhões
Perdas de 15 setores

R$ 139 bilhões
Perda estimada com sonegação (46%)

R$ 441 bilhões
Perdas totais

MAIORES APREENSÕES DE MERCADORIA
Valores em R$ em 2024

Mercadoria	Valor
Cigarros e similares	211.291.358,99
Eletrônicos	164.948.807,1
Veículos	77.772.616,74
Vestuário	44.611.100,13
Informática	22.432.255, 55

CONTRABANDO X DESCAMINHO

O descaminho corresponde à intenção de fraudar o pagamento de impostos e taxas em razão da entrada e saída de mercadorias ou gêneros

No contrabando, ocorre a entrada ou saída de mercadorias proibidas parcialmente ou totalmente de serem circuladas

Fontes: FNCP e Unafisco.

Tributação de itens ilegais

A tributação de itens ilegais pode diminuir o gap existente com os produtos legais e, consequentemente, aumentar a arrecadação. Essa é a visão do procurador especial tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiz Gustavo Bichara. "Caindo na real, é necessário que a gente pense em instrumentos tributários para controlar isso", reforçou.

Em suas análises, o ano de 2020 estabeleceu um experimento empírico sobre a arrecadação tributária que, por fatores como a covid-19, fechamento efetivo de fronteiras e efeitos do câmbio, fez o cigarro ilegal se tornar mais caro que o cigarro legal, o que ocasionou uma retração do mercado ilegal e o consequente aumento de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

"O consumidor não compra ilegal porque ele gosta, e, sim, porque é mais barato. Precisamos enfrentar essa premissa. Isso não é um exemplo vazio, a arrecadação aumentou no dado do período", explicou Bichara. O especialista acredita que é necessária uma reflexão no sentido de implementação de um modelo que dê a oportunidade de confirmação da premissa, podendo, ser do errado, retornar à prática anterior.

Bichara citou como exemplo o mercado de apostas on-line, recentemente regulamentado pelo governo. A atividade já estava fortalecida no mercado ilegal, até que a equipe econômica viu na regularização uma chance de aumentar a arrecadação. "É como nos casos das bets. Até poucos meses atrás, elas não eram nem tributadas. Empresas que não geram nem um real no Brasil, que estão todas em paraísos fiscais", frisou.

Cigarros eletrônicos

Para ele, o tema dos cigarros eletrônicos também está "cercado de hipocrisia". "Se a gente sair à esquina, o cigarro eletrônico é vendido em qualquer lugar. 'Ah, mas é proibido', mas qualquer pessoa compra. A pergunta que eu deixo é: não é melhor reconhecer a realidade fática de que isso é comercializado livremente e tributar? O país precisa tanto de tributação, tributa, porque essa realidade já existe", sustentou.

"Eu acho que é cercada de hipocrisia e, eventualmente, até de um pouco de falta de inteligência essa discussão por parte de quem cabe ter ideias de gerar arrecadação sem machucar o direito dos contribuintes", emendou.

O consumidor não compra ilegal porque ele gosta, e, sim, porque é mais barato. Precisamos enfrentar essa premissa"

Luiz Gustavo Bichara, *procurador especial tributário da OAB*

Para Bichara, é impostante que o mercado ilegal seja levado em consideração no tratamento da reforma tributária. "Parece razoavelmente induvidoso que uma calibragem da tributação sobre a mercadoria legal teria o condão de desincentivo ao contrabando e ao mercado ilegal, causando um aumento de arrecadação", disse.

A mentalidade de que o aumento de tributos desincentiva o consumo de alguma mercadoria é perfeita se estivermos isolados em uma ilha sem o Paraguai fazendo fronteira, analisa o especialista. "Mas como ele está do lado, é uma premissa um pouco infantil, o consumidor tem para onde correr. A tese do desincentivo via tributação não se confirma", reiterou. **(RG, MD* e PJ*)**

Complexidade fortalece crime

Especialistas ressaltam que complicação do sistema tributário e carga pesada de impostos favorecem contrabando

» ALINE BRITO
» RENATO SOUZA
» HENRIQUE FREGONASSE*

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

Lopes: "Operação sem inteligência mata crianças, mata adolescentes e mata trabalhadores"

A complexidade do sistema tributário e a carga pesada de impostos sobre os produtos fortalecem o contrabando nas fronteiras e as organizações criminosas, de acordo com especialistas. Nesse sentido, para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), líder do grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara, no campo da segurança pública, é evidente que a mudança no sistema atual de impostos é fundamental.

"Não podemos repetir o modelo de segurança pública mais do mesmo. Isso não resolve nada. Bang bang só mata pobres, só mata meninos de periferia, só mata negros. Tinha que ser proibido ter operação de bang bang, operação armada. Tem que ser feita operação com inteligência. Operação sem inteligência mata crianças, mata adolescentes e mata trabalhadores. Então, evidentemente, nós temos que ter uma nova segurança baseada na inteligência, na pesquisa, no avanço tecnológico", afirmou o parlamentar, ontem, no seminário *CB.Fórum — Impactos da Reforma Tributária na Economia e na Segurança Pública*, promovido pelo **Correio**, em parceria com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP).

"Lógico que também tem o armamento, mas, nesse sentido, a reforma tributária também pode contribuir. Eu sei que tem ajustes ali na regulamentação. Tratamos das compras governamentais, como segurança nacional. Talvez, não colocamos a questão da segurança pública, são detalhes que vamos debater. Nesse novo modelo que vamos conduzir a regulamentação, é um modelo coletivo. Na verdade, todo processo legislativo é muito coletivo", frisou.

Segundo ele, o grupo é composto por sete parlamentares para elaborar o relatório coletivamente e, depois, submeter ao colégio de líderes, "porque quem decide no final do processo é o Parlamento soberano, o plenário da Câmara e o plenário do Senado".

"É a primeira vez que a economia brasileira tem uma reforma estruturante. Nunca houve reforma estruturante no Brasil voltado para produtividade. O Brasil nunca teve, no setor econômico, ganho de produtividade", pontuou Lopes.

Ilegalidade

A diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública, Camila Pintarelli, lembrou que, muitas vezes, a Constituição Federal é deixada de lado quando se definem regras tributárias e, com isso, fortalece a criminalidade.

Na visão dela, três políticas públicas não devem ser vistas com uma ótica de governo partidária. "A reforma tributária é um tema de Estado, apolítico. A reforma tributária, a segurança pública e a ilegalidade. A ilegalidade não tem partido. Ela está à margem da sociedade", frisou. A diretora destacou que o texto da Carta Magna prevê que as normas tributárias levem em consideração princípios da dignidade humana.

"Acho que esquecemos um pouco que temos na Constituição um dos mais primorosos artigos, que é o artigo 170, a base da nossa ordem econômica. Ele pauta a nossa ordem econômica e diz que ela se baseia na dignidade da pessoa humana, na valorização do trabalho, na valorização da livre iniciativa, no respeito à livre concorrência. Todos esses fatores, atributos, percebem que são olvidados diante da desorganização tributária que nós vivemos com reflexo direto na segurança pública", reforçou.

No mesmo painel do seminário do **Correio**, o delegado Sérgio Mori, da Divisão de Crimes Fazendários da Polícia Federal, afirmou que, nos últimos 20 anos, o crime de contrabando tem mudado, adotado novas estratégias e gerado maiores desafios para as autoridades. "Quando entrei para a polícia, o grande contrabando era de combustível vindo da Venezuela. Hoje, já mudou. Se fala em vinho vindo da Argentina, azeite vindo do Uruguai e da própria Argentina", destacou. O delegado ressaltou que uma das ações mais importantes para combater esse tipo de prática é a "descapitalização" das atividades ilegais.

"A maior forma de proteger a concorrência legal é aumentar os custos do crime. O contrabando é movido pelo desejo de lucro. Então qualquer custo que imputamos a mais a essa modalidade, estamos favorecendo a concorrência legal", completou Mori. A "descapitalização" é o ato de dificultar e aumentar custos para a realização de crimes, por exemplo, ampliando a fiscalização das dívidas do país, pois produtos apreendidos, além de serem retirados de circulação, causam prejuízos ao crime organizado.

De acordo com o delegado da PF, o contrabando de cigarros é um dos itens que estão no foco das atividades ilegais. "A descapitalização, por exemplo, é uma forma de combater. Em 2020, ocorreram poucas apreensões de cigarros ilegais, por conta da pandemia. Mas o número estável é de nove milhões de pacotes, sendo que maços de cigarro são 90 milhões", completou.

Mori ressaltou que, ao contrário de outros crimes, como tráfico de drogas e pornografia infantil, o contrabando encontra uma "aceitação" maior perante a sociedade. No entanto, ele ponderou que por trás dessas práticas estão organizações criminosas violentas e que dominam territórios.

Freio

Durante a apresentação no debate, o economista Pery Shikida, professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), destacou uma pesquisa realizada junto a centenas de presidiários ligados ao mercado ilegal de cigarros que comprova a teoria do delegado Mori. Segundo o acadêmico, a enquete mostrou que, para a maioria dos entrevistados, 76,2%, uma revisão da tributação sobre o cigarro contribuiria para diminuir o contrabando do produto.

Shikida alegou que, apesar dos esforços da Polícia Federal e de outras entidades fiscalizadoras competentes, o mercado de cigarros ilegais continuará crescendo, caso se decida por aumentar significativamente a taxação — e, consequentemente, o preço final — dos cigarros legais.

O economista defendeu ser imprescindível avaliar a reforma tributária sob essa preocupação e disse que a chave é atuar de forma que as óticas da demanda e da oferta estejam "absolutamente concatenadas".

"É imprescindível (que se atue com) a reforma tributária, que é aquela ótica da demanda, e essa ótica todo mundo falou que é preço. A gente tá calculando 'se aumentar o preço mínimo, quanto que vai aumentar o contrabando?', e a gente consegue fazê-lo matematicamente. Então, a ótica da demanda e a ótica da oferta têm que andar absolutamente concatenadas, ouvindo todos os agentes, mas a caneta vai ser imperativa", enfatizou. "Mexeu num pontinho percentual ali e fez alguma coisa que aumentou o preço, eu tenho certeza que a gente vai bater, de cada 10 cigarros consumidos no Brasil, pelo menos oito ilegais, além de destruir a indústria nacional", alertou.

Ao explicar que os contrabandistas dos cigarros vindos do Paraguai têm 95% de chance de conseguir introduzir o produto no mercado brasileiro, o professor defendeu que entender a visão dessas pessoas, imersas diariamente nessa realidade, é crucial para o debate sobre a revisão tributária do produto.

* **Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa**

> "A reforma tributária é um tema de Estado, apolítico. A reforma tributária, a segurança pública e a ilegalidade"
>
> ***Camila Pintarelli,*** *diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública*

> "A maior forma de proteger a concorrência legal é aumentar os custos do crime"
>
> **Sérgio Mori,** delegado da Divisão de Crimes Fazendários da PF

> "A ótica da demanda e a ótica da oferta têm que andar absolutamente concatenadas, ouvindo todos os agentes"
>
> ***Pery Shikida,*** *economista e professor da Unioeste*

Destaques do contrabando

Cigarro é um produto leve, fácil de transportar, com tecnologia de produção relativamente simples e por isso é um dos principais itens contrabandeados no país

O Paraguai é um grande produtor de cigarros sem normas técnicas rígidas para essa produção (produz 50-55 bilhões de unidades de cigarros, consome 2%-3% e exporta legalmente 2%, 85% são direcionados para o Brasil). No Chile (30%-50%).

As condições econômicas dinâmicas e os dados relativos ao mercado de cigarros mostram que, de 2014 a 2022, a participação de mercado do cigarro ilícito apresentou um mínimo de 40%, chegando ao máximo de 57%, em 2019.

De 2009 a 2019, houve queda de arrecadação tributária do cigarro legal de 1,39% a.a. em média, aumento da participação do cigarro ilegal no mercado (8,78% a.a. em média), e a produção de cigarros lícitos apresentou queda média de 6,07% a.a. Obs.: 2020-2022, pandemia.

Um dos motivadores desse contrabando é a disparidade tributária entre o Brasil (70% a 90%) e Paraguai (13% a 18%).

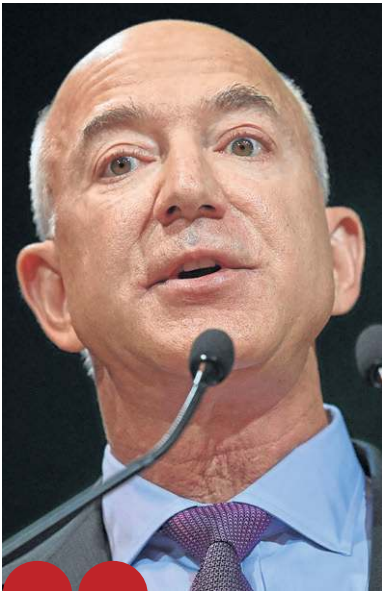
HISTÓRICO DE APREENSÃO DA PF
Pacotes com 10 maços de cigarros

Fontes: Prof. Pery Shikida/Unioeste e Sérgio Mori/PF-MJ

Mercado S/A

AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"Não será surpresa para ninguém se o dólar continuar sua escalada nos próximos meses"

Paul ELLIS / POOL / AFP

"A vida é curta demais para ser passada ao lado de pessoas que não são talentosas"

Jeff Bezos, *fundador da Amazon*

Alta do dólar deverá continuar nos próximos meses

Até onde a cotação do dólar poderá chegar? Os prognósticos não são nada animadores. A moeda americana está no nível mais alto desde janeiro de 2023 — ontem, fechou cotada a R$ 5,29 —, mas ela não deverá parar por aí. No ambiente externo, o cenário político turbulento na Ásia e Europa e a política monetária nos Estados Unidos são fatores que impulsionam o seu preço. No interno, as incertezas fiscais têm potencial para desvalorizar o real — temos visto este filme ao longo de 2024. Não será surpresa para ninguém, portanto, se a moeda americana continuar sua escalada nos próximos meses. Na verdade, os analistas e gestores do mercado financeiro começaram a rever suas projeções para o final do ano, sendo que boa parte delas considera o avanço do dólar um caminho bastante provável. Enquanto isso, o Ibovespa, o principal indicador da bolsa brasileira, segue ladeira abaixo, sem previsões de retomada no horizonte.

Reprodução

Justiça determina que Hotel Urbano reembolse clientes

A Justiça do Rio de Janeiro determinou que a agência de viagens Hotel Urbano reembolse clientes que compraram pacotes turísticos durante a pandemia, mas que não conseguiram realizar os passeios. "O quadro fático aponta para a ocorrência de várias ilicitudes com evidentes violações da lei com relação à esfera privada dos consumidores lesados e expõe uma situação preocupante", escreveu o juiz. "Há uma enorme gama de consumidores afetados pelas atividades da empresa ré", acrescentou.

Nvidia/Divulgação

Nvidia ultrapassa Apple em valor de mercado

A americana Nvidia, líder global na fabricação de chips de inteligência artificial, alcançou um feito e tanto. Ontem, a empresa atingiu valor de mercado de US$ 3 trilhões — superando a Apple — para se tornar a segunda companhia do mundo por esse critério, atrás apenas da Microsoft, avaliada em US$ 3,1 trilhões. A Nvidia é, de fato, um fenômeno corporativo que não para de crescer no embalo do sucesso da IA. Para se ter ideia, há dezoito meses, seu valor de mercado era de US$ 230 bilhões.

CNI contesta Medida Provisória que trata de desonerações

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) está indignada com a Medida Provisória editada pelo governo Lula para compensar as desonerações a 17 setores econômicos. Entre as mudanças, a MP limita o uso de crédito do PIS e da Cofins para o abatimento de outros tributos. "Chegamos ao nosso limite", disse Ricardo Alban, presidente da entidade. "Nós somos um vetor fundamental para o desenvolvimento do país e vamos às últimas consequências jurídicas e políticas para defender a indústria no Brasil ."

0,5%

foi quanto recuou a produção industrial em abril versus março, segundo o IBGE. No acumulado do ano, contudo, o setor cresceu 3,5%

RAPIDINHAS

A companhia aérea Latam lançará 1.750 voos extras no Brasil em julho. Considerando todas as rotas regulares, a empresa deverá operar, no período, 24 mil voos domésticos e internacionais — um salto de 5% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. A Latam projeta transportar 4,3 milhões de passageiros no próximo mês.

O consumo está em alta no país, conforme demonstrou o resultado do PIB no primeiro trimestre. Na próxima data forte para compras, ele seguirá em ascensão. Segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), as vendas na semana que antecede o Dia dos Namorados (6 a 12 de junho) serão 4,2% maiores do que um ano atrás.

Nunca o mundo produziu tantos ricos. Um relatório da consultoria francesa Capgemini mostrou que o número de "indivíduos de alta renda" — os que detêm pelo menos 1 milhão de dólares em ativos financeiros — aumentou 5,1% em 2023 em relação a 2023. Foi o maior avanço da história. A fortuna dos que se enquadram na categoria subiu 4,7%.

A Reag Investimentos finalizou nesta semana, por valores não revelados, a compra da Empírica Investimentos. Não se trata de um negócio qualquer. Com a transação, a Reag passou a ser a terceira maior gestora de crédito do Brasil, com R$ 25 bilhões sob gestão. Em março, a empresa havia incorporado a gestora Quasar.

PRODUÇÃO / Resultado de abril esteve dentro das previsões dos analistas e acima do pior percentual projetado, que era de 1,1%. Mês registrou crescimento de 8,4% em comparação ao mesmo período de 2023. Acumulado de 12 meses é 1,5%

Desempenho da indústria cai 0,5%

A produção industrial caiu 0,5% em abril em comparação a março. O dado foi divulgado, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda superou — em 0,3 ponto percentual — a média dos cálculos feitos por analistas para esse setor produtivo: retração de 0,2%. De maneira geral, as estimativas dos especialistas iam de diminuição de 1,1% a alta de 1% para o desempenho das empresas durante o período.

Em relação a abril de 2023, a indústria teve alta de 8,4%. O resultado confirmou as expectativas, dentro de estimativas que variavam positivamente indicando avanço de 1,9% a até 11,5%.

O acumulado das empresas que compõem esse setor, entre janeiro e abril, comparado ao total obtido nesse mesmo intervalo do ano passado, cresceu 3,5%. E para os 12 meses, a partir do último mês do primeiro quadrimestre de 2024, a produção se mostrou elevada em 1,5%.

Ganhos

O crescimento industrial de 8,4% em abril comparado ao mesmo mês de 2023 é consequência da expansão na produção de 22 das 25 atividades pesquisadas, segundo o IBGE. O levantamento indicou que um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi que em 2024 o mês teve 22 dias úteis, quatro dias úteis a mais do que o ano passado.

As melhores performances partiram de veículos automotores (31,6%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (31,3%) e equipamentos de transporte (30,7%). Houve avanços expressivos ainda em móveis (17,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (16,4%) e máquinas e equipamentos (15,8%).

O IBGE ainda listou o crescimento de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (15,1%), produtos alimentícios (14,4%), produtos de metal (14,1%), produtos têxteis (12,7%) e equipamentos de informática e produtos eletrônicos e ópticos (10,5%). Na faixa de crescimento percentual entre 10% e 5%, aparecem os produtos de minerais não metálicos (9,9%), produtos de borracha e de material plástico (8,0%), bebidas (6,6%), produtos químicos (5,7%), além da celulose, papel e produtos de papel (5,0%).

O mau resultado ficou para as indústrias extrativas (-1,6%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-5,1%).

Reprodução/Redes Sociais

Setor de calçados ajudou a evitar que queda do PIB fosse maior. Segmento teve crescimento de 15,1%

Dólar tem maior alta em 17 meses

O dólar fechou em alta, ontem, em sintonia com o exterior. A moeda americana, que chegou a valer R$ 5,3058, terminou cotada em R$ 5,2977. É a maior valorização desde 5 de janeiro de 2023 (R$ 5,3523). Pela manhã, a divisa até ensaiou uma queda, tocando R$ 5,2619.

Fora o peso mexicano, que teve recuperação parcial, as divisas emergentes mais relevantes se depreciaram, ontem, em especial o rand sul-africano. Analistas afirmam que segue a desvalorização dessas moedas, iniciada com os resultados de eleições presidenciais no México, Índia e África do Sul.

No Brasil, os efeitos no real resultam das desconfianças quanto ao cumprimento das metas fiscais e da política monetária do país com a troca de comando no Banco Central em 2025.

IMPOSTOS

Cautela com limite a PIS/Confins

» VICTOR CORREIA

Especialistas em tributação ouvidos pelo **Correio** alertaram para os possíveis efeitos da medida provisória (MP) apresentada, nesta terça-feira, pelo Ministério da Fazenda. A proposta, que pretende limitar os créditos do PIS/Cofins, visa compensar a perda na arrecadação com a desoneração da folha de pagamentos de empresas e municípios em 2024.

Os entrevistados manifestaram receio com o impacto na gestão financeira das empresas, que planejam usar os créditos do PIS/Cofins para equilibrar dívidas em outros tributos. A prática, chamada de "compensação cruzada", fica proibida, caso a MP seja aprovada sem alterações. Do mesmo modo, não poderá haver ressarcimento dos créditos presumidos para setores que ainda possuam o benefício.

Para o advogado tributarista Leonardo Roesler, a MP é necessária para recompor as contas públicas. Porém, ele considerou que as mudanças podem prejudicar companhias que já dependem dos créditos para quitar suas obrigações fiscais.

"É crucial destacar que o setor produtivo necessita de estabilidade e previsibilidade nas normas tributárias. Mudanças abruptas e restritivas, como as propostas pela MP, podem gerar insegurança jurídica e dificuldades na gestão de caixa das empresas", avaliou. Roesler defendeu que medidas de ajuste fiscal, como a proposta pela Fazenda, devem ser implementadas de maneira gradual e com amplo diálogo.

Impactos

Em tom mais duro, o mestre e doutor em direito tributário pela PUC-SP André Felix Ricotta de Oliveira viu a medida apresentada como "sem nexo". Ele, que integra a Comissão de Direito Tributário e Constitucional da OAB-SP, também apontou que muitas companhias já planejam usar os créditos do PIS/Cofins para abater outros tributos. Segundo ele, vão sair prejudicadas.

Para Oliveira, serão afetadas as empresas que recolhem tributos pelo regime de Lucro Real, com faturamento maior que R$ 78 milhões por ano, e indústrias. Ele também rebateu o argumento do governo a respeito de a medida corrigir distorções por taxas aplicadas, sem aumentar a carga de impostos.

DEMOCRACIA

Hora de renovar o comando da Europa

Mais de 370 milhões de cidadãos de 27 países vão às urnas, entre hoje e domingo, para escolher os 720 membros do Parlamento Europeu e as lideranças das principais instituições do bloco. Pesquisas indicam que a extrema direita deve sair fortalecida

» RODRIGO CRAVEIRO

A partir de hoje, 370 milhões de eleitores de 27 países-membros da União Europeia (UE) escolherão os 720 integrantes do Parlamento Europeu e ajudarão a renovar as autoridades da Comissão Europeia (órgão executivo) e o Conselho Europeu (que representa os Estados), em um momento de incertezas políticas e de ascensão dos ultraconservadores. As mais recentes pesquisas indicam que a extrema direita deve obter ganhos importantes em Estrasburgo e conquistar entre 20% e 25% dos assentos, o que provocaria alterações no equilíbrio de forças e ampliaria a área de influência dos ultraconservadores. De acordo com as projeções, o Partido Popular Europeu (PPE, de direita) e o bloco S&D dos partidos social-democratas seguirão como as principais forças do Parlamento Europeu, com variações no número de assentos. As eleições ocorrem a cada cinco anos.

No Parlamento Europeu, a extrema direita está representada por dois grupos principais: Reformistas e Conservadores Europeus (ECR) e Identidade e Democracia (ID). Os holandeses votarão hoje, mas a maioria das nações da UE, entre elas França, Portugal, Alemanha e Espanha, irá às urnas no domingo. Os italianos realizarão o pleito em dois dias: sábado e domingo.

As eleições também devem funcionar como um referendo sobre o governo do presidente francês, Emmanuel Macron. Um bom desempenho da extrema-direita pode fortalecer Marine Le Pen, seu partido Reagrupamento Nacional e o candidato Jordan Bardella como potencial liderança política. A renovação política em Estrasburgo ocorre em momento de crises internacionais, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e a guerra travada por Israel na Faixa de Gaza. Temas regionais, como a imigração e o aquecimento global, são sensíveis para boa parte do eleitorado.

A expectativa é de que um baixo comparecimento às urnas possa dar espaço aos ultraconservadores para questionarem o mandato da nova liderança da UE e argumentarem que a próxima Comissão Europeia deveria se tornar apolítica, com os governos nacionais exercendo maior influência sobre os rumos do bloco. A alemã Ursula von der Leyen, atual presidente da Comissão Europeia, busca um segundo mandato de cinco anos pelo bloco do PPE.

Stephane de Sakutin/AFP

O partido ultraconservador Reagrupamento Nacional celebra o candidato Jordan Bardella (C), na presença da presidente da legenda, Maria Le Pen, em Paris

Incerteza

De acordo com Alberto Alemanno, professor de direito da União Europeia na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris (HEC Paris) e uma das principais vozes na democratização da UE, a incerteza política paira sobre o continente, às vésperas de os cidadãos dos 27 países-membros irem às urnas. "Pela primeira vez, os partidos de extrema direita e anti establishment podem garantir 20% dos assentos do Parlamento Europeu. Esses partidos governam — direta ou indiretamente — mais de uma dezena de países-membros da UE. Entre eles, estão Estados fundadores da UE, como a Itália e a Holanda, que ganharam respeito sem precedentes e, antes, inconcebível", afirmou ao **Correio**.

O Parlamento Europeu

720 deputados em 2024

2024

Comissões parlamentares

BRUXELAS

ESTRASBURGO

A maioria das sessões plenárias

Deputados eleitos por voto universal direto

Emendar e votar projetos de lei

Comissão Europeia

Propostas de lei

Os eurodeputados elegem o presidente da Comissão, por proposta do Conselho Europeu. Também ouvem os candidatos a postos de comissariado e podem recusar suas candidaturas

Outras funções

Participar no desenvolvimento do Orçamento

Supervisionar e controlar outras instituições

Aviso consultivo em outros temas (como impostos)

Fonte: União Europeia AFP

Alemanno acredita que as eleições deste ano completarão o processo de normalização de figuras políticas extremas, com a ascensão de forças conservadoras, como o Partido Popular Europeu, "não muito diferentes de Jair Bolsonaro". "A votação deverá legitimar Marine Le Pen como a provável alternativa ao presidente Emmanuel Macron, na França. Na Alemanha, poderá consolidar o partido Alternativa para a Alemanha como um sério oponente à conservadora União Democrata Cristã (CDU), uma vez que a atual coalizão de governo vai desmoronar", previu.

Especialista do Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR, pela sigla em inglês), com foco em opinião pública europeia, Pawel Zerka aposta que uma guinada, para a direita incluirá ganhos da direita radical — principalmente, na França, na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal e em alguns países menores —, bem como a manutenção dos assentos da centro-direita no Parlamento Europeu, graças a um bom desempenho de partidos na Alemanha, na Espanha e na Polônia.

Segundo ele, o fenômeno coincidirá com a mudança para a direita e a normalização da direita radical, tendências que se confirmaram em alguns governos da Europa. "A direita radical lidera na Itália e na Hungria; integra coalizões governistas na Holanda, na República Tcheca, na Eslováquia, na Finlândia e na Croácia; e fornece apoio parlamentar na Suécia", disse Zerka ao **Correio**. "Pelo fato de o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu tomarem parte no processo decisório e legislativo da UE, essas eleições confirmarão essa mudança para direita, com potenciais consequências."

Zerka prevê uma Europa menos ambiciosa em relação ao clima, mais severa em matéria de migração, menos disposta a aceitar novos países-membros e menos ativa na defesa do Estado de Direito. "Os efeitos políticos das eleições incluem mais divisões e dificuldades em obter acordos. Isso é um enorme risco, em um momento em que a guerra na Ucrânia se torna cada vez mais difícil. Além disso, a perspectiva de retorno de Donald Trump à Casa Branca coloca um ponto de interrogação sobre a garantia de segurança sustentada oferecida pelos EUA", disse.

Eu acho...

Arquivo pessoal

"Não somente as ambições climáticas da UE estão em jogo, mas também uma agenda tradicionalmente integracionista do bloco. O alargamento da União, estreitamente interligado com a reforma institucional, será, provavelmente, abrandado ou mesmo interrompido sob a influência da extrema-direita. O próximo Orçamento de longo prazo da UE, o qual deverá ser negociado pelo Parlamento Europeu em 2016, deverá encolher, o que pode criar um fosso sem precedentes entre as expectativas dos cidadãos em relação à forma com que a UE aborda os principais desafios e os meios que terá à sua disposição para confrontá-los."

Alberto Alemanno, professor de direito da União Europeia na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris (HEC Paris)

seesaw-foto.com

"Será importante se os partidos da direita radical ultrapassarão o limiar de um terço dos assentos de deputados europeus, o que lhes permitiria obstruir os trabalhos do Parlamento Europeu e reivindicar um papel maior na liderança da União Europeia. Também se todos os partidos de direita vão ocupar 50% das cadeiras, o que lhes daria a possibilidade de votarem em conjunto em questões de plena concordância, como a migração."

Pawel Zerka, especialista do Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR, pela sigla em inglês)

Os temas centrais das eleições

Número de eleitores aptos a votar
Cerca de 370 milhões. As eleições ocorrerão entre hoje e domingo.

O que estará em disputa
Os cidadãos elegerão 720 deputados do Parlamento Europeu e renovarão as autoridades do bloco.

Os próximos dirigentes
As eleições europeias definirão o novo Parlamento Europeu, e o equilíbrio político resultante determinará a atribuição dos principais cargos. Tratam-se das presidências das três principais instituições da União Europeia (UE): a Comissão Europeia (o braço Executivo), o Parlamento e o Conselho (que representa os países do bloco). Depois desses três cargos, o cargo mais importante é o de alto representante, como é formalmente chamado o chefe da diplomacia do bloco.

Distribuição de cargos
Depois desses três cargos, o mais importante é o de alto representante — o chefe da diplomacia do bloco. A distribuição de cargos será definida durante cúpula de líderes europeus marcada para 27 e 28 de junho.

Quem controla o quê
Atualmente, o Partido Popular Europeu (PPE) controla a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu. O grupo parlamentar Renovar a Europa lidera o Conselho Europeu.

Frederik Florin/AFP

Acordo Verde
É um dos mais ambiciosos da UE e um dos motivos de protestos dos produtores agrícolas de todo o bloco. Os efeitos do Acordo Verde são sentidos tanto na indústria como na agricultura, e também nos pactos comerciais e nas importações agrícolas. Pesquisas indicam que a bancada do Verdes no Parlamento poderá perder até 40% dos seus votos. Caso a extrema direita ganhe influência, a implementação de medidas de combate às mudanças climáticas deverá ser consideravelmente mais difícil.

Ucrânia
A invasão da Ucrânia pela Rússia levou os países europeus a reforçar a indústria de defesa e sua segurança, mas a disponibilidade de recursos não é tão fácil. A UE propôs uma nova estratégia, com um fundo de 1,5 bilhão de euros (ou R$ 8,55 bilhões na cotação atual) para ajudar os fabricantes do setor da defesa, mas a negociação desse plano ainda não terminou. Sem poderes em matéria de política externa, os eurodeputados pouco podem fazer.

Temas nacionais
As eleições estão divididas em 27 votações separadas e todas abordam questões nacionais. Na França, o poder do partido do presidente Emmanuel Macron está em jogo. Na Alemanha, os partidos da coligação governante (Verdes, Liberais, Socialistas) podem ser afetados pela desconfiança no governo. Na Eslováquia, o ataque ao primeiro-ministro Robert Fico abalou a campanha e poderá aumentar o apoio à sua coligação populista. A Espanha observará o impacto dos acordos entre socialistas e independentistas que permitiram a formação de um novo governo.

VISÃO DO CORREIO

Mais educação, menos embates políticos

Considerando todas as etapas educacionais, o Brasil tem registrados mais de 47,3 milhões de estudantes, indica o Censo Escolar 2023. Só na educação básica — que concentra a maior parte dos matriculados — são 2,4 milhões de professores e 161,7 mil diretores. Trata-se, portanto, de um número considerável de pessoas diretamente ligadas ao que ocorre dentro e fora das escolas e tem potencial para mudar o seu funcionamento.

Nesse último quesito, o país vive um momento de disseminação de projetos que despertam, no mínimo, preocupação em quem reconhece o potencial transformador da educação. Entre as principais propostas, estão o aumento de escolas cívico-militares e a possibilidade de os colégios públicos terem uma estrutura de gestão privada.

No Paraná, Legislativo e Executivo acabam de decidir pela transferência da gestão administrativa das escolas estaduais para empresas — São Paulo e Minas Gerais também avançam nessa discussão. A intenção do governo paranaense é implantar a mudança, a partir de 2025, em mais de 200 unidades escolares, livrando o diretor das responsabilidades administrativas e financeiras "para que ele possa concentrar esforços nos aspectos pedagógicos", explicou o governador Ratinho Jr.

O grupo privado fará a gestão dos recursos públicos, inclusive federais, e poderá contratar docentes temporários, entre outras atribuições. Em resposta, professores do Paraná entraram em greve, criticando a falta de debate no que consideram a privatização do ensino público, e deputados entraram com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar o projeto.

Chegou também à Suprema Corte brasileira o embate sobre a constitucionalidade do aumento de escolas cívico-militares. O PSol pede que o STF revogue lei sancionada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no último dia 27, que permite que policiais militares atuem na escola como monitores para prevenir e evitar situações de violência. As instituições de ensino poderão aderir voluntariamente ao modelo também a partir do próximo ano, de acordo com o governo. A oposição, porém, fala em militarização da escola civil.

Em julho passado, o presidente Lula acabou com o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), instituído pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como uma das principais propostas para a educação no país. Governadores e prefeitos seguem tendo autonomia para adotar o modelo em colégios estaduais e municipais. Paraná, São Paulo, Goiás e Distrito Federal são exemplos de unidades da Federação com planos de ampliar esse formato de educação.

Por mais que cada governador ou prefeito tenha domínio sobre as necessidades educacionais de sua região, há uma realidade no país que se impõe a todos os gestores públicos: a urgência em melhorar a educação de crianças, jovens e adolescentes. Há, por exemplo, 9,8 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, ou 19,9% da população nessa faixa etária, que não concluíram a educação básica e não frequentam escolas, revela a pesquisa Juventude Fora da Escola, com dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Levantamento do Instituto Semesp divulgado em março mostra que oito em cada 10 professores da educação básica já pensaram em abandonar a carreira.

É obrigação do Poder Público estabelecer condições para que estudantes e professores fiquem nas salas de aula. Não é o embate ideológico que levará à superação das dificuldades estruturais enfrentadas pela comunidade escolar. O que se espera é o empenho de cada gestor para a oferta de uma educação de qualidade, transformadora da realidade de cada comunidade escolar e do país como um todo.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Vacinas para as crianças, sim

Um dos grandes desafios do Brasil na missão imprescindível de aumentar a cobertura vacinal é o enfrentamento à ação criminosa de negacionistas que espalham notícias falsas sobre imunizantes. É uma batalha hercúlea, porque esses sabotadores têm nas redes sociais um terreno fértil para disseminar mentiras, impactando a confiança da população.

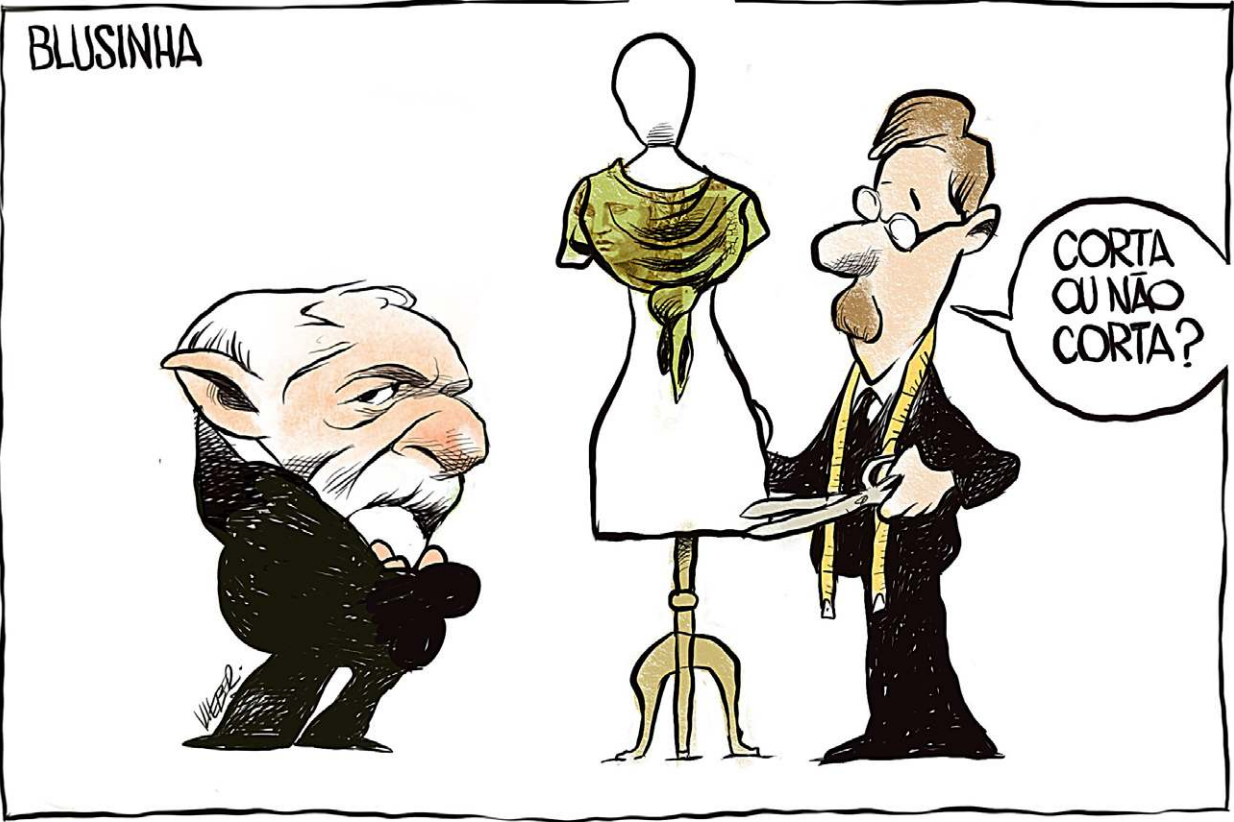
Um estudo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Universidade Santo Amaro (Unisa), divulgado ontem, mostra que 21% dos entrevistados admitiram já ter desistido de levar crianças para se vacinarem após lerem fake news nas redes sociais.

O *Estudo sobre consciência vacinal no Brasil*, realizado entre 29 de janeiro e 19 de fevereiro, ouviu 3 mil pessoas em todas as regiões do país. Segundo o levantamento, embora predomine a confiança na segurança e na eficácia das vacinas, há brasileiros com receio.

Um receio que só piora quando agentes públicos, que deveriam zelar pela saúde da população, lançam suspeitas sobre vacinas, como faz uma parte dos parlamentares no Congresso. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, nesta semana, um recurso que tem o objetivo de rediscutir a imunização obrigatória contra a covid-19 para crianças de 6 meses a 5 anos. O argumento é de que a vacina não foi "devidamente testada"!

O imunizante contra o novo coronavírus passou a integrar o calendário para essa faixa etária este ano, porque a cobertura vacinal desse público estava muito baixa, representando um sério risco. Em 2023, 110 crianças morreram devido à doença, como informou, em novembro, a ministra da Saúde, Nísia Trindade. Já em 2022, de acordo com a Fiocruz, o Brasil registrou um óbito por dia entre meninos e meninas nessa faixa etária, em decorrência do coronavírus.

Nísia Trindade enfatiza constantemente que a aplicação das doses segue orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e que elas "passam por rigoroso processo de estudo de qualidade antes de serem incorporadas ao SUS".

Não se deixe levar por fake news. Em caso de dúvida sobre imunizantes, busque fontes confiáveis para dirimi-las — o próprio Ministério da Saúde responde. Vacinas são seguras, eficazes, gratuitas e salvam vidas. Se há crianças ou adolescentes em sua casa com doses em atraso, leve-os para atualizar a caderneta. Leve-os para receber essa proteção.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Taxação

Tenho tecido críticas, com frequência, sobre a questão das pequenas importações. E a novela pastelão do governo segue. Interminável. Essa gente não tem mais o que fazer? Os chineses certamente pensam que não somos sérios, parece uma brincadeira. Amiúde, os mesmos atores mudam radicalmente o seu ponto de vista da noite para o dia. Cada lado tem sua razão, todos gritam e não se chega a um acordo. Agora, virou cavalo de batalha entre a Câmara e o Senado, com o curioso nome de "taxa das blusinhas". Seria cômico se não fosse trágico. E o pior é que chamam no Congresso de jabuticaba, pois é apenso ao projeto de descarbonização do setor automotivo. Entenderam? Eu também não entendi.

» **Humberto Pellizzaro**
Asa Norte

Calçadas

Moro no Cruzeiro. Há uns três anos, o passeio que fica ao lado da quadra 12 foi revitalizado, com aumento na largura e bom material de cimento. Para a tristeza dos moradores, não durou muito, os tratores que passam cortando as gramas simplesmente passaram por cima do que estava feito, quebrando as bordas das lajes e deixando as mesmas com fissuras e desnível. Lamentavelmente, essa é uma prática recorrente, difícil de se entender, pois o que deveria ser uma solução virou prejuízo. Dinheiro público jogado às favas, e desconforto e risco para quem usa o caminho. Por quase 40 anos, vemos essa cena se repetir. As máquinas do próprio governo quebrando o que outras máquinas arrumaram. Não dá pra entender tal desprezo por parte de quem deveria zelar.

» **Francisca Melo**
Cruzeiro

Sertanejos

Procuradores de alguns estados estão investigando os apoios de um grupo de cantores sertanejos à reeleição de Jair Bolsonaro. Há suspeitas de que alguns desses apoiadores tinham interesses financeiros e seriam perdoados de dívidas na Receita Federal caso o ex- presidente vencesse as eleições de 2022. Estamos vendo na mídia que, a cada dia, aparecem mais envolvimentos de falcatruas e tentativas de crimes cometidas pelo o "mito" quando estava no comando do Brasil. Já são quase dois anos de investigações da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República. Fica parecendo que as provas que foram colhidas por esses órgãos contra o Bolsonaro não são suficientes para decretar a prisão dele. Por muito menos, o ex- presidente Michel Temer foi preso no meio da rua.

» **Evanildo Sales Santos**
Gama

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Para o brasileiro, felicidade é comprar um carro elétrico chinês com isenção. Tristeza é pagar uma blusinha com taxação.

Abrahão Ferreira do Nascimento — Águas Claras

Dia Livre de Imposto: a gasolina iniciou nesta semana mais cara para não perderem o lucro nesta quinta-feira.

Marcos Nathã — Brasília

Além do VLT entre o DF e Luziânia, deveria ter mais VLT aqui dentro do DF também. Assim, desafogaria o Metrô, já que não aumentam as estações.

Lucas Emerick — Vicente Pires

Cerrado: o berço das águas vai sendo destruído pela ganância ruralista.

Diogo Ferreira — Brasília

Estou sem plano de saúde há muito tempo. Ou você compra comida, ou você paga plano de saúde. Simples assim!

Genoveva Fonseca — Brasília

É bom lembrar que a destruição do Cerrado pode ser a destruição de boa parte dos nossos biomas. A água que corre aqui vai parar no Amazonas, e existe Cerrado em mais de 10 estados brasileiros. Preservar é questão de sobrevivência nacional.

Eduardo F. Brito — Park Way

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	**R$ 4,00**	**R$ 6,00**

ASSINATURAS * SEG a DOM
R$ 899,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61)99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

ANJ Associação Nacional de Jornais — IVC

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

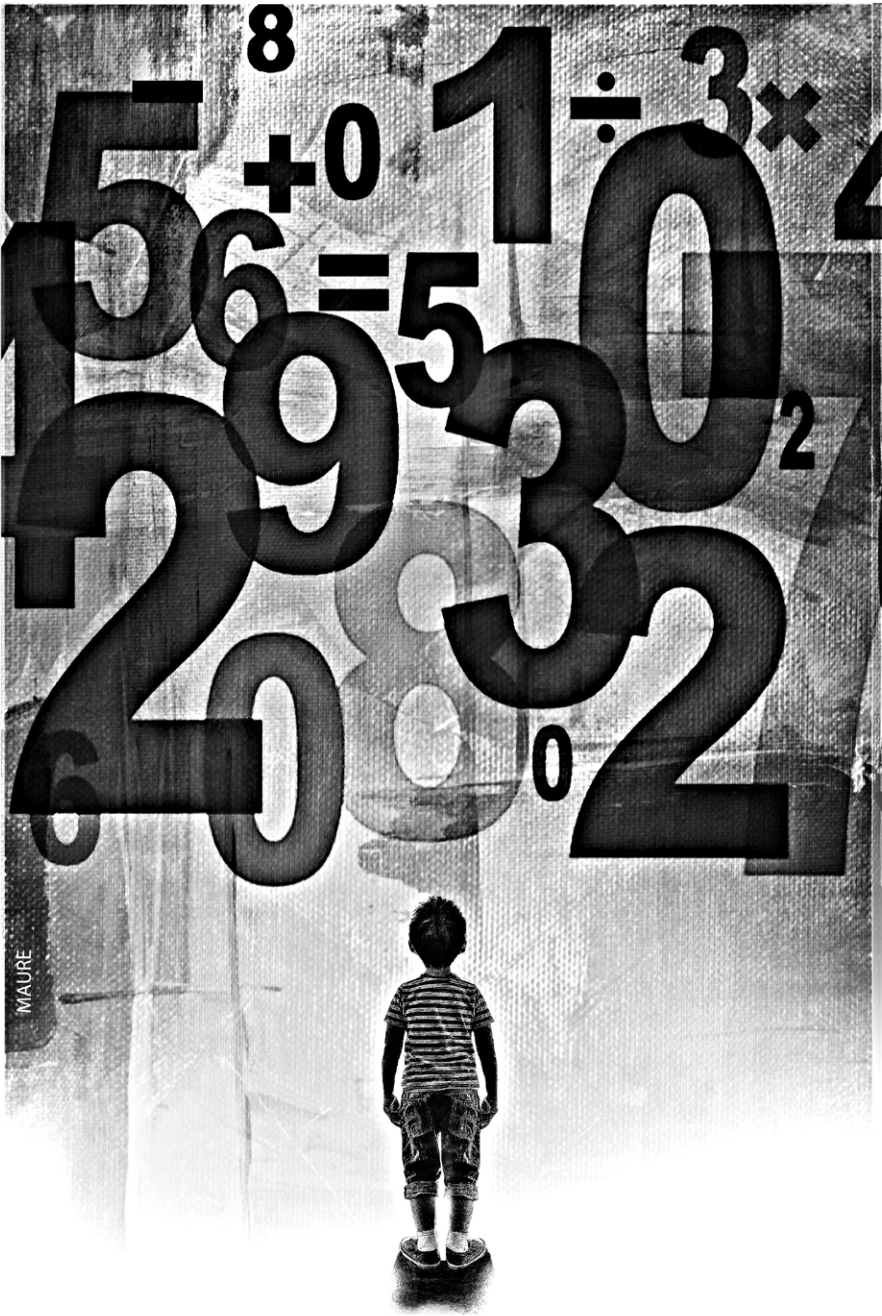
O desastre do aprendizado em matemática no Brasil

» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) me convidaram, recentemente, para falar sobre o futuro da universidade no Brasil. Na oportunidade, comecei dizendo que só vamos alcançar um futuro promissor para o ensino superior em nosso país quando formos capazes de resolver o problema da qualidade da nossa educação básica. Isso implica, entre outras coisas, que as universidades precisarão colocar esse nível educacional na sua apertada agenda de prioridades.

Nossos jovens estão ingressando no ensino superior com muitos deficits de aprendizagens que impactam fortemente a própria qualidade do ensino nas universidades. Basta ver os atuais índices de reprovação e de abandono. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, de cada 100 ingressantes no ensino superior, 59 desistem. Outro dado preocupante dessa mesma fonte: dos que ingressam nos cursos de pedagogia, 50% não alcançam sequer 450 pontos no Enem. O que isso significa? Que esses estudantes não receberiam o certificado de conclusão do ensino médio com tal pontuação, mas, mesmo assim, estão entrando na universidade. E eles supostamente serão os futuros professores de nossas crianças.

Outro exemplo alarmante: de cada 100 concluintes do ensino médio da rede pública, apenas cinco aprenderam o que seria esperado em matemática, de acordo com os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021. Em 2019, esse número era sete — portanto, não vamos responsabilizar a pandemia por esse desastroso resultado. Mas o problema do aprendizado da matemática já começa nos anos iniciais do ensino fundamental (EF), se amplia ainda mais nos anos finais e chega ao seu ápice no ensino médio. Se não vejamos, em 2021, no 5º ano dos anos iniciais do EF o percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática é de 37%; no 9º ano dos anos finais do EF esse percentual cai para 15% e chega ao fim do ensino médio, como vimos acima, a 5%. Um desastre que virou rotina nos últimos 20 anos, já que não se vê uma ação concreta e estruturante para reverter esse quadro.

Além das avaliações a nível nacional, alguns sistemas de avaliação de estados brasileiros corroboraram tais resultados, como foi o caso do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) de 2021. Por exemplo, um aluno do 5º ano do EF apresentou proficiência esperada para um estudante do 2º ano do EF. Para se ter uma ideia do que isso significa, 62% dos estudantes não conseguem resolver uma questão de matemática do tipo: "Uma construtora encomendou 10 mil parafusos a uma loja, mas a loja tinha apenas 3.825 em estoque. A quantidade de parafusos que faltam para completar a encomenda é ...".

Em maio último, em São Paulo, a B3 Social promoveu um encontro para debater esse grave problema da aprendizagem da matemática no Brasil. Na oportunidade, uma pesquisa da Fundação Itaú Social, tomando como referência uma metodologia francesa, revelou o impacto no Produto Interno Bruto (PIB) da baixa aprendizagem da matemática no país. Por sua vez, o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE) fez uma análise comparada dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2022 do Brasil com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas três disciplinas avaliadas: leitura, ciências e matemática. Estamos ruins em todas as três, mas a situação da matemática é ainda pior.

Considerando apenas os alunos de mais alto nível socioeconômico (NSE), o percentual em países da OCDE de estudantes com aprendizado adequado em matemática é de 64%, enquanto no Brasil é de 26%. Para os alunos de mais baixo NSE, o percentual da OCDE é de 20%, mas no Brasil é de apenas 3%.

Fica claro que precisamos fazer algo para reverter esse desastroso quadro do aprendizado da matemática no Brasil. Por onde devemos começar? Em primeiro lugar, tornando o ensino da matemática mais prazeroso aos nossos estudantes. Isso passa pela formação de professores. Não basta apenas dominar os conteúdos, mas é preciso saber como ensiná-los. Vamos precisar ter uma carreira atraente, e isso passa por melhor remuneração e desenvolvimento profissional ao longo da vida.

Há esforços importantes feitos hoje no Brasil que poderiam inspirar essa mudança, como a Olimpíada Brasileira de Matemática. Mas é preciso ir além da busca de talentos, como se propõe essa importante iniciativa, que pode ser um ponto de partida para a mudança. Professores inspiradores da educação básica poderiam ser recrutados para formar futuros professores nas universidades. Por fim, uma grande aliança nacional, sob a coordenação do Ministério da Educação, em colaboração com estados e municípios, universidades e instituições científicas, como a ABC e a SBPC, além de institutos e fundações do terceiro setor comprometidas com a causa.

Trata-se de um esforço nacional, uma espécie de Todos pela Matemática, que vai ultrapassar os tempos de governo para que, de fato, o país alcance, em um futuro próximo, resultados promissores no campo da aprendizagem em matemática por parte de nossos estudantes.

Reforma Tributária: realidade ou ilusão de ótica?

» ALFREDO COTAIT NETO
Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

Grande parte dos agentes econômicos brasileiros comemorou, no fim de 2023, a aprovação da proposta de emenda à Constituição que instituiu a Reforma Tributária no nosso país. Ainda com divergências, críticas e dúvidas, parecíamos estar diante de um consenso de que aquele passo era melhor do que nada. Assim, se fez um clima de otimismo (mesmo a versão aprovada não sendo a ideal). Entretanto, seis meses se passaram, com pouquíssimos avanços. A regulamentação da Reforma Tributária caminha a passos muito lentos, sem nenhuma perspectiva de que representantes do governo ou do Congresso estejam priorizando essa etapa tão importante. Afinal, a regulamentação é quando as novas regras realmente saem da teoria e partem para a prática. É quando os ciclos da economia e do empreendedorismo irão, realmente, sentir os impactos.

Esse momento de incerteza me faz recordar os antigos mágicos que se apresentavam na tevê, nas noites de domingo. Com recursos de luzes, tecidos e muita habilidade, enganavam a plateia diante de espetáculos de ilusão de ótica que deixavam muita gente intrigada até o dia seguinte. A versão televisiva tinha como objetivo gerar entretenimento. Mas a nossa versão econômica dessa ilusão de ótica não tem nada de prazerosa ou interessante. Pelo contrário: gera insegurança jurídica, apreensão, falta de investimentos e pausa nos negócios. O que é péssimo para o país.

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) acompanha de perto as tratativas, negociações e conversas, porque considera que alguns pontos da reforma são inegociáveis. Defendemos a inclusão de parâmetros para garantir a não elevação da carga tributária global, o direito ao crédito nas aquisições realizadas de empresas e nas vendas realizadas por empresas optantes do Simples Nacional e a criação da cesta básica de alimentos com alíquota zero, além da garantia de que todos os alimentos que estão nas cestas básicas possam ter alíquota reduzida em 60%.

Desde abril, aguardamos que a regulamentação avance. A proximidade com o recesso parlamentar e com as eleições estaduais, no segundo semestre, tornam as previsões de avanço bem pessimistas. O texto precisa passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Estamos diante de um calendário muito apertado, além da possibilidade de aparecerem urgências nacionais, como ocorreu com a catástrofe climática que se abateu sobre a população do Rio Grande do Sul. O possível otimismo do fim de 2023 desapareceu entre os agentes econômicos.

Há um outro problema que se tornou mais do que evidente: a falta de articulação política do governo no Congresso. O episódio que ocorreu no Senado, quando todos foram surpreendidos com a exclusão do tema da taxação de compras internacionais do texto do Mover, escancarou a falta de controle por parte da União. Líderes e presidentes das Casas não esconderam a surpresa. Os atritos se somam, no Planalto e no Congresso, tornando o clima político ainda mais conturbado.

Esse é apenas o último exemplo. O mais recente. Mas, em um ano e meio, são muitos os casos em que a falta de uma voz para construir diálogos em prol de soluções econômicas faz com que o cenário seja muito ruim para o futuro do Brasil. As disputas políticas precisam deixar temas econômicos de lado. E os representantes do governo precisam priorizar essas articulações para fazer com que a economia reaja, traga frutos e aumente a empregabilidade dos brasileiros. Em um contexto de desafios econômicos, sociais, de enfrentamento da desigualdade, é consenso na sociedade civil que é de emprego que o povo brasileiro precisa. E o emprego está nas mãos dos comerciantes, empresários e empreendedores que trabalham, diariamente, para gerar renda, pagar imposto e fazer a economia girar e crescer.

Ao cardápio das incertezas soma-se toda a insegurança jurídica na novela sobre a desoneração da folha de pagamento. E o fato de que, em pleno ano de 2024, inexiste uma discussão concreta sobre uma reforma administrativa, passo fundamental para a realização de investimentos no país. Quisera eu que todo esse cenário de impasse fosse apenas uma ilusão de ótica.

Exemplo a seguir, lição a aprender

» PATRÍCIA BOSON
Membro do Conselho Diretivo da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME)

A tragédia climática no Rio Grande do Sul, mesmo para quem, como eu, leu *O Tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, no qual a saga gaúcha é tão bem contada, desperta admiração pela fortaleza do povo gaúcho. São gaúchos e gaúchas em lágrimas, às vezes, mas sempre com um discurso de resiliência e reconstrução. Nenhum lamento, nenhuma queixa, nenhuma acusação, nenhuma postura de vítima. Não aguardam o que pode ser feito por eles ou por elas, sequer reivindicam, fazem por si. Lembrando aqui Veríssimo ao descrever suas heroínas: "Apesar de fracas, resistem e garantem a subsistência e o futuro de seus descendentes". A coragem desse povo diante de tamanha tragédia é, de fato, um exemplo admirável a seguir.

Essa tragédia traz também lições. Cito o professor Gerson Boson, filósofo do direito: "A natureza é inexorável fábrica do passado, e o ser humano, apenas inevitável fábrica de opções. A única opção que não podemos fazer é a de deixarmos de optar". Junto a essa sabedoria o conhecimento de que a engenharia surgiu da necessidade de proteção das intempéries e da busca por alimentos do *Homo sapiens*; avançou com a busca de explicações sistêmicas para problemas práticos, confrontando dogmas e o medo paralisante diante de velhos e novos desafios. Se a engenharia moderna se desenvolveu pautada no bem-estar das pessoas, a engenharia contemporânea se desenvolve na busca por mesclar, cada vez mais, as necessidades do ser humano e do planeta.

Nos parece ainda mais desolador e trágico, diante do passivo material e das centenas de vidas perdidas que se acumulam em todo o estado do Rio Grande do Sul, saber que o Poder Público tenha deixado de optar pela engenharia nacional e sua capacidade e seu domínio pleno sobre os problemas e as soluções para o enfrentamento dos eventos hidrológicos adversos.

De acordo com atuais manifestos de inúmeras autoridades da engenharia, hídrica e hidráulica, em todas as ações públicas, especialmente pós década de 1970, mesmo aquelas mais diretamente voltadas para a gestão, mitigação ou extinção de passivos para a proteção das intempéries, em que pese reguladas por lei (Lei nº 9433/97), nunca o Poder Público fora tão claramente negligente ao não privilegiar investimentos, capacitação e manutenção de um corpo técnico público voltado para o diagnóstico, o planejamento e o engenho de soluções.

Não são poucos, eu mesma já participei de alguns, os planos e as soluções insistentemente apresentados e apontados pelos nossos engenheiros e engenheiras e que, hoje, são pastas esquecidas em gavetas ou drives da burocracia. Ao retratar essa negligência, sequer nossos organismos técnicos e os funcionalmente competentes para o tema são comandados por especialistas. O governo brasileiro, há décadas — e, no caso do Rio Grande de Sul, infelizmente, esse fato fica tristemente evidente — não fez a opção pela sua função no campo da engenharia social.

E o pior acontece! Pelas desastrosas declarações sobre a busca por contratos internacionais e por apoio técnico em outros países, escancara o total desconhecimento sobre a capacidade da engenharia nacional, a exemplo do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), de reconhecimento internacional e situado em terras gaúchas. O que lá fora fazem melhor e que aqui precisamos, sim, trazer e copiar é acreditar, investir, optar pelas engenharias na arte e no saber de engenhar soluções estruturais e não estruturais que tão bem dominamos.

É triste constatar que estamos formando experts em hidrologia e hidráulica para brilharem lá fora ou abandonarem seu saber e ingressarem em carreiras públicas mais atraentes ou no mercado financeiro. Lição a ser aprendida: engenharia já. Assim como gastamos 1,6% do PIB para manter um sistema judiciário garantidor do direito a todos — com ênfase para a defensoria pública, que presta essencial assistência jurídica integral e gratuita — a partir da promoção de uma carreira pública atraente e valorosa, passou da hora de promovermos a engenharia social. Uma carreira para engenheiros e engenheiras tão atrativa quanto as do sistema judiciário, com os mesmos benefícios econômicos, garantias e independência para atuação. Afinal, no dizer de Afonso Senna, "a engenharia como um todo e a infraestrutura em particular sempre foram, são e serão fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e responsáveis maiores pela real inclusão social".

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Maio é avaliado como o 12º mês consecutivo de recorde de calor: relatório, divulgado no Dia Internacional do Meio Ambiente, mostra que, nos próximos quatro anos, o aumento da temperatura global deve exceder 1,5Cº, o combinado no Acordo de Paris

Descanso à margem do Ganges, em Prayagraj, Índia: termômetro próximo de 50°C em onda de calor

AFP

O PLANETA NO LIMITE

» PALOMA OLIVETO

Um novo relatório da Organização Meteorológica Mundial alerta que há 80% de probabilidade de a temperatura média global dos próximos quatro anos ultrapassar 1,5ºC em relação aos níveis pré-industriais. Esse é o limite máximo que deveria ser atingido em 2100, segundo o Acordo de Paris. Contudo, embora o dado seja preocupante, o organismo da ONU afirma que o aumento é temporário e não configura uma violação permanente da meta firmada na capital francesa em 2015.

A divulgação coincide com um discurso do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, sobre o Dia Internacional do Meio Ambiente, quando também foi divulgada a quebra de mais um recorde de calor, no mês de maio. O líder pediu a proibição da publicidade do petróleo, gás e carvão — principais causas do aquecimento global. "Exorto todos os países a proibirem a publicidade de empresas de combustíveis fósseis, assim como a de outros produtos que prejudicam a saúde, como o tabaco", afirmou António Guterres. "Na questão do clima, não somos os dinossauros. Somos o meteorito. Não estamos apenas em perigo. Somos o perigo."

Às vésperas da reunião do G-7 na Itália, entre 13 e 15 de junho, o dirigente da ONU aproveitou para cobrar dos governos ações climáticas mais ambiciosas. "Estamos jogando roleta russa com o nosso planeta. A batalha para limitar o aumento da temperatura a 1,5ºC será vencida ou perdida na década de 2020 — sob a vigilância dos líderes de hoje." Prevista para iniciar dia 13, também está próxima a Conferência Climática de Bonn, na Alemanha, um preparatório para a COP29, que será realizada no fim do ano, no Azerbaijão.

O relatório da OMM prevê que a temperatura média global na superfície entre 2024 e 2028 seja entre 1,1°C e 1,9°C superior à linha de base de 1850-1900. O documento também afirma que é provável (86%) que pelo menos um desses anos estabeleça um novo recorde de temperatura, superando 2023, que é atualmente o mais quente da história.

> **Estamos jogando roleta russa com nosso planeta"**
>
> ***António Guterres****, secretário-geral da ONU*

Estatísticas

Segundo o serviço meteorológico Copernicus, da União Europeia, maio bateu mais um recorde de calor, completando 12 meses consecutivos de aumento da temperatura. Entre junho de 2023 e o mês passado, a média global ficou em 1,63ºC acima do registrado entre 1850-1900.

As altas temperaturas de maio foram sentidas em diferentes partes do mundo. Na Índia, o termômetro se aproximou de 50°C, e não há sinal de arrefecimento. No México, o calor foi tanto que macacos caíram, mortos, das árvores. Em nove cidades, a média foi de 47°C no país da América do Norte.

"Por trás das estatísticas, está a triste realidade de que estamos muito longe de cumprir as metas estabelecidas no Acordo de Paris", disse o secretário-geral adjunto da OMM, Ko Barrett, em um comunicado à imprensa. "Temos urgentemente de fazer mais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, ou pagaremos um preço cada vez mais elevado em termos de bilhões de dólares em custos econômicos, milhões de vidas afetadas por condições meteorológicas mais extremas e danos extensos ao ambiente e à biodiversidade", acrescentou.

No Acordo de Paris, os signatários se comprometeram a manter a temperatura média global da superfície em longo prazo abaixo dos 2ºC — acima dos níveis pré-industriais e em prosseguir esforços para limitá-la a 1,5°C até ao fim do século. A comunidade científica tem alertado repetidamente que um aquecimento superior a 1,5°C poderá desencadear impactos muito mais graves das alterações climáticas.

A temperatura global do ano passado foi impulsionada por um forte El Niño. Uma nova atualização da OMM prevê a chegada da La Niña e um regresso a condições mais frias no Pacífico tropical no curto prazo. Porém, o organismo alerta que os recordes de calor esperados para os próximos cinco anos refletem o aquecimento contínuo causado pelos gases com efeito de estufa.

"Vivemos em tempos sem precedentes, mas também temos competências sem precedentes na monitorização do clima e isso pode ajudar a direcionar nossas ações", acredita Carlo Buontempo, diretor do serviço Copernicus para Mudanças Climáticas. "Uma série de meses mais quentes será lembrada como comparativamente fria, mas se conseguirmos estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera num futuro muito próximo, poderemos regressar a essas temperaturas 'frias' até o fim do século."

Ineficiência na remoção de CO2

Henrik Egede-Lassen / Zoomedia

Soluções naturais para lidar com o dióxido de carbono marinho são prematuras e equivocadas, diz estudo

Um grupo internacional de cientistas afirma, em um artigo publicado na revista *Environmental Research Letters*, que a compreensão limitada dos processos básicos oceânicos impede o progresso de remoção de CO2 marinho, com abordagens "prematuras e equivocadas" sendo anunciadas com frequência. No artigo, os pesquisadores analisam a eficácia climática de quatro técnicas baseadas na natureza que utilizam processos biológicos marinhos. As técnicas incluem o cultivo de moluscos e de algas marinhas, o carbono azul costeiro (utilizando a restauração de ervas marinhas, pântanos salgados e florestas de mangais), e o aumento das populações de baleias.

Porém, o grupo de cientistas, da Universidade de East Anglia (UEA), da Universidade da Tasmânia e do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacional, concluem que, embora as atividades sejam "altamente valiosas pelos seus benefícios não climáticos", não fornecem uma contribuição significativa para a remoção de dióxido de carbono, e "correm o risco de serem becos sem saída" em termos de mitigação climática significativa.

"Os proponentes desses métodos têm uma compreensão incompleta ou incorreta não apenas de como funciona o ciclo do carbono nos oceanos, mas também da enorme expansão necessária para fornecer benefícios climáticos significativos", disse, em nota, o coautor Phil Williamson, professor associado honorário UEA, no Reino Unido. "Mal-entendidos e lacunas de conhecimento afetam a credibilidade dos esquemas de compensação de carbono."

Para o autor principal, Philip Boyd, do Instituto de Estudos Marinhos e Antárticos da Universidade da Tasmânia, os benefícios dessas ações são modestos.

"Aqueles que defendem essas abordagens deram atenção insuficiente ao funcionamento dos ecossistemas e o ciclo do carbono dos oceanos, ignorando, por exemplo, os muitos processos que devolvem CO2 à atmosfera, bem como os desafios da implementação a uma escala climaticamente significativa."

Boyd acrescentou que: "há necessidade de uma melhor comunicação dos critérios básicos para a viabilidade da remoção de dióxido de carbono utilizando processos marinhos". (**PO**)

GRIPE AVIÁRIA

OMS confirma primeira morte humana por H5N2

A Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou ontem a primeira morte humana no mundo pela gripe aviária H5N2, uma variante diferente da que atinge os Estados Unidos, e reportou que foi detectada no México. A vítima é um homem de 59 anos, que morreu em abril, embora não tinha histórico contato com aves. Autoridades investigam como ocorreu a contaminação.

"É o primeiro caso humano confirmado em laboratório de infecção pelo vírus influenza A (H5N2) relatado no mundo, e a primeira infecção pelo vírus aviário H5 relatada em uma pessoa no México", informou a OMS, em comunicado.

O paciente morreu, em 24 de abril, após apresentar febre, falta de ar, diarreia e náusea. Segundo as autoridades de saúde, o homem "não tinha histórico de exposição a aves ou outros animais" porém, estava debilitado. Ele ficou três semanas acamado até morrer. A vítima morava no estado do México, segundo o jornal mexicano *El País*.

De acordo com a OMS, a fonte de exposição ao vírus, no caso do homem que morreu, segue desconhecida, embora tenham sido registrados casos de H5N2 em aves de criação no país. Segundo as autoridades mexicanas, o H5N2 afetou, sobretudo, aves no estado de Michoacán e também a região fronteiriça do estado do México.

Uma variante diferente da gripe aviária, a H5N1, espalha-se há semanas entre rebanhos de vacas leiteiras nos Estados Unidos, mas sem registros de infecção entre humanos. Desde 2003, foram notificados à Organização Mundial da Saúde (OMS) um total de 874 infecções humanas, incluindo 458 óbitos, caracterizando alta letalidade, de acordo com o Ministério da Saúde.

Nas Américas, três casos de influenza aviária A(H5N1) em humanos foram identificados: um nos Estados Unidos (abril de 2022), um no Equador (janeiro de 2023) e um no Chile (março de 2023). No Brasil, no ano passado, a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (DSA/SDA/Mapa) notificou à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) as primeiras detecções de influenza aviária em aves silvestres.

Emater/Divulgação

Homem que morreu no México não teve contatos com aves, autoridades seguem investigando

CIDADANIA

Roberto Adílio vive nas ruas há 15 anos e deseja incentivo para trabalhar

Ação multidisciplinar cuidará para que políticas públicas sejam efetivas

Segundo especialistas, iniciativa do DF servirá de exemplo ao país

Mais oportunidades para quem mora nas ruas

Acordo de cooperação entre GDF e MPDFT é ponto de partida para concretizar políticas voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade. Decreto regulamenta reserva mínima de vagas para essa população em serviços públicos

» MILA FERREIRA

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Governador Ibaneis Rocha (MDB) assinou decreto que reserva 2% das vagas de trabalho em serviços e obras públicas do DF para pessoas em situação de rua

As pessoas em situação de rua terão direito a 2% das vagas de trabalho disponíveis em serviços e obras públicas do Distrito Federal. A determinação foi regulamentada por meio de um decreto assinado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB), em 27 de maio, e faz parte de um conjunto de políticas públicas de atendimento e inclusão social que o Governo do Distrito Federal (GDF) está implementando em favor dessa parcela da população que vive em condições precárias na capital do país.

Na ocasião, foi assinado ainda um acordo de cooperação técnica entre o GDF e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para o monitoramento do Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital para a População em Situação de Rua. "Esse é um trabalho multidisciplinar. Tudo se encaminhou no sentido de que pudéssemos criar esse plano de ação para atender as pessoas em situação de rua. Tenho convicção de que esse plano servirá de exemplo para todo o Brasil", destaca Ibaneis.

O acordo de cooperação técnica envolve o GDF, representado pela Casa Civil, o MPDF, por meio das Comissões de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) e de Planejamento Estratégico (CPE), e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A resolução estabelece o plano de ações para executar políticas em assistência social, educação, saúde, cidadania, cultura, habitação, trabalho e renda voltadas para a população mais vulnerável do DF. O pacto tem o intuito de promover a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, bem como facilitar a troca de informações e o acompanhamento das políticas públicas pelo Ministério Público.

"O aumento da presença de pessoas em situação de rua mostra que nossa sociedade não vai bem. O enfrentamento das desigualdades sociais estruturais é tarefa do Estado e, nesse sentido, o plano é muito bem-vindo e coerente, pois estrutura ações específicas encaminhadas de forma contínua e integrada a várias políticas públicas", analisa a professora do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) Liliane Alves Fernandes.

Monitoramento

O MPDFT tem acompanhado a formulação das políticas do plano desde o início. A ideia é que, ao final de dois anos, seja possível verificar a resolutividade da política proposta, ou seja, os avanços práticos. Segundo a instituição, o acordo firmado possibilita uma atuação interinstitucional inovadora que visa permitir a obtenção de solução de um problema grave por meio de mecanismos consensuais de resolução de conflitos. Diante desse acordo, o MP está elaborando um plano de trabalho que descreverá estratégias de acompanhamento e fiscalização de cada um dos pontos do plano de ação do GDF, dentro dos lapsos temporais propostos pelo governo (em curto, médio e longo prazo).

Uma das metas do plano é a ampliação de unidades e melhoria dos serviços dos Centros de Referência Especializados para a população em situação de rua (Centros Pop). O MPDFT já deu início a um estudo técnico que dará subsídio ao Núcleo de Enfrentamento à Discriminação para verificar se a meta está sendo cumprida. Ou seja, o principal objetivo do acordo firmado é de que o órgão possa verificar, de forma mais eficiente, sistematizada e continuada, o cumprimento das políticas públicas voltadas à população em situação de rua por meio da colaboração do GDF em compartilhar as informações necessárias sobre sua implementação e do compromisso firmado por esses gestores públicos na priorização da implementação dessas ações voltadas a cidadãos em extrema vulnerabilidade.

Para Liliane Fernandes, um ponto positivo do plano diz respeito ao mapeamento e diagnósticos realizados que possibilitam o planejamento de estratégias intersetoriais. "No entanto, é preciso dialogar com os movimentos sociais e fiscalizar os serviços públicos oferecidos, é preciso um acompanhamento psicossocial de proximidade, ressignificar a identidade de quem está nesta condição, pois sair da rua não é tão simples como muitos imaginam. Não é suficiente apenas ter um emprego", ponderou a docente da UnB.

A especialista acredita que o GDF tem que investir na contratação efetiva de servidores públicos da assistência social para garantir a continuidade das ações a partir da lógica dos Direitos Humanos e da ética pública, de serviço à população. "Creio ser necessário ações emergenciais para auxiliar a pessoa em situação de rua, uma espécie de Samu social num primeiro momento. Penso que o plano de ação condiz com as boas práticas de intervenção, mas a primeira conduta deveria ser a garantia de moradia e atendimento médico-sanitário com acompanhamento psicossocial", comenta Liliane.

> Temos alimentação, documentação. Não tenho o que reclamar. O que falta mesmo são mais abrigos, e com melhores condições e, acima de tudo, emprego"
>
> **Everton Camilo,** *morador de rua atendido no Centro Pop da 903 Sul*

Moradia e emprego

Everton Camilo, 31 anos, frequenta o Centro Pop da 903 Sul e elogia os benefícios oferecidos pelo local. "Aqui, a gente tem alimentação, várias refeições, documentação. Não tenho nada o que reclamar", afirma. "Mas acho que o que falta mesmo são mais abrigos e com melhores condições e, acima de tudo, emprego", indaga. "Não abrigo, uma casa para eu morar mesmo. Habitação é direito nosso", reforça uma mulher que também vive em situação de rua e não quis se identificar.

O artista Roberto Adílio da Silva, 53, vive nas ruas há 15 anos e sente falta do apoio do governo para, com sua arte, adquirir autonomia. "O governo pode apoiar as pessoas dando emprego no que elas são boas. Conheço várias pessoas que vivem em situação de rua que são músicos, pedreiros, artistas etc.", relata. "Não adianta ter só o local onde a gente toma banho, eles precisam nos ajudar a entrar no mercado de trabalho e nos dar condições para produzir", completa. Ex-morador de um abrigo oferecido pelo GDF, Roberto criticou as condições dos locais. "Me senti mal tratado, prefiro ficar nas ruas", conta.

Abrigos

Em 25 de abril deste ano, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF) publicou edital de chamamento público para ampliar as vagas de acolhimento institucional para a população em situação de rua no Distrito Federal. Segundo o edital, serão duas mil novas vagas no total para oferta do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias em abrigo institucional e pernoite.

Além da ampliação das vagas em abrigos, a novidade do edital é o lançamento do pernoite, voltado ao acolhimento temporário de pessoas em situação de rua durante a noite, das 19h às 7h, todos os dias, incluindo fins de semana e feriados.

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Mariana Campos/CB

Paco Britto reúne amigos para celebrar 60 anos em festa junina

Foi um sucesso a comemoração de 60 anos do secretário de Relações Internacionais do DF, Paco Britto. O ex-vice-governador recebeu, na noite de terça-feira, amigos na casa de festas Complexo Cordel, no Park Way. Tudo muito bem organizado pela advogada e empresária Ana Paula Hoff, com quem Paco é casado há mais de 30 anos. Na festa, Paco disse à coluna que convidou amigos da vida toda e não queria um evento político. Mas claro que eles estavam lá: o governador Ibaneis Rocha chegou acompanhado da primeira-dama, Mayara Noronha, do secretário de Governo, José Humberto Pires, e do empresário Paulo Octávio. O ex-governador José Roberto Arruda estava animado, contando que acabou de chegar de uma viagem agradável a João Pessoa. Também estavam lá o deputado distrital João Cardoso (Avante), o ex-deputado Tadeu Filippelli, Valério Neves Campos, Lucas Kontoyanis, Agaciel Maia, Romero Jucá, e o advogado Guilherme Campelo. O comodoro do Iate, Luiz André Reis, com a esposa, Denise Reis, a procuradora-geral do DF, Ludmila Galvão, com o irmão, o procurador Marcelo Galvão, vários embaixadores e embaixatrizes, entre muitos amigos de Paco se reuniram para a celebração.

Cenários para 2026

Em várias rodas de conversa, o tema era as eleições de 2026. Houve comentários sobre a possível candidatura de José Humberto Pires, que pode ser o nome da sucessão de Ibaneis Rocha. Muitos apontavam também a provável volta de Arruda ao cenário eleitoral. A ausência da vice-governadora Celina Leão (PP) foi comentada. Ela foi convidada, mas não apareceu.

Reação

A reação de Ibaneis Rocha às críticas da oposição à saúde também foi alvo de comentários. "Está cedo para entrar em campanha", avaliou uma pessoa próxima de Ibaneis. E outra considerou que se Ibaneis não reagir perderá a batalha da comunicação para os adversários.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Contas aprovadas

Depois das críticas de Ibaneis Rocha aos antecessores, o ex-governador Rodrigo Rollemberg rebateu em vídeo postado nas redes sociais. "No meu governo, nenhum secretário foi preso. Temos todas as contas aprovadas."

Carlos Gandra/CLDF

Ficha Limpa animal

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa aprovou proposta de uma espécie de ficha limpa para proteção animal. A proposta, de autoria do deputado Daniel Donizet (MDB), prevê a proibição de posse em cargo público e a celebração de contratos com o Poder Público para pessoas condenadas por crimes de maus-tratos aos animais. A vedação se estende por um período de oito anos após o cumprimento da pena. Isso se aplica tanto a contratos com o Distrito Federal quanto a cargos de livre nomeação e exoneração. O projeto ainda precisa ser analisado em outras comissões, antes de seguir para votação no plenário.

À QUEIMA-ROUPA

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

O que foi decidido pelos líderes em relação à instalação de CPIs? Quais serão instaladas?

Os líderes da Casa decidiram cumprir o regimento interno e instalar as CPIs que já haviam sido pedidas, protocoladas e com assinaturas coletadas desde o ano passado. Duas CPIs serão instaladas, sendo a mais recente de dezembro de 2023, e as outras duas do início do ano passado (ICMS, violência contra a mulher e Rio Melchior). Todas foram lidas em plenário e estavam aguardando o momento certo para serem abertas.

A criação de novas CPIs foi uma manobra da base governista para impedir a instalação da CPI da Saúde?

Quanto à criação de uma nova CPI, não houve manobra, o regimento da Casa prevê que deve haver ordem para a instalação das CPIs de acordo com seu protocolo. Já havia três CPIs protocoladas e assinadas, apenas aguardando abertura. A demora ocorreu devido ao tempo dedicado à CPI dos atos democráticos, que durou oito meses e tomou praticamente o ano todo, para evitar desgaste adicional das comissões e dos deputados.

Por que não investigar falhas na saúde agora?

Sobre as falhas na saúde, estamos investigando e todos os deputados concordam que deve haver mudanças. No entanto, o campo mais adequado para investigar essas falhas é a polícia e o Ministério Público, e não a CPI, que, muitas vezes, perde credibilidade, como vimos na dos atos antidemocráticos. Apesar de os elementos probatórios para indiciar G. Dias e Flavio Dino, o indiciamento foi retirado a pedido do governo federal, mostrando a interferência política.

O governador Ibaneis Rocha reagiu nesta semana batendo na oposição e nos governos que o antecederam. Acha que esse vai ser o estilo agora?

Em relação ao governador Ibaneis Rocha, a esquerda na Câmara Legislativa do Distrito Federal tem adotado uma postura extremamente política para desgastar o governo, principalmente após a indicação da vice-governadora Celina como candidata à sucessão dele.

Por que criar uma CPI da Violência contra a Mulher se recentemente a Câmara Legislativa promoveu uma CPI do Feminicídio?

A nova CPI da Violência contra a Mulher, protocolada no ano passado, aborda temas que vão além do feminicídio, que é a fatalidade máxima contra a mulher. No ano anterior, a Câmara aprovou 48 leis beneficiando as mulheres, o que demonstra a importância dessa pauta para nós. A CPI do feminicídio, realizada pela CLDF no passado, se limitou ao ponto fatal do crime, sem trazer qualquer efetividade. A prova disso é que, em 2023, o Distrito Federal registrou um recorde de feminicídios. Portanto, pretendemos investigar além do feminicídio, abordando os estágios anteriores e todos os tipos de agressões contra as mulheres, sejam elas físicas ou psicológicas.

O senhor vai participar de alguma CPI?

Reitero que não houve manobra na criação dessas CPIs. A minha, por exemplo, foi protocolada em dezembro do ano passado, muito antes da apresentação da CPI da Saúde pela esquerda em junho deste ano. Não tenho como prever o futuro, apenas trabalho com fatos e necessidades presentes. Quanto a participação isso será discutido com o meu bloco que é composto por mim e o deputado Pepa. Como participei da última entendo que a prioridade de participação da próxima é dele, mas ainda discutiremos isso.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

JUNHO VERMELHO / Campanha durante todo este mês conscientiza para a ação solidária de doação de sangue

Uma corrente que salva vidas

» MARIANA SARAIVA
» FERNANDA CAVALCANTE*

Responsável por abastecer com sangue toda a rede pública de saúde, além de instituições conveniadas — como o Hospital da Criança, o Instituto de Cardiologia e o Hospital das Forças Armadas —, a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) opera, atualmente, abaixo do adequado com os tipos O+, O- e B. Para manter o estoque sanguíneo, é necessário o mínimo de 180 bolsas coletadas diariamente e que a corrente de doações se mantenha constante. E, para marcar o Junho Vermelho, o **Correio** abraça a campanha de conscientização sobre a importância dessa ação solidária que salva vidas.

Uma única doação de sangue pode alcançar até quatro pessoas. "É um ato que salva desde paciente urgentes e pontuais que vão precisar de uma doação na vida ou pacientes crônicos, como pessoas com a doença falciforme, que vão precisar de transfusões com frequência", explica a assistente social Kelly Barbi, gerente de captação de doadores do FHB. "E não há um substituto oficial para o sangue. A ciência ainda não conseguiu produzir um sangue artificial, então é um insumo, uma matéria-prima essencialmente humana, e precisamos que as pessoas se engajem na causa", alerta.

Kayo Magalhaes/CB

Kelly Barbi: Hemocentro precisa de pessoas que se engajem na causa

Sobrevivência

O produtor de vídeos Igor Comorg, 25 anos, foi salvo pela transfusão de sangue quando precisou passar três vezes pela remoção de um cisto na base da coluna, uma cirurgia considerada delicada. "É um problema que acaba voltando. O primeiro procedimento foi feito em 2013, e o segundo, em 2015. A última, mais recente, foi em 2021. Em todas as vezes, eu precisei passar por transfusão de sangue, por serem cirurgias longas, de cerca de quatro horas, e com muita perda sanguínea. Na cirurgia feita em 2015, por conta de uma infecção, o médico chegou a usar três bolsas", conta. "As pessoas não pensam que vão precisar. Mas, se não tivesse o sangue lá, eu poderia morrer. Doar sangue representa vida, é a possibilidade de uma pessoa sobreviver", defende.

Há seis anos, a moradora de Sobradinho Júlia Gonçalves, 19, precisou fazer uma cirurgia devido ao surgimento de um cisto no ovário esquerdo. Ainda hoje, o ciclo menstrual apresenta alterações hormonais, e o fluxo é intenso, com duração maior do que o normal. Em janeiro deste ano, após uma hemorragia excessiva, acabou desenvolvendo anemia, e precisou repor com duas bolsas de sangue.

"Me sentia muito fraca, como se pudesse desmaiar a qualquer hora. Hoje sei que poderia ter perdido a consciência se não tivesse recebido a doação", relata. Júlia conta, ainda, que o problema estava prejudicando o estilo de vida dela. "Eu ficava limitada a não fazer atividades que exigiam muito da minha energia", completa.

Unidades móveis

» Como parte da campanha Junho Vermelho, o Hemocentro de Brasília realizará três coletas externas com a unidade móvel neste mês. Amanhã, a ação ocorrerá na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Gama, das 9h às 16h. Em 14 de junho, o Dia Mundial do Doador de Sangue, a FHB promoverá uma coleta de sangue no Palácio do Buriti, como parte da campanha "Mulheres no Poder Doando Sangue e Salvando Vidas 2024", liderada pela vice-governadora do DF, Celina Leão. No dia 27, a Presidência da República receberá a unidade móvel de coleta externa, no Palácio do Planalto.

Doenças crônicas

A motorista de aplicativo Poliana Faustino, 37, é doadora do tipo O-, conhecido por ser universal, e integra o grupo de doadores fenotipados, ou seja, o sangue vai para um paciente específico, que só pode receber determinados marcadores sanguíneos, como pessoas que recebem transfusões por causa de doenças crônicas. "Precisei de doação depois de uma hemorragia causada por queimadura. Essa foi a principal motivação para fazer o que eu faço há 19 anos", conta.

A doença falciforme acomete cerca de 1,5 mil brasilienses que precisam de transfusão para sobreviver. De acordo com o presidente da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme (Abradfal), Elvis Magalhães, essa é uma situação genética e hereditária, identificada ainda no teste do pezinho, onde o glóbulo vermelho tem forma de foice e, por ter esse defeito, elas são mais frágeis e morrem mais cedo. Assim, as pessoas acometidas ficam anêmicas, com dor e mais propensas a ter infecções.

"Tem pacientes em que a transfusão de sangue precisa ser feita a cada 40 dias ou dois meses. O sangue para as pessoas com essa doença é uma necessidade para sobrevivência", explica Elvis.

*Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti

Condições para doar

» Para doar sangue, é preciso ter entre 16 e 69 anos, pesar mais de 51kg e estar saudável. Quem passou por cirurgia, exame endoscópico ou adoeceu recentemente, a recomendação é consultar o site do Hemocentro para saber se está apto a doar sangue.

» Para respeitar a saúde do doador, homens podem doar a cada dois meses e mulheres a cada três meses, sendo que, no período de 12 meses, homens podem fazer quatro doações e mulheres três.

» Quem teve gripe deve aguardar 15 dias após o desaparecimento dos sintomas. Quem teve covid-19, deve aguardar 10 dias após o fim dos sintomas, desde que sem sequelas. Se assintomático, o prazo é contado da data de coleta do exame. Pacientes diagnosticados com dengue clássica devem aguardar 30 dias para se candidatar à doação de sangue. Para a dengue hemorrágica, o prazo é de seis meses.

» O agendamento individual pode ser feito pelo site *agenda.df.gov.br* ou pelos telefones 160 opção 2, ou 0800 644 0160.

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Promessa de felicidade

Todos os dias, uma das primeiras ações que faço é observar os dois vasos com uma flor chamada onze-horas, que já foi tema de outras colunas. Sempre vou ao quintal para contemplar os vasos e para catar as pragas, que se misturam com a planta e proliferam se não forem contidas.

Moro em um condomínio horizontal fronteiriço a uma mata cerrada. Algumas plantas não se adaptam ao ambiente e fenecem. No entanto, o mais doloroso é o ataque que as formigas desfecham em algumas espécies. Além disso, existem outras pragas que exigem um cuidado permanente.

É preciso saber se gostam da sombra ou do sol, se apreciam pouca ou muita água. Não é uma tarefa fácil. Cultivar plantas é uma ciência complexa e caprichosa, cheia de nuances, macetes e segredos.

Mas é uma atividade muito prazerosa. Aos poucos, a gente percebe que as plantas são espécies muito sensíveis, que reagem a qualquer estímulo.

Contratamos um jardineiro para dar uma geral uma vez por mês no quintal. Havíamos comprado um vaso que estava no jardim sem função. Zé Vieira, o jardineiro, trouxe a muda da planta chamada popularmente de onze-horas, que eu desconhecia. Adapta-se com facilidade a jardineiras, canteiros e vasos. E não exige cuidados especiais.

Em pouco tempo, os dois vasos vicejaram com uma flama extraordinária. Um tem flores da cor lilás; e outro, vermelhas, brancas e amarelas. Foi um magnífico e inesperado presente. Ela tem me proporcionado muitos momentos de êxtase em razão da peculiaridade.

Quando não está exposta à luz solar, fica com os botões fechados em uma atitude de recato feminino. Mas, no ápice do sol, os botões se abrem em flores que esplendem com todo o fulgor. A inflorescência derrama-se do vaso numa radiação de beleza. É um instante mágico. Além disso, ela atrai abelhas para a polinização.

A gente estuda que o mundo vegetal está em permanente mutação. No entanto, com a onze-horas é possível assistir a esse paciente movimento de transformação.

É uma coisa tão linda que pensei em transformar a visitação da planta em turismo ecológico e cobrar ingresso, depois da pandemia. Todavia, ao fazer uma pesquisa na internet, constatei que a onze-horas é muito disseminada e comum. Várias leitoras relataram que cultivam a planta. Não importa, não altera em nada o meu encantamento.

As pétalas delicadas e a fulguração rosa com nuances de vermelho e de lilás são, para mim, uma fonte permanente de alegria. Elas têm uma vida relativamente fugaz, precisam ser renovadas a cada seis meses. Todos os dias, quando o sol entra a pino, vou ao quintal para apreciar esse pequeno milagre da natureza. Como disse Stendhal, a beleza é uma promessa de felicidade.

ECONOMIA

Gasolina e muito mais com desconto

Dia Livre de Impostos, organizado por comerciantes, quer mostrar que brasileiros dedicam cinco meses só para pagar taxas

» DARCIANNE DIOGO

Já pensou pagar R$ 3,80 pelo litro da gasolina, comprar uma garrafa de cerveja, com 350 ml, por R$ 3,27 e até mesmo ter um desconto de R$ 20 mil em um carro? Tudo isso e mais um pouco será possível, hoje, no Dia Livre de Impostos (DLI). Trata-se de uma ação de empresários que pretende mostrar aos consumidores quanto a carga tributária nacional encarece os produtos. A iniciativa — que ocorre há 18 anos no país e foi criada pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) —, no DF, é organizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem (CDL Jovem-DF) e envolve sete empresas (**veja quadro**).

De acordo com os organizadores do DLI, a maioria dos brasileiros dedica cinco meses dos seus salários só para arcar com taxas federais, estaduais e municipais incidentes nas mercadorias e serviços que consomem e utilizam.

"O objetivo é mostrar para a população quanto ela paga de impostos. Não somos a favor do imposto zero, que sabemos ser inviável, mas precisamos refletir se estamos recebendo serviços públicos com qualidade proporcional à quantidade de tributos que recolhemos", explicou o coordenador da CDL Jovem-DF, Hugo Leite.

Segundo ele, lojistas de diversos segmentos participarão da iniciativa. Na capital federal, vários comerciantes oferecerão mercadorias a preços reduzidos ao longo do dia. Entre eles, há paleteria, óptica, hamburgueria, posto de combustíveis, concessionária de veículos e supermercados. Leite ressaltou que as ofertas estarão limitadas a algumas mercadorias e quantidades específicas, entre outras condições.

"A população precisa entender os impostos dos produtos e forçar para que haja uma reforma tributária mais saudável para a sociedade", acrescentou. Ele comentou que, a cada ano, mais empresários têm se somado a esse protesto velado no DF.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Posto venderá gasolina com preço 33% menor do que o praticado cotidianamente

Ofertas

Na Asa Norte, um posto de combustível venderá gasolina com preço 33% menor do que o praticado cotidianamente. A estimativa é que o litro fique em R$ 3,80. A administração do estabelecimento definiu que, cada cliente, poderá comprar até 20 litros — que só serão despejados no tanque do veículo, sem permissão para que possam ser usados recipientes externos, como galões — e o pagamento deverá ser feito em dinheiro

Uma concessionária, por sua vez, pretende realizar um sorteio entre os interessados em pagar R$ 64.990 por um carro que custa R$ 84.990, R$ 20.000 a menos. Quem quiser tentar a sorte, deverá se cadastrar na loja e esperar pelo resultado, que sairá ainda hoje.

Empresas do ramo alimentício também participarão do DLI. Uma hamburgueria adotará o desconto de 32% em seus sanduíches. Um deles, vendido a R$ 40,90, sairá por R$ 27,82, Outro, que custa R$ 26,90, valerá R$ 18,30. Em outro ponto da cidade, uma paleteria reduzirá os preços de seus picolés, vendidos a R$ 12 ou R$ 15, dependendo do sabor. Passarão a custar R$ 8 e R$ 10, respectivamente.

E uma óptica, com lojas em todo o DF, entrou no embalo: vai zerar as taxas de óculos de sol e armações com lentes, em alguns modelos, que ficarão mais baratos.

Empresas

- » Posto de combustível Jarjour, na 206 Norte, com 10 mil litros de gasolina sem imposto
- » A concessionária Champion Citroen venderá um Citroën C3 2024 0km com R$ 20 mil de desconto
- » TB Burguer
- » Ótica Nacional
- » Viva Paleteria
- » Ultrabox (cerveja Heineken)
- » Big Box (cerveja Lagunitas)

OBRA

Sede do TRF1 fica pronta em 4 anos

» GIULIA LUCHETTA

O governador Ibaneis Rocha foi ontem à obra da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que estava parada há mais de dez anos. Em 2023, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) assumiu o projeto, ao firmar parceria com o TRF1 e o Conselho da Justiça Federal (CJF).

Durante a visita, Ibaneis recordou a assinatura do contrato em 22 de novembro, no Palácio do Buriti, e mencionou a participação da Novacap na licitação que vai ocorrer para uma nova etapa de construção do prédio. "Quando surgiu a oportunidade da parceria com a Novacap, não medimos esforços. A ministra Maria Thereza Rocha esteve conosco, assinando o termo de compromisso. Já retomamos as obras, mas temos a segunda fase, que é a licitação que deve ocorrer até setembro. Esperamos que, em um prazo de quatro anos, possamos entregar este prédio completo para o Distrito Federal", declarou.

Ibaneis comentou ainda a importância da obra para a cidade e da atuação da Corte. "Tem projeto de Oscar Niemeyer e está localizada em num setor importante, sem contar que nós temos aqui uma Justiça Federal bastante ativa, que ajuda a população do Distrito Federal e hoje está espalhada em vários prédios da nossa capital", assinalou.

"É uma honra ter o GDF como parceiro nesta obra que representa muito para Brasília", afirmou a ministra Maria Thereza de Assis Moura, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ao agradecer o apoio do GDF.

O desembargador João Batista Moreira, presidente do tribunal, comentou o andamento do empreendimento. "O TRF1, hoje, tem cinco prédios espalhados por Brasília. Estamos bem-instalados, mas com espaços muito exíguos, de modo que há essa necessidade".

Jurisdição

» Além do Distrito Federal, o TRF1 tem jurisdição nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins

Renato Alves

Ibaneis visitou a obra acompanhado de autoridades do Judiciário

Entrega

Localizada na Quadra 5 do Setor de Administração Federal Sul, a nova sede, de quase 168 mil m², está 39% concluída. A conclusão do complexo do TRF1 está orçada em R$ 850 milhões, custeados pela Justiça Federal.

Segundo a Novacap, o complexo é dividido em quatro blocos e três subsolos. As estruturas dos blocos A e D estão concluídas, enquanto as do B vão começar em breve.

A entrega está prevista para novembro de 2028.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 6 de junho de 2024

» Campo da Esperança

Antônio Augusto Pacheco, 75 anos
Antônio Carlos Serpa Marques, 75 anos
Evandra Valério de Souza, 62 anos
Geni Fátima Alves Nascimento, 64 anos
Iva Santiago Lima, 83 anos
Maite de Arruda Pereira, menos de 1 ano
Maria Alvina de Queiroz, 97 anos
Maria Anunciada da Rocha Freitas, 85 anos
Maria Excelsa Neves da Silva, 80 anos
Maria Maite dos Santos e Silva, menos de 1 ano
Neri Ribeiro Soares, 90 anos
Nilton Emanuel Portela Xavier, 64 anos
Sérgio Vieira, 78 anos
Valdivina Pereira de Souza, 98 anos
Vanderlei Francisco de Oliveira, 55 anos
Taguatinga
Bernardo de Souza Ferreira Cavalcante, menos de 1 ano
Egídia Isolina Barbosa da Silva, 78 anos
Eisla Fernandes Soares, 44 anos
Francisca Ferreira de Sousa Matos, 73 anos
Francisco José Fernandes Filho, 41 anos
José Antônio de Barros, 95 anos
José Mosar da Silva, 69 anos
Joselita Gomes de Oliveira, 81 anos
Juraci Souza Nascimento, 75 anos
Maria da Conceição Teles de Meneses, 72 anos
Maria Lina Barbosa dos Santos, 66 anos
Olindina Maria da Silva, 95 anos
Otonio Tenival da Silva, 60 anos
Peron Meireles de Carvalho, 75 anos

» Gama

Carlos de Jesus Costa, 68 anos
Clinton Jerônimo Júnior, 37 anos
Ester Ascelino da Silva, 63 anos
Severino Domingos dos Santos, 76 anos

» Planaltina

Ana Karoline Alves Feitosa da Silva, menos de 1 ano
Arthur Muryllo Ferreira da Silva, menos de 1 ano

» Brazlândia

Maria Lindora Peres Gonçalves, 97 anos

» Sobradinho

Claumir da Silva Leite, 41 anos
Emília de Souza Pinheiro, 92 anos
José Afonso da Silva, 62 anos
Lindomar da Costa Santos, 63 anos
Maria de Castro e Silva, 83 anos
Samara Silva dos Santos, menos de 1 ano

» Jardim Metropolitano

José Galdino de Oliveira, 85 anos
Atevaldo Lopes, 58 anos
Odilia Gomes dos Reis, 95 anos
Jorge Hernán Romo Fuentes, 72 anos (cremação)

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

Viver é desenhar sem borracha.
Millôr Fernandes

Indústria têxtil nacional aliviada com "taxação das blusinhas" importadas

Pedro França/Agência Senado

As entidades que representam o comércio e a indústria no país acompanharam ontem, em peso, no Senado, a aprovação da alíquota de 20% de Imposto de Importação para produtos de até US$ 50 comprados em plataformas internacionais. A isenção a esses itens tinha sido concedida em agosto do ano passado pelo Ministério da Fazenda. A iniciativa de cobrar tributo sobre essa importação ficou conhecida como "taxação das blusinhas", tendo em vista que as compras mais afetadas seriam as feitas na Shopee, AliExpress e Shein. Por serem grandes marketplaces, muitas pessoas acabam buscando essas opções para comprar roupas, ou blusinhas, pagando um preço mais barato. Por isso, o segmento da indústria têxtil brasileira foi um dos que mais esbravejou contra a isenção. "Manter isso seria uma grave ameaça à economia brasileira. Causaria danos pela concorrência desleal provocada pela desigualdade tributária, que já eliminou dezenas de milhares de empregos apenas na indústria e no varejo têxteis e de confecção, a imensa maioria, em micro, pequenas e médias empresas", argumentaram os sindicatos da indústria do vestuário do país e a Associação Brasileira do Varejo Têxtil.

CNC defende produto brasileiro

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em nome do varejo nacional, apoiou a manutenção do texto que tratou do fim da isenção do Imposto de Importação para produtos de até US$ 50. Estudos da Confederação indicam que a não taxação ocasionava uma queda de até 57% no volume de vendas do varejo, considerando efeitos diretos, indiretos e induzidos. "A CNC reitera a importância da aplicação da alíquota de 20% como forma de minimizar os danos à economia brasileira e proteger os empregos e a renda gerada pelo setor de comércio. A medida garante a justa competitividade entre produtos nacionais e importados, promovendo um ambiente mais equilibrado para o desenvolvimento do varejo brasileiro."

Edital de concessão para a Rota dos Cristais

Foi publicado ontem no *Diário Oficial da União* o edital da Rota dos Cristais, trecho de 594,8km da BR-040/GO/MG. O leilão de concessão está previsto para o dia 26 de setembro. O trecho, que tem início no entroncamento com Cristalina (GO) e vai até o anel rodoviário de Belo Horizonte (MG), terá investimento previsto de aproximadamente R$ 12 bilhões. A concessão tem ainda o potencial de gerar cerca de 88 mil empregos diretos, indiretos e efeito renda, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na região. No primeiro ano do contrato, a nova concessionária deverá realizar obras emergenciais na rodovia, como a correção de pavimento, eliminação de buracos e recomposição da sinalização.

Circula Vidro irá ampliar educação ambiental

Divulgação

A ambiciosa missão de aumentar dos atuais 11% para 40% a reciclagem de vidros no Brasil e de ampliar sua reinserção na economia circular são as principais metas da Circula Vidro — organização que acaba de ser criada, em Brasília, para conectar fabricantes, empresas e o consumidor final com os conceitos de sustentabilidade e de economia circular no consumo de embalagens e de outros produtos de vidro. "O aproveitamento é de 100%. O vidro é um protagonista da reciclagem de resíduos sólidos", destaca o CEO da Circula Vidro, o advogado e especialista em sustentabilidade Fábio Ferreira.

Lançamento oficial no Congresso

A entidade tem como fundadores Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro), Abrabe (Associação Brasileira de Bebidas) e Sindicerv (Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja). Em 13 de junho, ela será lançada oficialmente durante um café da manhã no Congresso Nacional. "Escolhemos Brasília para a nossa sede por estar no centro do país e das decisões. Queremos contribuir com políticas públicas que incentivem a reciclagem e a economia circular do vidro", acrescenta Fábio.

Médicos em ritmo de arraiá

A cantora e atriz Lucy Alves — que está na Dança dos Famosos do *Domingão do Huck* — estará em Brasília, neste sábado, dia 8, como a atração principal do Arraiá do Dotô. A tradicional festa junina é realizada pela Associação Médica de Brasília e tem um público estimado de 3 mil pessoas. O evento, organizado exclusivamente para médicos associados e seus convidados, acontece na sede da AMBr e contará também com shows da banda Encosta N'eu e apresentação da quadrilha Êta Lasqueira.

Divulgação

Empreendedorismo sustentável

Fomentar a economia criativa atrelada à preservação do meio ambiente. Essa é uma das propostas do Conexão Ambiental, evento que começa hoje e vai até domingo, no estacionamento 12 do Parque da Cidade, em comemoração à Semana do Meio Ambiente. Organizado pelo Instituto Incubadora, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal, a ação promoverá ações educativas, assim como palestras, a fim de incentivar o manejo e o consumo consciente a produtores de alimentos orgânicos, fabricantes de equipamentos ecológicos, artesãos, comerciantes de produtos sustentáveis e de cuidado animal.

Tony Wiston

Geração de negócios

Outra proposta é potencializar a geração de negócios, por meio da realização da Feira de Produtos Sustentáveis. Em conjunto com a Emater-DF, 23 expositores participarão do Conexão, que ainda oferecerá programação artística, com shows do Bloco Eduardo e Mônica, no sábado, e da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, no domingo, além de circuito de mountain bike, vacinação antirrábica e feira de adoção de pets.

TAGUATINGA 66 anos

Durante meio século, o local contribuiu para a cultura de Taguatinga e, hoje, fechado guarda memórias dos bons tempos

Artista pede a volta do Teatro da Praça

» LETÍCIA GUEDES

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Cléria Costa gostaria que as novas gerações usufruíssem do espaço

Inaugurado em 1966, o Teatro da Praça foi um importante espaço de fomento cultural por cerca de 53 anos. Nas dependências do espaço, estudantes, artistas e moradores de Taguatinga criavam e consumiam a arte local. Hoje, o teatro está fechado, desde 2019, e militantes culturais que conheceram e viveram a história do lugar lutam por sua reabertura.

A produtora e ativista cultural Cléria Costa, 58 anos, é taguatinguense e cresceu frequentando o teatro. Cléria reconhece que o espaço contribuiu diretamente para que se tornasse a profissional que é hoje. "Eu tive a oportunidade de crescer em uma cidade que pulsava arte e cultura, em todos os lugares fervilhavam os movimentos culturais, as companhias de teatro, as bandas de música, exposições, saraus e semanas de arte", detalhou.

Considerado um berço cultural, do Teatro da Praça surgiram a companhia de teatro Celeiro das Antas e o grupo Retalhos, nos quais vários integrantes tornaram-se nomes famosos no Brasil. O Hierofante de Humberto Pedrancini e Mamulengo Presepada, de Chico Simões, também tiveram a mesma origem. "Na música, passaram pelo Teatro da Praça o Luiz Melodia, o Arrigo Barnabé, Cássia Eller, Renato Russo e alguns clássicos como Johnny Alf", informou Cléria. Nomes conceituados das artes plásticas, como Omar Franco e Fernando Carpaneda, hoje um dos artistas mais proeminentes de Nova Iorque, estiveram no teatro.

Dos momentos que mais marcaram Cléria durante a juventude vivida no teatro, a ativista citou a Semana de Arte Moderna do local, em que vários artistas taguatinguenses marcaram presença no espaço durante uma semana inteira de programação. "O Temporadas Populares também me marcou, nós recebemos artistas que estavam no início da carreira ou que já eram consagrados da música popular brasileira. Nós pagávamos um valor simbólico para entrar, como se fosse R$ 2 hoje e podíamos ver espetáculos que eu nunca esqueci. Isso tudo aconteceu, mais ou menos, na metade dos anos 1990, foram seis meses bem agitados, de programação de quinta a domingo e eu estava sempre presente", contou.

Para a entrevista, Cléria levou uma publicação de Ivaldo Cavalcante, "Taguatinga: duas décadas de cultura", em que o fotógrafo reúne fotografias da história da cultural e da vida cotidiana de Taguatinga, registradas em sua maioria nos anos 1980. O Teatro da Praça está em diversas páginas da publicação.

Para a aniversariante Taguatinga, Cléria desejou "que o Teatro da Praça volte a ser um centro cultural de múltiplas linguagens, que contribua para a formação e desenvolvimento de crianças e jovens e sirva de entretenimento para os mais velhos. Tenho orgulho dessa cidade e espero que as novas gerações possam desfrutar das oportunidades que eu tive."

A CIDADE DOS PARQUES

» Isabel Ashiuchi observa pássaros nos parques de Brasília, junto ao namorado, Guilherme Tenório

» Toda semana, o casal Paulo Sérgio e Luiza Sobral frequentam o Parque Olhos D'Águas

Fotos: Naum Giló

» Lagoa do Sapo, no Parque Ecológico Olhos D'Água, na Asa Norte: lugar de paz

Na semana do Meio Ambiente, especialistas analisam as áreas de conservação do DF, que conta com 90% do território protegido

» NAUM GILÓ

Áreas verdes são essenciais para a qualidade de vida da população, seja como espaço de lazer, seja pela garantia de ar e água de melhores qualidades. As unidades de conservação (UCs) sob responsabilidade do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, somam 520 mil hectares de áreas protegidas.

Christian Della Giustina, doutor em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), enumera alguns dos benefícios da existência desses espaços para a população da capital. "Evita ilhas de calor, proporcionando conforto térmico. A infiltração da água da chuva no solo evita enchentes e abastece as nascentes, garantindo segurança hídrica", diz o especialista.

Outro aspecto comentado por Giustina é a beleza cênica das áreas verdes na zona urbana. Como exemplo, ele cita o Parque Olhos d'Água, na 214 Norte. "Esses espaços também são pontos de encontro da comunidade. A população não os abandona, usa para fomentar as relações sociais, o que fortalece o sentimento de pertencimento", observa.

Por outro lado, Giustina aponta a falta de cuidado com as UCs do DF. "Dos cerca de 80 parques de Brasília, poucos funcionam como deveriam. Em muitos faltam estrutura, como trilhas, segurança, iluminação e programas de educação ambiental, problemas que são mais observáveis nas unidades localizadas nas regiões periféricas da cidade".

Conservação

Na capital, 86 unidades de conservação estão sob a gestão do Ibram, que informa que mais de 90% do Distrito Federal é composto por áreas protegidas. Além das UCs, o DF é coberto por Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que não são de proteção integral, mas têm proteção ambiental. Em algumas podem conter até cidades e empreendimentos, mas dentro dos parâmetros ambientais de preservação.

Na Asa Norte, o Parque Ecológico Olhos D'Água é um exemplo de UC bastante frequentada pela comunidade. Com arborização, pistas para caminhada e trilhas, o parque também abriga nascentes em plena zona urbana. O servidor público Rafael Moura, 39 anos, é um dos frequentadores do local. Ele mora próximo à unidade e diz usar o espaço, em média, três vezes por semana. "É um ponto de encontro e toda a comunidade ajuda a área. Brasília já é arborizada, mas o parque tem uma concentração maior de árvores", observa Moura, que também destaca o fato de não haver circulação de veículos no parque.

O engenheiro Paulo Sérgio de Marco, 72, vai ao parque semanalmente com a esposa, Luiza Sobral. Para ele, a área serve para descansar e fazer caminhadas. "A qualidade de vida aumenta muito. Porque você sai da zona urbana conturbada e vai para o sossego, para o contato com a natureza", reflete.

Recentemente, Isabel Ashiuchi, 21 anos, passou a observar pássaros com binóculos. A estudante de veterinária confessa que não visitava muito os parques do DF, mas agora, com o novo hobbie, isso deve ocorrer com mais frequência. O Parque das Garças e o Jardim Botânico também estão na lista de destinos dos apreciadores do meio ambiente. "É importante ter esse contato com a natureza e não deixar o espaço urbano tomar conta de tudo. Espaços assim também são importantes para regular o clima. Amo o fato de que o Plano Piloto tem árvores para todo canto, não só dentro dos parques", afirma.

Reservas

As reservas biológicas consistem em outro tipo de unidade de conservação, diferente dos parques, que são abertos a visitações e atividades recreativas e turísticas dentro dos seus limites. Já as reservas biológicas, por sua vez, têm acesso mais restrito, geralmente para pesquisas científicas e programas de educação ambiental, sempre mediante autorização prévia.

Estão sob gestão do Ibram as reservas biológicas do Cerradão, do Gama, do Guará e do Rio Descoberto. "Onde existe uma importância ambiental muito grande, por conta da fauna, da flora e de recursos hídricos, cria-se a reserva para que aquela área tenha mais proteção e se evite qualquer dano ambiental, seja pelo ser humano ou por espécies invasoras", explica Rôney Nemer, presidente do instituto.

"As reservas são importantes para preservar um futuro melhor para todos, para a qualidade do ar, da água e do ambiente como um todo", acrescenta Nemer.

Nelson Rodrigues é integrante do Guardiões do Meio Ambiente, grupo de ambientalistas que luta pela preservação do Cerrado no DF. Ele chama atenção para a importância das unidades de conservação como medida para a preservação das espécies da fauna e das nascentes. "A ocupação desordenada vem acabando com os poucos pedaços de Cerrado que ainda resistem", analisa.

Nelson também defende a criação de túneis para a passagem de animais silvestres em regiões cortadas por rodovias para evitar que animais sejam atropelados em estradas no DF. "A fauna é a mais prejudicada com a ocupação desordenada. Os animais acabam indo para a zonas urbanas em busca de alimento ou fugindo de queimadas", explica.

» Rafael Moura vai ao parque três vezes por semana

Parque Nacional

» O Parque Nacional de Brasília é uma unidade de conservação gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É onde fica a Água Mineral e a represa de Santa Maria, responsável pelo fornecimento de 25% da água potável para o DF. O parque tem área de 42.389,01 hectares e abrange as regiões administrativas de Brasília, Sobradinho e Brazlândia, além do município goiano de Padre Bernardo.

Ed Alves/CB/DA Press

Tel: 3214-1146 • e-mail: *grita.df@dabr.com.br*

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Professores
O Instituto Sidarta e o Instituto Itaú Social promovem, gratuitamente, o curso de férias Mentalidades Matemáticas. Recomendado para equipes das secretarias de educação, o objetivo é melhorar os índices de aprendizagem em matemática, qualificar as rede de ensino e fornecer subsídios para pensar matematicamente. Mais informações e inscrições pelo site *polo.com.br*.

Samba de gafieira
O curso samba de gafieira e samba no pé será oferecido no Espaço Cultural Renato Russo, até 27 de junho, às terças-feiras e quintas-feiras, das 19h30 às 20h30. Não é necessário ter experiência prévia com dança. As aulas são adaptadas para todos os níveis de habilidade. Cada uma custa R$ 150. As inscrições podem ser feitas pela plataforma Sympla.

Capacitação
Gestores de organizações da sociedade civil e voluntários de ações sociais podem se inscrever no projeto Rede Comunidade. A iniciativa oferece capacitação ao terceiro setor para que as entidades tenham conhecimento em prestação de contas, gestão, planejamento, marketing digital e captação de recursos públicos. As inscrições vão até 8 de novembro e podem ser feitas pelo site *comunidade.df.gov.br* ou presencialmente na sede da Secretaria de Atendimento à Comunidade (Seac), anexo do Palácio do Buriti.

OUTROS

Além dos palácios
O Superior Tribunal de Justiça (STJ) sedia a exposição *Brasília Além dos Palácios*, do artista Jeff Duprado. A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, até 3 de julho. A exposição reúne técnicas de aquarela sobre papel e óleo sobre tela, retratando as paisagens cotidianas que compõem a identidade da capital federal.

Exposição
Em comemoração aos 66 anos da cidade, o projeto Trilhando a História de Taguatinga apresenta uma exposição com obras autorais do renomado artista plástico Donizetti Garcia. A mostra, com entrada gratuita, está aberta ao público até 19 de junho, das 9h às 19h, na Estação Praça do Relógio. Mais informações pelo telefone (61) 98190-1404.

Desligamentos programados de energia

» Planaltina
Horário: 10h às 16h
Local: Núcleo Rural Taquara, chácaras São José e Cachoeira, Núcleo Rural Pipiripau, Chácara 03
Serviço: manutenção da rede elétrica

» Recanto das Emas
Horário: 9h às 15h
Local: Núcleo Rural Casa Grande, Chácara 01, Quadra 02, Lote 01, Chácara Goiânia, Chácara Gomes e Chácara Santa Fé
Serviço: manutenção da rede elétrica

Mitologia
Aos sábados e domingos deste mês, às 16h, o CCBB Brasília promove atividades gratuitas pelo Programa Educativo, no qual crianças criam seu próprio zine, um tipo de publicação artesanal. O tema inspira as produções da garotada nas narrativas de mitos e crenças dos povos originários do Peru e da Amazônia. Os desenhos e colagens exploram as tradições orais e o conhecimento desses povos tradicionais. Os encontros são no Ateliê Criação: Histórias Cosmológicas. Mais informações pelo site *ccbb.com.br*.

Pintura
A mostra *Coloridos traços brasilienses*, do artista plástico Alexsandro Almeida, segue até 30 de julho, em dias úteis, das 12h às 19h, com entrada gratuita, no Espaço Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). As pinturas apresentam a arquitetura da capital, com formato de 60cmx60cm, em alusão ao apelido de "quadradinho" e ao ano de inauguração. O evento faz parte das comemorações dos 64 anos de Brasília.

Festa das culturas
O Estacionamento do Estádio Bezerrão, no Gama, recebe em 15 de junho o June Fest. O evento tem como intuito celebrar a cultura e as linguagens de várias regiões do planeta. A programação conta com apresentações musicais, dança e gastronomia diversificada. Os ingressos estão disponíveis na plataforma do Sympla e custam R$ 15 (meia) e R$ 30 (inteira).

Teatro
Até 23 de julho, o Teatro do CCBB Brasília apresenta o espetáculo *Os Bruzundangas!*. A peça é a primeira adaptação do texto de Lima Barreto, transformado em uma comédia satírica musical, encenada por quatro atores que cantam, dançam e interpretam aventuras no país da Bruzundanga. Os ingressos custam R$ 30 (inteira) R$ 15 (meia). Mais informações no site *ccbb.com.br*.

Rock
Em 25 de junho, o Espaço Cultural Renato Russo recebe o 3º Workshop Setorial Cultura Rock, às 14h. Músicos, produtores e entusiastas da cultura rock se reunirão para trocar experiências. A programação inclui atrações musicais. A entrada é gratuita.

Ambulatório
O Ceub disponibiliza atendimento ambulatorial em especialidades como reumatologia, psiquiatria, cardiologia, geriatria e ginecologia/obstetrícia. Coordenados pelo Centro de Atendimento à Comunidade (CAC), os tratamentos são realizados por uma equipe de médicos-professores, orientadores de práticas e estagiários do curso de medicina. As consultas custam R$ 40 e podem ser agendadas pelo telefone 3966-1660 ou, presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h30, no Edifício União, Setor Comercial Sul. Mais informações pelo site *uniceub.br/atendimentos-de-medicina*.

Docência
A exposição *O Futuro Passa pelos Professores*, que retrata em fotografias, pinturas, vídeos e textos um recorte das escolas brasileiras, salas de aula e professores, está em cartaz até o fim de junho na varanda superior do SESI Lab. Com organização e curadoria do Instituto Península, em parceria com a Frente Parlamentar mista da Educação, a mostra pode ser visitada de terça a sexta-feira, das 9h às 18h; e aos sábados, domingos e feriados, das 10h às 19h. A entrada é gratuita.

Telefones úteis

Polícia Militar	190
Polícia Civil	197
Aeroporto Internacional	3364-9000
SLU - Limpeza	3213-0153
Caesb	115
CEB - Plantão	116
Corpo de Bombeiros	193
Correios	3003-0100
Defesa Civil	3355-8199
Delegacia da Mulher	3442-4301
Detran	154
DF Trans	156, opção 6
Doação de Órgãos	3325-5055
Farmácias de Plantão	132
GDF - Atendimento ao Cidadão	156
Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373
Passaporte (DPF)	3245-1288
Previsão do Tempo	3344-0500
Procon - Defesa do Consumidor	151
Programação de Filmes	3481-0139
Pronto-Socorro (Ambulância)	192
Receita Federal	3412-4000
Rodoferroviária	3363-2281

Autorização para vaga especial
Divtran I - Plano Piloto
SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Isto é Brasília

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Cultura

A Biblioteca Nacional de Brasília Leonel de Moura Brizola faz parte do Conjunto Cultural da República. Localizada na Esplanada dos Ministérios, foi idealizada no plano original da capital federal do urbanista Lúcio Costa, nos anos 1950. A construção, baseada em projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, ocorreu muito depois e o espaço foi aberto ao público em dezembro de 2008. O acervo pode ser consultado pelo site: *bnb.df.gov.br*.

Poste sua foto com a hashtag *#istoebrasiliacb* e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos ***#istoebrasiliacb***

» Destaques

Acolhe DF

» O projeto Acolhe DF prorrogou o prazo de inscrições para 10 de junho. A iniciativa é do Instituto Evolui, com apoio da Secretaria da Mulher do DF. O objetivo é capacitar e apoiar o público feminino em situação de vulnerabilidade. As aulas serão de 10 a 27 de junho, em São Sebastião, na Quadra 101, Conjunto 8, ao lado da administração regional. A programação terá cursos de informática e de fotografia gratuitos, de segunda a sexta-feira, pela manhã e à noite, somando 40 horas. A pré-inscrição deve ser feita pelo site *sympla.com.br*.

Artesanato

» O Festival Popular do Gama abre espaço a expositores de artesanato e comidas típicas para mostrar e comercializar seus produtos, sem taxas. As inscrições vão até 11 de junho e o evento será de 20 a 23 e de 27 a 30 de junho, no Espaço Voar, localizado Pró-DF do Gama. O festival é realizado pela Cia. Voar em parceria com a administração regional e com apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Na festa também haverá apresentações de quadrilhas, bumba-meu-boi, maracatu, forró, teatro de bonecos e capoeira. Mais informações pelo telefone (61) 99901-3822.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

Quem quiser fazer sugestões ao **Correio** pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

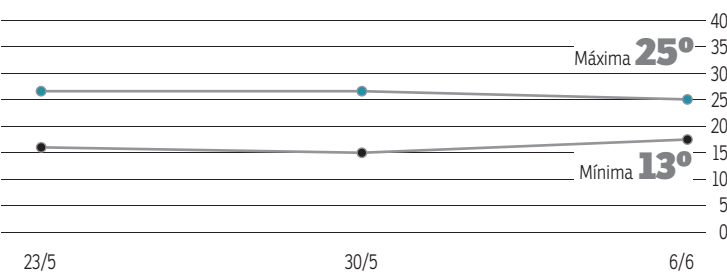
/correiobraziliense
@correio.braziliense
@correio
@correio.braziliense

O tempo em Brasília

Poucas Nuvens

Umidade relativa

Máxima **95%** Mínima **40%**

A temperatura

O sol

Nascente **6h33**
Poente **17h47**

A lua

Cheia **21/6** · Minguante **28/6** · Nova **6/6** · Crescente **14/6**

grita.df@dabr.com.br **(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)**

LAGO SUL

CORTE DE ÁRVORES

O morador do Lago Sul Hélio Socolik, de 79 anos, alerta sobre o corte de árvores na QI 13, bloco J, em uma rua estreita de descarga de materiais de um supermercado. "Cortaram as árvores e não informaram quem foi nem os motivos. É triste ver essas coisas acontecendo e não termos nenhuma fiscalização ou informação", afirma.

» *A Novacap informou que realizou uma operação no SHIS, QI 11 do Lago Sul, entre 1º e 6 de março de 2024, em atendimento a uma demanda gerada no Sistema de Ouvidoria. Foi incluída,l além de podas de manutenção, a supressão de 10 exemplares de fícus (Ficus benjamina) e um de leucena (Leucaena leucocephala). "Em vistoria técnica foi constatado que essas árvores apresentavam galhos secos e sinais de podridão nas raízes. As espécies suprimidas não são adequadas para urbanização, pois possuem histórico de acidentes com quedas de galhos e danos a bens públicos, bem como raízes agressivas. A Leucena, em particular, é uma das 100 piores espécies invasoras do mundo, causando perda de biodiversidade, não sendo indicada para arborização urbana", explicou o órgão, em nota. complementando que as operações fazem parte do manejo necessário à arborização urbana que inclui a produção e o plantio anual de mudas.*

Arquivo pessoal

PARK WAY

INVASÃO

Mariana Correa reclama de uma invasão que está acontecendo no conjunto 4, da quadra 23, no Park Way. "Há mais de um ano as invasões na edificação em área pública estão acontecendo e ninguém faz nada, não tomam nenhuma providência", diz a moradora.

» *A Secretaria DF Legal afirma que vem adotando providências acerca da ocupação feita no local. "Em fevereiro deste ano, foram lavradas intimações demolitórias a seis casas da região. Em abril, foi feita nova vistoria, a fim de verificar a situação. Diante da manutenção das irregularidades, a pasta agora prepara a execução de outras penalidades previstas em lei", destaca o órgão, em nota.*

Correio Braziliense

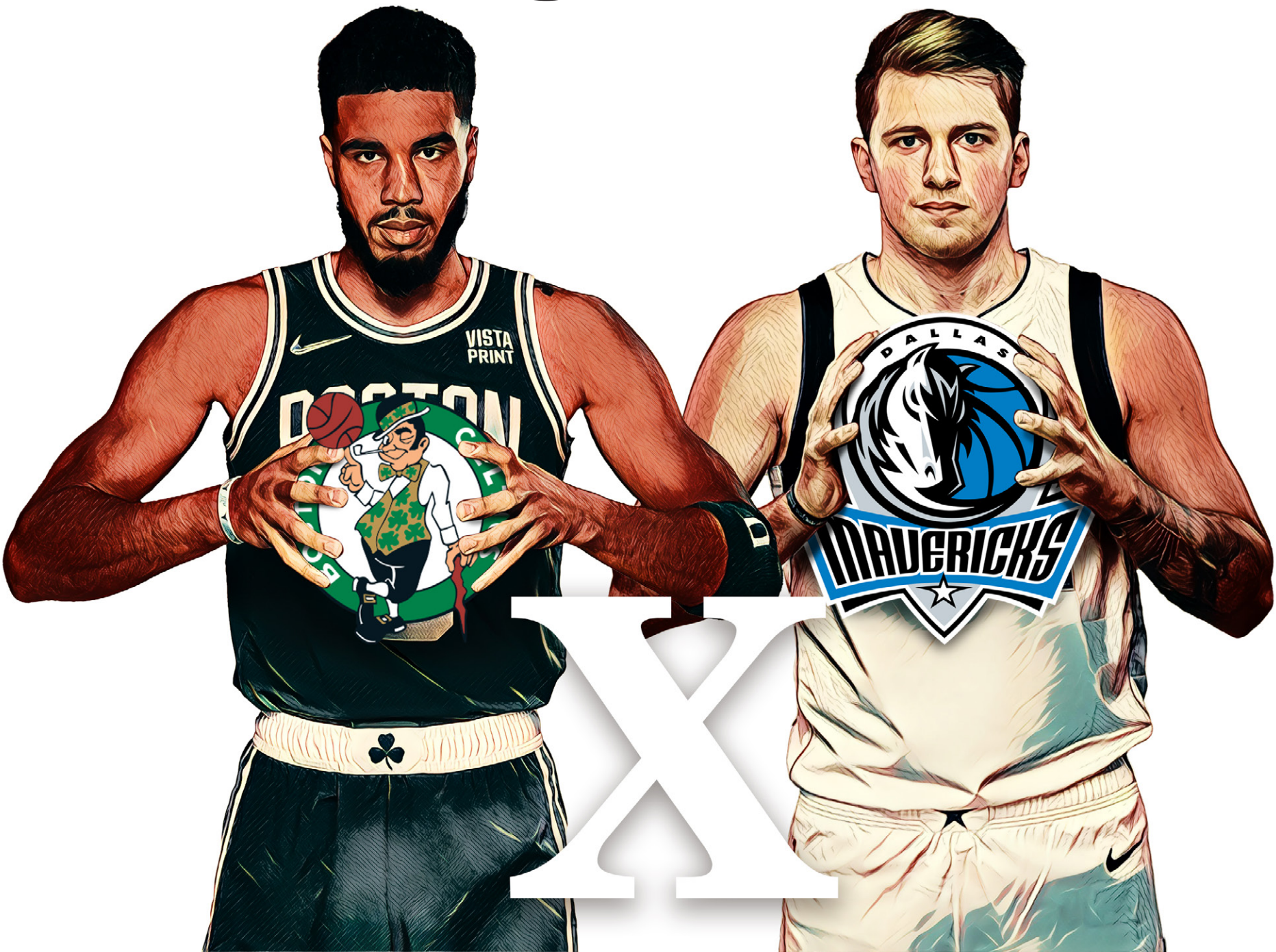
ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - **Subeditor:** Marcos Paulo Lima E-mail: *esportes.df@dabr.com.br* Telefone: (61) **3214-1176**

Finais do NBB

O clima de decisão também paira sobre as quadras do nosso país. Hoje, às 19h, Franca recebe o Flamengo pelo segundo jogo da final do Novo Basquete Brasil (NBB). A equipe do interior paulista detém a vantagem na série melhor de cinco jogos, após bater os maiores vencedores do torneio, com sete títulos, por 69 x 56 na partida inaugural, no sábado. Em caso de nova vitória, os atuais bicampeões podem faturar o terceiro caneco no fim de semana, em casa. Os canais ESPN, SporTV, YouTube do NBB e NBB Basquetepass transmitem.

BASQUETE Da Universidade Duke ao Real Madrid: como uma faculdade formadora de astros da NBA e um clube badalado pelas glórias no futebol lapidaram Jayson Tatum e Luka Doncic. Os superastros de Boston e Dallas abrem hoje a decisão da liga dos EUA

As escolas dos protagonistas

ARTHUR RIBEIRO*

Final do século 19, mais precisamente, 1891. Em Massachusetts, nos Estados Unidos, o professor canadense James Naismith, na intenção de entreter os alunos do colégio onde trabalhava, criava o basquete e dali nascia uma febre no país. Mais de um século depois, o esporte já não é mais xodó exclusivo da terra do Tio Sam e se tornou um fenômeno global. As finais da NBA deste ano são prova disso. De um lado, Jayson Tatum e o Boston Celtics defendendo a tradição estadunidense. Do outro, o esloveno Luka Doncic e o Dallas Mavericks para mostrar a fórmula europeia de criar talentos. A decisão do melhor começa hoje, às 21h30, com transmissão da Band, ESPN e Star+.

Nascido em St. Louis, no Missouri, Tatum seguiu o caminho comum de outros craques da bola laranja. Destacou-se enquanto estava no colégio e partiu para representar a gigante Duke no basquete universitário. Bastou uma temporada por lá para se tornar um dos principais prospectos da NBA e foi selecionado pelo Celtics com a terceira escolha geral do draft de 2017.

Enquanto isso, Doncic trilhava passos semelhantes ao de outros destaques, mas da bola de futebol. Nascido em Liubliana, capital da Eslovênia, os primeiros arremessos foram pelo Olimpija, time local, mas depois foi recrutado para integrar a categoria de base do Real Madrid aos 12 anos. Pelo gigante dos gramados, que também brilha no basquete europeu, o armador disputou um amistoso contra o próprio Celtics e se tornou o jogador mais jovem a enfrentar uma equipe da NBA, aos 16. Depois de três títulos nacionais, uma Euroliga e um prêmio de MVP na Espanha, ele foi selecionado com a terceira escolha geral do draft de 2018 pelo Atlanta Hawks, mas em seguida trocado para os Mavericks.

As diferenças entre os dois continuaram no que cada um encontrou quando chegou na liga. Tatum reforçou um Celtics que havia terminado a temporada regular com a melhor campanha do leste e com nomes como Kyrie Irving, Gordon Hayward e Marcus Smart. Doncic desembarcou em um Mavs de terceiro pior recorde no Oeste e comandado por um veterano Dirk Nowitzki, já na casa dos 40 anos. Ainda assim, bastou pouco tempo para ambos virarem donos dos respectivos times.

O produto de Duke herdou o posto de referência em Boston e chegou nas finais em 2022, mas perdeu para o Golden State Warriors. Nesta temporada são 30.1 pontos de média e figura sempre lembrada na conversa para MVP. Na franquia do Texas, o europeu se tornou uma das peças ofensivas mais perigosas da NBA. São mais de 21 pontos por jogo desde a primeira temporada nos EUA, com direito a médias de 32.4 e 33.9 nas duas edições mais recentes, cestinha de 2023/24. O prêmio de melhor jogador não veio por pouco, mas em seis anos foram cinco eleições ao time ideal da competição, calouro do ano e cinco All Stars.

Em comum também está a importância dentro de quadra. Os dois são líderes de cada equipe nos playoffs em todas as principais estatísticas do basquete. O estadunidense anotou médias de 26 pontos, 10.4 rebotes e 5.9 assistências em 14 compromissos antes de chegar à final. O esloveno fez 28.8 pontos, 9.6 rebotes e 8.8 assistências em 17 partidas na trajetória pelo título.

Agora, Tatum e Doncic medem forças para saber quem vai ganhar um anel primeiro. Além da glória pessoal e das próprias equipes, o campeão ainda ajuda no confronto entre tradição e nova era. Nos 63 primeiros anos da NBA, apenas em duas ocasiões, o MVP não era da América do Norte: o nigeriano Hakeem Olajuwon (1993/94), e o alemão Dirk Nowitzki (2006/07), ex-parceiro de Luka.

Programe-se

Final da NBA

Boston Celtics x Dallas Mavericks

Jogo 1
hoje, às 21h30, em Boston

Jogo 2
domingo, às 21h, em Boston

Jogo 3
quarta-feira, às 21h30, em Dallas

Jogo 4
14 de junho , às 21h30, em Dallas

***Jogo 5**
17 de junho, às 21h30, em Boston

***Jogo 6**
20 de junho, às 21h30, em Dallas

***Jogo 7**
23 de junho, às 21h, em Boston

*Se necessário

Quem transmite: Band, ESPN, Star+

No entanto, desde a edição de 2018/19 o prêmio vai para um estrangeiro. O sérvio Nikola Jokic ganhou três vezes, o grego Giannis Antetokounmpo duas e o camaronês recém-naturalizado americano Joel Embiid, uma.

Dos últimos três campeões da liga, dois foram liderados pelos europeus Jokic e Giannis. E se for para ficar de olho no futuro, o número 1 do último draft veio da França e a expectativa é que este ano o escolhido também fale francês. Ou seja, Tatum joga por ele, pelo Celtics, por Duke e pelos Estados Unidos. Luka representa todo o caminho europeu, os Galáticos do Real Madrid e o Mavs.

Tricampeão do Novo Basquete Brasil (NBB) e da Liga Sul-Americana de Basquete pelo UniCeub/BRB, o ex-jogador e comentarista do Grupo Disney Guilherme Giovannoni está nos EUA pela *ESPN Brasil* na final e vê a balança favorável ao lado do eslovêno. "O Tatum por mais que tenha passado em Duke, que é de fato uma universidade super tradicional que forma grandes jogadores, estava jogando com caras da mesma idade. O caso do Doncic é diferente, ele jogava no Real Madrid e se destacou enfrentando jogadores experientes, inclusive, com passagens pela NBA. Isso fez com que ele chegasse um pouco mais pronto para encarar a competição na NBA", complementa em entrevista ao **Correio**.

No que se trata do favoritismo, no entanto, o ídolo do Brasília aposta no Celtics antes de a bola subir. "Não é algo esmagador, mas eles têm um quinteto titular mais forte, com jogadores mais experientes, como Jrue Holiday, Derrick White e Al Horford complementando as duas estrelas Jayson Tatum e Jaylen Brown. Além disso, quase todos os jogadores já disputaram uma final da NBA e essa experiência pode pesar. Mas Dallas está em um grande momento com a dupla Doncic e Kyrie (Irving) performando bem, isso pode ajudar o time na final", opina.

Parceiros de guerra

Doncic e Tatum concentram os holofotes da final, mas não são os únicos a brilharem no confronto. Do lado de Dallas, o craque esloveno tem o apoio de Kyrie Irving, antigo companheiro de LeBron James no Cleveland Cavaliers no título histórico de 2016. Em Boston, o cria de Duke joga ao lado de Jaylen Brown, eleito melhor jogador das finais de conferência do Leste, além do esquadrão composto por Jrue Holiday, Kristaps Porzingis e Derrick White.

De estrela a jogador problema, Irving está perto de completar o arco de redenção. Primeira escolha do draft de 2011 pelo Cavs, o armador não demorou a virar uma das maiores estrelas na NBA. Um ano após ser campeão, o desejo por um protagonismo maior o fez trocar Cleveland por Boston e deu início à uma era de vilania para o craque. Os insucessos da equipe nos playoffs e as falas públicas de que iria renovar com a franquia, seguido por uma mudança desavisada para o Brooklyn Nets, o fez cair no desgosto do torcedor.

O clima de inimizade se tornou mútuo, com direito a Irving mostrar o dedo do meio para as arquibancadas no reencontro com o Celtics e pisar no escudo da equipe. Despachado para Dallas, o talento, que sempre esteve presente, voltou a aflorar: média de 22.8 pontos por jogo nos playoffs e seis partidas acima da casa dos 30. Agora, o foco é no segundo anel da carreira.

Fiel escudeiro de Tatum, Jaylen Brown também foi a terceira escolha do draft, mas um ano antes do companheiro, em 2016. Crescendo de papel e performance a cada ano, o ala soma três nomeações ao Jogo das Estrelas e uma para o segundo time ideal da NBA, em 2023. O ápice da glória para o jogador de 27 anos é recente, quando teve média de 29,8 pontos por jogo e foi eleito MVP da final de conferência do Leste.

A decisão é disputada em uma série melhor de sete jogos, ou seja, o primeiro a vencer quatro é sagrado como campeão. Todas as partidas terão transmissão da Band, ESPN e Star+, alternando entre duas em Boston, duas em Dallas e depois uma em cada cidade, se preciso. O último jogo, caso necessário, será em 23 de junho.

*** Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

CPI DA MANIPULAÇÃO Presidente do Palmeiras sugere banir John Textor se dono da SAF do Botafogo não provar denúncias

Leila pede punições severas

Jefferson Rudy/Agência Senado

> "Fizemos uma denúncia para que ele comprove o que está dizendo. Se ele não comprovar absolutamente nada, não tenho dúvida nenhuma que o John Textor teria que ser banido do futebol brasileiro"

> "Sem punição, você não vai chegar a absolutamente lugar nenhum. A impunidade é a semente do próximo crime. Não adianta advertência. Se participar, vai ser banido"

O duelo entre Palmeiras e Botafogo pelas oitavas de final da Libertadores da América está marcado apenas para meados de agosto, mas o embate entre os clubes ficou ainda mais apimentado, ontem, em Brasília. Em depoimento à CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, Leila Pereira, presidente do clube alviverde, cobrou punição severa a John Textor, caso o dono da SAF alvinegra não comprove as acusações de manipulação no futebol brasileiro. Entre diversos temas, incluindo a atuação do árbitro de vídeo no país e uma "cortada" em uma fala machista do senador Jorge Kajuru (PSB/GO), a mandatária palmeirense provocou o cartola norte-americano.

Assim como Textor em abril, Leila passou pela sabatina no Senado Federal na condição de testemunha. Na avaliação da presidente alviverde, não há indícios de manipulação em partidas da Série A do Campeonato Brasileiro. Mantendo o discurso adotado em outras abordagens sobre o tema, a dirigente classificou as denúncias do norte-americano de "irresponsáveis" e "criminosas". Ressaltando o risco das acusações na credibilidade do futebol nacional, a mandatária do Palmeiras pediu punição severa se o dono da SAF do Botafogo não apresente provas concretas das alegações.

"Fizemos uma denúncia para que ele comprove o que está dizendo. Se ele não comprovar absolutamente nada, porque até agora, objetivamente, eu não vi prova absolutamente nenhuma, não tenho dúvida nenhuma que o John Textor teria que ser banido do futebol brasileiro", afirmou, citando a vitória de virada do Palmeiras contra o Botafogo, por 4 x 3, como início do problema do norte-americano com o alviverde. "Está na história por perder um campeonato que estava na mão. Não vamos desistir enquanto esse cidadão não seja devidamente e exemplarmente condenado", destacou. Textor diz ter provas de interferência no futebol brasileiro nas temporadas de 2022 e 2023.

Logo no começo da audiência pública de cerca de uma hora e meia, Leila ressaltou a necessidade de banir do esporte jogadores envolvidos com manipulação em partidas de futebol. "Sem punição, você não vai chegar a lugar absolutamente nenhum. A impunidade é a semente do próximo crime. Não adianta advertência, uma carta. Se você participar desses esquemas, você vai ser banido do futebol. Eu não tenho dúvidas disso", alegou. A dirigente alviverde citou as medidas tomadas pelo clube para evitar casos internos. Além da promoção de ações educacionais em relação ao tema, a equipe proíbe a realização de apostas esportivas por funcionários. "Os atletas precisam seguir o que está em nosso código de ética e o previsto em contrato", revelou.

Quando perguntada sobre tecnologia, a presidente do Palmeiras evitou descredibilizar o uso do árbitro de vídeo, mas salientou para a necessidade de investimentos em capacitação. "Acredito no VAR, mas existem erros e as pessoas precisam ser capacitadas. Eu acredito que a CBF e o diretor de arbitragem estão trabalhando, e muito, para melhorar cada vez mais a nossa arbitragem. O VAR tem que continuar sim, mas precisamos capacitar cada vez mais as pessoas que manejam", pontuou.

Presidente da CPI, Jorge Kajuru protagonizou uma cena de constrangimento na sessão. Ao falar da presença de Margareth Buzetti (PSD-MT) no plenário, o senador afirmou que "normalmente, mulher vai ao estádio e pergunta quem é a bola". A presidente do Palmeiras rebateu a declaração. "Kajuru, hoje tem presidente de clube mulher", lembrou. Também houve momentos de descontração. Chico Rodrigues (PSB-PE) perguntou para qual time Leila Pereira torcia. "Peraí, né, senador. O senhor tem alguma dúvida? Meu sangue é verde", garantiu a dirigente.

SELEÇÃO BRASILEIRA Vinicius Jr. chega a Orlando e Dorival passa a trabalhar com elenco completo

O craque completa o time

DANILO QUEIROZ

Não há mais pendências no grupo convocado por Dorival Júnior para a disputa dos amistosos da Data Fifa de junho e a Copa América. Ontem, os três últimos "reforços" se juntaram ao elenco em Orlando, nos Estados Unidos, local da última etapa de preparação. A chegada mais festejada é a do craque do time. Campeão da Liga dos Campeões com o Real Madrid, Vinicius Junior carregará o status de referência da equipe verde e amarela na luta pela retomada do domínio continental. Também atletas do time merengue, Rodrygo e Éder Militão completam a lista de 26 atletas disponíveis.

Vini atravessa o melhor momento da carreira. Além de se destacar na conquista madrilhenha no Velho Continente, o atacante brasileiro esbanjou boas atuações ao longo da temporada. O desempenho, inclusive, o credencia ao prêmio de melhor jogador do mundo. A conquista da Bola de Ouro da Fifa, no entanto, tem a Copa América como última barreira. Se mantiver o nível de atuações vestindo a amarelinha, o atacante ampliará o status de favorito à honraria individual, fora da alçada de um brasileiro desde 2007, quando Kaká a adicionou no currículo profissional.

O Real Madrid agora está em segundo plano e Vinicius Junior só pensa em uma coisa: levantar o primeiro troféu com a Seleção Brasileira. "Não fui campeão ainda e espero que seja agora. Nós estamos nos preparando muito bem para esse momento. A geração vem muito forte para ganhar grandes coisas. Estou muito feliz de chegar aqui em Orlando e me juntar com todo o elenco, com toda a comissão técnica. A gente tem que fazer de tudo para ter uma boa preparação e, logo em seguida, uma ótima Copa América", ressaltou o atacante. Para o torneio, o jogador ainda teve tempo de mudar o visual e aparecer com tranças.

Mas o interesse real de Dorival Júnior é ver Vinicius repetir na Seleção Brasileira o bom futebol apresentado recentemente no Real Madrid. Sem a presença de Neymar, o jogador terá papel de referência técnica na formação da equipe titular para a Copa América. Após comandar cinco treinos sem o trio de campeões do Real Madrid, o técnico tupiniquim terá dois dias livres de atividades no ESPN Wide World of Sports Complex. para esboçar o time escolhido para medir forças com o México, no sábado, no primeiro de dois amistosos antes da competição. A partida será realizada no Texas.

Embora tenha a certeza de poder contar com o talento de Vinicius Junior no compromisso, a Seleção Brasileira trabalha com possíveis desfalques diante dos mexicanos. Ainda se recuperando de uma lesão no ombro direito, o zagueiro Gabriel Magalhães segue como dúvida. O jogador voltou aos treinamentos na terça-feira, mas ficou fora de testes com possíveis contatos físicos e será avaliado em relação às condições de jogo. O sistema defensivo, inclusive, deve apresentar as maiores modificações em relação aos amistosos de março contra Inglaterra e Espanha.

Considerando as experiências anteriores, o técnico pode escalar a equipe com Alisson; Danilo, Marquinhos, Beraldo e Wendell; João Gomes, Bruno Guimarães e Lucas Paquetá; Raphinha, Rodrygo e Vinicius Junior. Destaque com gols contra os ingleses e os espanhóis, o brasileiro Endrick é outro com chance de ganhar expressivos minutos em campo para mostrar serviço. Independentemente das dúvidas, Dorival Júnior tem encaminhado um Vini Jr. e mais 10 e, agora, está em totais condições de avaliar todas as peças disponíveis para definir a melhor maneira de montar a equipe tupiniquim.

Rafael Ribeiro/CBF

Atacante Vinicius Junior modificou o visual para iniciar os trabalhos ao lado do elenco da Seleção Brasileira

Agenda de jogos

Amistosos

Sábado
21h30 México x Brasil

12/6
20h Estados Unidos x Brasil

Copa América

24/6
22h Brasil x Costa Rica

28/6
22h Paraguai x Brasil

2/7
22h Brasil x Colômbia

VASCO

Torcida protesta após goleada

Leandro Amorim/Vasco

Elenco cruzmaltino trabalhou normalmente em meio às reclamações

A histórica derrota por 6 x 1 para o Flamengo no domingo passado, em jogo válido pela Série A do Campeonato Brasileiro, deixou cicatrizes profundas no Vasco. Um grupo de torcedores recepcionou o elenco vascaíno e o presidente Pedrinho, ontem, no centro de treinamento da equipe carioca, com a intenção de pedir atitude de todos no péssimo momento técnico atravessado pelo cruzmaltino.

Várias faixas foram colocadas nos muros do CT. O zagueiro Léo, por exemplo, foi chamado de 'Capitão Frouxo' pelos torcedores, enquanto o zagueiro Maicon foi apontado como 'aposentado'. O time vascaíno foi criticado e taxado de 'frouxo', 'vagabundo' e 'medíocre'. Os torcedores também pediram a saída de Lúcio Barbosa, CEO da SAF. A 777 está afastada do comando da equipe por decisão judicial e o futebol está sendo tocado pelo associativo.

O presidente Pedrinho foi abordado, parou o carro, baixou o vidro e chegou a ser cobrado até pela falta de luz na arquibancada de São Januário. "Com todo respeito, você sempre foi um cara educado, mas precisa cobrar todo mundo", disse um torcedor do Vasco. Com calma, o dirigente respondeu. "É um momento difícil. As decisões vão ser tomadas lá dentro. Neste momento, quando vocês quiserem falar, eu venho falar. A gente tem uma sequência de jogos importante. Então, é melhor vocês cobrarem de mim, deixem os jogadores tranquilos. Eu volto aqui e falo com vocês", salientou o dirigente.

O atacante Rayan, de 17 anos, foi outro que teve paciência para ouvir as duras críticas. E não foi poupado. "Você é o mais frouxo deste elenco. Tem 17 anos, joga desde a base e entra com preguiça. Você não marca ninguém. Você não correu. Vamos honrar esta camisa", disse um dos membros da torcida presente no ato de protesto pela goleada sofrida diante do maior rival.

Na terça-feira, Pedrinho, que considerou o atropelo de 6 x 1 aplicado pelo Flamengo como "inadmissível" e "inaceitável", nomeou Felipe, ex-meio-campista e também ídolo do Vasco, para a direção esportiva do clube. O técnico português Álvaro Pacheco, recém-chegado ao cruzmaltino, pediu união e comprometimento ao elenco para superar a crise. Com dias livres para treinamentos, o time volta a campo apenas em 13 de junho, quando mede forças com o Palmeiras.

Giro da rodada

Nathan Bizotto/ECJ

Juventude x Atlético-GO

Mesmo em Data Fifa, o Brasileirão deu andamento aos jogos atrasados. Ontem, o Juventude voltou para casa e venceu o Atlético-GO. Lucas Barbosa fez o gol do 1 x 0 e garantiu os três pontos para a equipe gaúcha.

Assicom Dourado/Cuiabá

Cuiabá x Vitória

Na outra partida para recuperar o tempo perdido, Cuiabá e Vitória não saíram do 0 x 0 e seguem atolados na zona de rebaixamento. Lanterna, o Dourado vive situação curiosa e não marcou gol em seis rodadas disputadas.

Kenzo Tribouillard/AFP

Bélgica x Montenegro

A seleção da Bélgica não encontrou problemas para ganhar de Montenegro em amistoso preparatório para a Eurocopa. Com gols de Kevin de Bruyne e Trossard, os Diabos Vermelhos venceram a partida em casa, por 2 x 0.

Franck Fife/AFP

França x Luxemburgo

Liderada pelo capitão Kylian Mbappé, autor de um gol e de uma assistência, a França venceu Luxemburgo, por 3 x 0, em Metz, na primeira partida de preparação para a Euro 2024. Muani e Barcola fecharam o placar do compromisso.

Divulgação/FRFF

Espanha x Andorra

Entre as grandes seleções com compromisso no dia, a Espanha construiu o placar mais expressivo ao golear Andorra, por 5 x 0. Mikel Oyarzabal anotou um hat-trick no duelo. Os outros gols foram de Gutiérrez e Ferran Torres.

Divulgação/KNVB

Holanda x Canadá

Também classificada para a Eurocopa-2024, a Holanda sairá da bolha do Velho Continente no primeiro compromisso de preparação. Hoje, às 15h45, a Laranja Mecânica mede forças com o Canadá. O SporTV transmite o jogo ao vivo.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Nova em Gêmeos. Verbaliza com clareza e sinceridade tuas pretensões, nada ocultes a tua própria alma, porque te esconder dentro do labirinto da mente não te ajudará a realizar tuas pretensões, apenas agregará muros e meandros a esse labirinto, e depois terás de resolver isso na terapia. A confissão de teus propósitos não precisa ser oferecida a ninguém, aliás, é melhor evitar, por enquanto, trazer alguém para dentro do teu labirinto, porque as pessoas, com boa ou má vontade, dariam palpites e isso só agregaria complicações a este momento. A verbalização clara e sincera de tuas confissões há de ser dirigida à tua própria mente, para te conhecer melhor e também reconhecer que tipo de caminho andas construindo entre o céu e a terra, porque tudo que pode ser verbalizado encontra uma forma de se manifestar.

ÁRIES 21/03 a 20/04

Você não precisa confessar nada a ninguém abertamente, mas você precisa, sim, fazer essa confissão no seu mundo interior, enxergando com imparcialidade seu desempenho nos acontecimentos e relacionamentos. É por aí.

LEÃO 22/07 a 22/08

Querendo ou não, haverá a possibilidade de você se juntar a outras pessoas e, em conjunto, fazerem o que cada uma por separado teria muita dificuldade de realizar. As pessoas atrapalham bastante, mas também ajudam.

SAGITÁRIO 22/11 a 21/12

Os acordos são preferíveis aos conflitos, mas há horas em que a alma se dá ao luxo de sustentar discórdias só para obter o benefício de que a razão esteja do seu lado, sem se importar com o preço que pagará por isso.

TOURO 21/04 a 20/05

Procure investir seus recursos, porque a acumulação parece brindar com segurança e solidez, mas a riqueza não se mede pelo que se acumula, porém, por aquilo que, ao fluírem os recursos, se multiplica e distribui. É assim.

VIRGEM 23/08 a 22/09

Você não precisa acertar na tecla, mas você precisa agir, e se a tecla certa for acionada, melhor para você, porém, se algum erro acontecer, haverá tempo e condições para você consertar e fazer tudo direito.

CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/01

Aos poucos, você avançará mais do que aguardando por uma grande tacada que provavelmente não acontecerá. Prefira fazer movimentos pequenos, se atendo aos detalhes enquanto espera pelo momento de avançar com força.

GÊMEOS 21/05 a 20/06

É muita tensão que sua alma anda suportando no momento atual, mas nada que você não seja capaz de administrar. Portanto, evite cair na tentação de se queixar e de se fazer de vítima, há mais vida para você viver.

LIBRA 23/09 a 22/10

O futuro chama e sua voz encanta a alma com perspectivas que, ainda longe de poderem ser realizadas, podem servir para você superar a inércia que amarra sua alma a questões sem nenhum sentido ou verdadeiro valor.

AQUÁRIO 21/01 a 19/02

A alegria deveria ser a nota dominante dos relacionamentos e da vida em geral, mas nossa humanidade se agarra à ansiedade e ao medo como se fossem salva-vidas, quando na verdade são âncoras que drenam energia.

CÂNCER 21/06 a 21/07

Agora é quando se acentua a necessidade de você tomar distância para pensar melhor sobre tudo que anda acontecendo, e refletir sobre as máscaras que caíram e que revelaram a verdadeira essência de algumas pessoas.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11

As emoções misturadas e desencontradas atrapalham bastante parte do caminho, e quanto a isso não dá para fazer muita coisa, a não ser tomar distância e evitar tomar decisões determinantes até isso passar.

PEIXES 20/02 a 20/03

Você vai obter o que pretende, a questão não é essa, mas a do preço que sua alma está disposta a pagar em nome dos resultados. Essa é a questão que você precisa responder com a mão no coração, com plena sinceridade.

CRUZADAS

Exigência para a redução da pena (jur.) / A pessoa rabugenta (p. ext.) / Hipótese improvável à proposta tentadora / Círculos (?): problemas insolúveis / Privado de roupas / Resposta positiva / Apelido de Caetano Veloso / Droga psicoativa usada em interrogatórios / Flor símbolo de Gramado (RS) / Atitudes da pessoa carinhosa / Chico Caruso, cartunista brasileiro / Construção presente no Canal do Panamá / Vogal que indica o masculino / Remo, em inglês / Museu mais visitado do mundo, situa-se em Paris / Permissão de entrada / Jogo de tabuleiro / "Solver", em liófilo / Fazer dormir / (?) de limão, ingrediente culinário / Almofada, em inglês / Otis Redding, cantor dos EUA / Ave insetívora / Território holandês / Espaço para o trajeto de aviões / Rio que banha a capital inglesa / Senhora (abrev.) / Agência espacial / Conterrâneo de Herson Capri / Fazer a barba / Pedra, em tupi / Laura, em relação a Petrarca (Lit.) / Quaisquer cerimônias sacras / 500, em romanos / Rato, em inglês / Antigo navio de casco redondo / Pedra antiaftas / Sovina; mesquinha / A atriz como Fabiana Karla / Tempo (símbolo) / Massa (abrev.) / Alexandre Dumas, escritor francês / A maior região brasileira (sigla)

BANCO 3/itá — oar — pad — rat. 5/aruba — avara — rapar. 6/eclusa. 9/hortênsia.

20

DIRETAS DE ONTEM

			CU			ES		TO		T
	C	A	R	R	O	F	O	R	T	E
S	U	B	S	I	D	I	A	R	I	O
U	R	R	O		E	R	R	E		L
	I	I		RA		R		S	EG	O
	O	R	B	I	T	A	L		A	G
	S		O		A	Q	U	I		I
P	I	X	I	N	G	U	I	N	H	A
	D	I		AP		BI	S	T	RO	
C	A	S	T		E	E		E	A	T
	D		A	R	R	E	A	R		R
D	E	S	P	A	C	H	A	N	T	E
	S	A	I	S		O		E	R	
		U	R		E	M	I	T	I	R
C	A	D		R	I	U	R		P	U
	D	E	P	A	S	S	A	G	E	M

SUDOKU DE ONTEM

3	2	9	8	5	1	4	6	7
6	8	1	4	2	7	3	5	9
7	4	5	6	3	9	1	2	8
1	6	7	9	8	3	5	4	2
8	3	4	2	7	5	6	9	1
9	5	2	1	6	4	8	7	3
5	7	8	3	9	6	2	1	4
2	1	6	7	4	8	9	3	5
4	9	3	5	1	2	7	8	6

CINEMA

Leonardo Sá/Agência Senado

Vik Muniz com obra criada a partir dos destroços do ataque 8 de janeiro de 2023

A recriação dos escombros

» ANA CAROLINA RUBO*

Estreia hoje o documentário *Arte no caos* (Jimi Figueiredo). O longa aborda o desafio do artista plástico Vik Muniz, que construiu uma obra a partir dos destroços e entulhos do ato de 8 de janeiro. O artista plástico Vik Muniz criou a abertura da novela *Passione*, a partir de materiais recicláveis e que faziam alusão a obras renomadas.

O Senado Federal, convidou Vik Muniz a resgatar e reconstruir as memórias do ato antidemocrático do 8 de janeiro. *Arte no caos* aborda a importância do processo construtivo da obra. O artista trabalhou com toneladas de vidros quebrados, quadros históricos rasgados e móveis destruídos: "Arte no caos documenta a construção a partir de uma destruição, e faz essa ligação entre o vidro, um objeto cortante, e a fragilidade das democracias. Fora isso, acompanhamos todo o processo, desde recolher todos os destroços encontrados no Congresso", explica Jimi Figueiredo, ao **Correio**.

Arte no caos tem pré-estreia hoje no Cine Brasília, às 20h, e será exibido na TV Senado sexta e sábado, às 21h30. O diretor e idealizador do documentário considera que é fundamental o registro do acontecimento. "Não adianta simplesmente reconstruir, é preciso que as cicatrizes continuem, para que as pessoas entendam que as coisas trágicas não podem ser colocadas debaixo do tapete", diz Jimi.

Vik Muniz tem uma característica única: O artista destrói as obras após a conclusão, "Essas obras são efêmeras, no fim só resta uma fotografia. Isso é muito significativo. É um processo de reconstrução muito lúdico, com a certeza de que os cacos não podem ser mais colados", comenta Jimi, acerca da caracterização artística de Vik Muniz.

Foram transportadas cerca de 4 toneladas de escombros do Congresso Nacional até o atelier de Vik Muniz, no Rio de Janeiro. Jimi revela que gostaria que a obra fosse trazida à Brasília e exposta no Congresso Nacional, porém seria contraditório em relação ao ritual artístico de ViK Muniz: "O público pode ter contato com a obra antes de ser desfeita, entender sua magnitude, seu tamanho imenso, e até ver seu processo de destruição", comenta o diretor acerca da importância do documentário. A obra reconstruída fotograficamente está em exibição no Congresso Nacional.

VIK MUNIZ - ARTE NO CAOS

Obra de Jimi Figueiredo. Hoje, no Cine Brasília, às 20h. Entrada franca

***Estagiária sob supervisão de Severino Francisco**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Vida Loka

Meu amor próprio encheu a cara

e saiu pra reinventar a vida
num direito à preguiça

Ser gaita
levando
a vida
na flauta!

Rodrigo Semfim

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		8					1	
4				1	7			
			4		2	6		
	3					1		6
	7				9	3		
			5	3				
		1	6				4	
7	6	3			8	9		
			9					

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão&Arte

GRANDE SERTÃO URBANO

» RICARDO DAEHN

Nas rachaduras do seco sertão estão as pegadas para o texto clássico de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, entranhado no imaginário de cada leitor da obra de 1956. Com um salto de 68 anos, a obra, retrabalhada pela ótica do cineasta Guel Arraes, estoura na telona de 300 salas, com a vertente de embrutecido do sertão criminal. A narração de Riobaldo (Caio Blat), tornado professor, na adaptação para cinema, deixa o ambiente das fazendas e latifúndios, e é deslocada para o cenário da periferia. A temática da intolerância, diante de romance proibido, ocupa boa parte da narrativa.

A rispidez da atualidade vai de encontro à poética roseana. "A violência real vai ser maior do que do cinema. O cinema traz um retrato da tensão real. No Brasil, então, isso é uma verdade absoluta: a violência do dia a dia é uma catástrofe", observa Guel Arraes, ao falar do novo contexto do filme. Duas coisas, entretanto, neste abraço e fusão de relatos de jagunços, policiais e moradores de comunidade, se mantêm inalteradas: "A proposta do texto e a prosódia de Guimarães — nada disso foi mexido", reforça o diretor lembrado por sucessos do quilate de *O auto da compadecida* (2000) e *Lisbela e O prisioneiro* (2003).

"O mundo é nosso, mas é demorado" registra-se, a dada altura do filme, que contraria este ritmo, e vem alucinante. Luisa Arraes dá vida à brava personagem Diadorim, num enredo em que a ação da atualidade engloba tipos, como "o homem feliz" (em meio ao caos) Zé Bebelo (Luiz Miranda); o líder Joca Ramiro (Rodrigo Lombardi), entre os que "possuíam sangue derramável"; o vilanesco Hermógenes (Eduardo Sterblitch); a sofrida Otacília (Mariana Nunes) e Nhorinhá (Luellen de Castro), que ama, em mesma medida, Riobaldo e Diadorim.

Autoridades corruptas, trabalhadores injustiçados, as balas (de revólver) e os bailes (funk) invadem o "redemunho" descrito no clássico livro e que se completa com impactos diabólicos. "Não se mexem nas crenças nessa adaptação (para a tela), e, nem que eu saiba, no livro. A questão do diabo é um pouco a questão do mal e do bem. É o grande mito que quase todas as religiões têm, não é? Então (a religiosidade) no filme é muito genérica", pontua o diretor Guel Arraes, também corroteirista do longa, ao lado de Jorge Furtado (leia a entrevista).

Lançado às vésperas do também violento *Bandida — A número um* (ambientada em favela carioca), *Grande Sertão* poderia endossar um novo movimento do cinema nacional à cata de público? "É muito difícil dizer: são dois filmes diferentes e que tratam do mesmo assunto. O *Bandida*, pelo que vi no trailer, vai na tradição do favela movie brasileiro (como *Cidade de Deus*). O *Grande Sertão* trata dos mesmos assuntos, de um outro jeito, noutro tom, que é épico, teatral, e isso muda tudo. Não dá muito para comparar, um parece quase uma antítese do outro", analisa Guel Arraes.

Descrito como o "poder da vida", o amor rende, de modo central no longa *Grande Sertão*. Junto com a selvageria, dá a liga a todo o roteiro contemporâneo. "O conteúdo de Guimarães Rosa, na atualidade, a trama de todo o livro é sobre a guerra, com as questões comportamentais, e isso está tudo no filme, praticamente: assim como é no Guimarães e cabe como uma luva no Brasil atual", conclui o cineasta.

Luisa Arraes e Caio Blat dão vida aos personagens de sentimentos controversos

COM GÊNESE RURAL, A OBRA MÁXIMA DE GUIMARÃES ROSA CHEGA AOS CINEMAS COM CAIO BLAT NO ELENCO. NO PALCO, *TOM E A FAZENDA* REFORÇA INTOLERÂNCIA INTERIORANA

Três perguntas // Jorge Furtado, corroteirista

Qual a principal dificuldade da adaptação?

A dificuldade principal de adaptar Guimarães Rosa para o cinema é que o romance é uma obra-prima, incomparável. Sem dúvida, o maior romance da língua portuguesa, escrito numa prosa poética que é tão marcante que se torna inesquecível para quem para leu o livro. O contato com a prosa do Guimarães, do Riobaldo, o que é dito na boca do Riobaldo, o narrador da história, é transformador. Ninguém é a mesma pessoa depois de ler aquele livro. Então, passar esse livro de 500 páginas para um filme de duas horas de duração é um enorme desafio. Mas acho que ele mereceu ser enfrentado por muitos motivos.

Como nota a possível receptividade ao filme?

(O filme) será o primeiro contato de muita gente, tenho certeza, com esse texto porque o Guel Arraes e eu fizemos o maior esforço para usar sempre que possível o texto do livro.

> "A trama tem os mitos básicos: a luta do bem contra o mal, o amor trágico dos jovens, a donzela guerreira, os guerreiros em luta — como uma guerra de Troia — todo mundo tem razão, ali, com o seu lado"
>
> *Jorge Furtado*

Então, só com isso já mereceria ser feito esse filme: só para botar em contato com as pessoas o texto Guimarães Rosa. A história é uma história universal e eterna; o Guimarães finge que faz romance regionalista, isso em 1956, quando o regionalismo já estava saindo de moda... Mas, na verdade, ele faz um livro universal: poderia ser na Rússia, na África, nos Estados Unidos em qualquer lugar essa história.

O que a trama contempla, nesta escala?

Ela tem os mitos básicos: a luta do bem contra o mal, o amor trágico dos jovens, a donzela guerreira, os guerreiros em luta — como uma guerra de Troia — todo mundo tem razão, ali, com o seu lado. Então, ele faz com um ambiente supostamente regional brasileiro. Guimarães faz uma história que é totalmente universal. O nosso esforço, nossa tentativa, foi a de manter a prosa do Guimarães e trazer essa história para o dia de hoje porque ela é uma história eterna. Foi essa a maior dificuldade, e acho que a gente conseguiu, dentro do possível.

Fotos: Paris Filmes/Divulgação

Cena do filme *Grande Sertão*: a guerra é transplantada para a cidade

TEATRO

OPRESSÃO DA FAZENDA NO PALCO

Não existir, ao abdicar de uma história de amor vivida ao lado de um homem, agora morto, vem quase como uma imposição para Tom, protagonista da peça *Tom na fazenda*, vivido por Armando Babaioff, responsável ainda pela idealização da produção da peça (dirigida por Rodrigo Portella) que ainda teve tradução do ator para o texto do canadense Michel Marc Bouchard. "Toda a ação acontece numa fazenda, rígida na disciplina com a terra e os animais. Impiedosa com descuidos. É um cenário ao nosso alcance, nem tão distante, que reproduz práticas de trabalho associadas a um modo de viver que distancia cidade e campo", conta Babaioff, em exclusiva ao **Correio**. A peça o remodela, como cidadão e artista.

Segundo o ator, o texto, alicerce denso para a encenação, e escrito em 2011, tem muita vida. "O texto provoca discussões, cheio de camadas. Fala de conflitos familiares, homofobia, mentiras capazes de manipular relacionamentos. É atual, urgente, sobretudo no Brasil, o país que mais assassina a população LGBTQIAPN+", reforça. Num ambiente hostil, a dor do luto (pelo homem que Tom amou) imanta todos os personagens. "Cada um lida de uma forma: a mãe, o irmão e o namorado. Depois, o público constata diferenças, distanciamentos e aproximações", detecta. Passada a estreia, em 2017, com apenas 47 lugares na plateia, a montagem foi acolhida em lugares intimistas e, em outros, enormes. França, Bélgica e Suíça foram países que receberam turnê da peça por 130 dias na Europa.

"As reações são muito similares. O público brasileiro, que se renova, é extremamente atencioso e generoso. Na Europa, tivemos depoimentos emocionantes de pessoas que nos viram mais de uma vez, de famílias que ficaram para um abraço pós-espetáculo, algo incrível", explica o ator. Cíclica também é a violência referendada por *Tom e a fazenda*, vencedora de mais de 25 prêmios. Babaioff destaca o vigor dos momentos físicos que surtem fortes efeitos. "Há monólogos lindos dentro dessa peça. Sem cortes, sem close, sem movimento de câmera", diz, ao tratar de comparação com filme franco-canadense de 2013, outra adaptação. **(RD)**

TOM NA FAZENDA

Teatro Royal Tulip (SHTN Tr. 01). De hoje a sábado, às 20h, e Domingo, às 19h. Com Armando Babaioff, Camila Nhary, Gustavo Rodrigues e Denise Del Vecchio. Ingressos, de R$ 80 a R$ 160. Bilheteria virtual: https://bileto.sympla.com.br/event/93171/d/251723/s/1717540 120min, não recomendado para menores de 18 anos.

Paris Filmes/Divulgação

Tom na fazenda, com Armando Babaioff, chega a Brasília após sucesso internacional

Correio Braziliense | Brasília, quinta-feira,6 de junho de 2024

Direito & Justiça

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Posse

Presidente da Ajufe assume com a presença da cúpula do Judiciário

Ana Maria Campos

Num momento em que se discute a força cada vez maior do Judiciário para a democracia brasileira, o juiz federal Caio Marinho tomou posse ontem como presidente da Associação do Juízes Federais do Brasil (Ajufe), entidade com mais de 50 anos de história e integrada por cerca de 2,1 mil associados, em solenidade prestigiada. Acompanharam a transmissão de cargos o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza de Assis Moura, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o ministro da Advocacia-geral da União (AGU), Jorge Messias, e o ministro da Controladoria-geral da União (CGU), Vinícius de Carvalho.

Outros vários ministros do STJ prestigiaram Marinho que assume para o biênio 2024-2026. Estiveram lá o Herman Benjamin, que assume a presidência do STJ em agosto, Paulo Sérgio Domingues, Antônio Carlos Ferreira, Humberto Martins e Reynaldo da Fonseca, além de vários desembargadores federais. A participação da cúpula do Judiciário mostrou a força da Ajufe que já teve entre seus presidentes o ministro Flávio Dino, do STF, e Paulo Sérgio Domingues, do STJ.

Nascido em São Miguel do Tapuío (PI), Marinho, 42 anos, iniciou o discurso se solidarizando com o povo gaúcho pela tragédia climática sem precedentes. Nesta entrevista ao Correio, *ele afirma que uma visita ao Rio de Grande do Sul para oferecer ajuda aos moradores da região é uma de suas primeiras medidas.*

Divulgação/Ajufe

Qual será o foco da gestão?

Nossa principal bandeira é a valorização da magistratura e o aprimoramento da Justiça Federal. E isso vai muito além das nossas questões corporativas. Nesses mais de 50 anos de história, a Ajufe sempre procurou participar das grandes discussões de interesse do Estado e da sociedade brasileira, com atuação proativa junto aos Três Poderes da República. Nossa gestão pretende alinhar a atuação da Ajufe com as necessidades atuais, como é o caso dos desafios ambientais e climáticos. Pensando nisso, será realizada, logo nos primeiros meses da nossa gestão, a Expedição da Cidadania no Estado do Rio Grande do Sul, levando a Justiça Federal onde ela está sendo mais demandada. Também daremos prioridade nas discussões envolvendo o papel da Justiça Federal na preservação do meio ambiente e no julgamento dos crimes ambientais federais, além de outros temas socialmente relevantes.

É certo que os juízes devem ter uma remuneração à altura das responsabilidades da carreira. Mas o relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou que a remuneração média mensal dos magistrados brasileiros é R$ 68,1 mil, ou seja, acima do teto constitucional. O teto é baixo ou os salários dos juízes são altos?

A Ajufe acredita que o teto constitucional deve ser revisado para melhor refletir a realidade do Poder Judiciário e as demandas da carreira da magistratura. Isso não seria necessário se fosse cumprido o que determina a própria Constituição, que definiu que o teto do serviço público seria objeto de recomposição inflacionária anual.

O relatório do CNJ também mostrou que os magistrados brasileiros julgaram, em média, dois mil processos em 2023. Corresponde a mais de cinco casos por dia. Como lidar com uma realidade como essa?

Há necessidade de preenchimento dos cargos de juízes e servidores atualmente vagos. Concursos estão sendo realizados para isso. Outro ponto é a adoção de novas tecnologias, investindo em sistemas de automação e inteligência artificial para otimizar a gestão processual. Incentivar a resolução de conflitos por meios alternativos, como a mediação e a arbitragem, também ajuda a diminuir o número de processos que chegam ao Judiciário. Propor e apoiar reformas legislativas que visem o aperfeiçoamento da legislação processual podem simplificar procedimentos e reduzir a litigiosidade, tornando o sistema mais ágil e eficaz.

O brasileiro exagera na judicialização das questões?

A judicialização reflete não apenas um comportamento dos cidadãos, mas também a estrutura e o funcionamento das instituições públicas. Ou seja, é uma consequência da necessidade de garantir o cumprimento de direitos constitucionais e legais. Também demonstra a confiança da população no Judiciário como um caminho para resolver questões que não encontram solução em outras esferas. Existem desafios a serem enfrentados, como a melhoria da eficiência e celeridade dos processos judiciais, a valorização de mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos, e a promoção de políticas públicas que reduzam a necessidade de recorrer ao Judiciário.

Durante muito tempo, o cidadão mirava suas críticas no Executivo e no Legislativo. Mas nos últimos anos o Judiciário, especialmente o STF, passou a ser alvo de ataques. Por que a magistratura passou a ser o foco de desgosto de uma parcela da população?

Toda grande discussão deságua, invariavelmente, no Judiciário. O que ocorre é que houve um aumento da judicialização de questões políticas, o que tem levado o Supremo a decidir sobre temas sensíveis e controversos. Essas decisões, inevitavelmente, desagradam a setores da sociedade que enxergam no Judiciário um agente interferindo na competência do Legislativo e do Executivo. A crescente transparência e visibilidade das atividades do Judiciário também aumentou a exposição das decisões e dos posicionamentos dos magistrados. Ao mesmo tempo, o STF, especialmente, adquiriu um protagonismo institucional no contexto de crises políticas, assumindo um papel mais ativo na defesa da Constituição e do Estado de Direito. A crítica construtiva é bem-vinda, mas é fundamental que seja baseada em fatos e fundamentada no respeito às instituições democráticas.

Ao tomar posse como presidente do TSE, a ministra Cármen Lúcia frisou em seu pronunciamento que o combate às fake news será uma prioridade de sua gestão. Esse é um desafio para toda a magistratura?

O combate às fake news é um desafio significativo e urgente para toda a sociedade brasileira. A disseminação de informações falsas representa uma ameaça direta à integridade do processo eleitoral e à democracia. É essencial que os juízes federais, assim como todos os membros do Judiciário, também estejam comprometidos em combater esse fenômeno. Só assim vamos garantir que as eleições sejam justas e transparentes, assegurando que os eleitores tenham acesso a informações verídicas e confiáveis.

Data Venia

Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação/TJGO

Lista só de mulheres e uma nova desembargadora em Goiás

No Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), o percentual de homens atuando como desembargadores chega a 81,2%, segundo pesquisa divulgada recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesta semana, houve um avanço. A juíza Sirlei Martins da Costa será a nova desembargadora da Corte. A magistrada foi selecionada para a vaga pelo critério de merecimento com base na Resolução CNJ nº 525/2023, que tem como meta promover a igualdade de gênero nos tribunais brasileiros. Sirlei vai ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Carlos Roberto Fávaro. A nomeação marca a primeira vez que o Órgão Especial do TJGO formou uma lista tríplice para o cargo de desembargadora exclusivamente composta por mulheres, sendo também o primeiro edital publicado exclusivamente para juízas postularem o acesso ao Tribunal.

Quase 9 milhões de processos do interesse de idosos tramitam no país

Pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou que há 8,9 milhões de processos envolvendo pessoas idosas em tramitação no Judiciário. Pouco mais de 6 milhões estão na Justiça Estadual; 1,28 milhão na Justiça do Trabalho; e 139 mil nos tribunais superiores. Nos tribunais estaduais, entre setembro de 2021 e agosto de 2022, foram recebidos 2,44 milhões de casos novos e foram julgados 2,58 milhões de processos. O tribunal com maior tempo médio de tramitação para processos que envolvem pessoas com mais de 60 anos foi o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), com três anos e um mês. Já o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) apresentou o menor tempo médio, com quatro meses de andamento. Detalhe: por ausência de preenchimento das datas de nascimento, não foram considerados os tribunais TJPB, TRF-1, TRF-5 e TST na pesquisa quantitativa.

À espera de soluções mais rápidas

Uma das conclusões da pesquisa foi a de que o tempo médio de tramitação não difere entre o público idoso e o não idoso. E o que é pior, na maior parte das vezes, é até maior entre pessoas com idade mais avançada. O estudo vai embasar medidas a serem adotadas pelo CNJ para atender a essa parcela da população que precisa de soluções ágeis da Justiça.

Temas

Numa análise dos pesquisadores, constatou-se que os principais temas envolvendo pessoas com mais de 60 anos em tramitação na Justiça comum são: saúde, superendividamento, curatela e violência doméstica ou praticada contra idosos.

Indenização por assédio eleitoral

Divulgação

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve condenação da Havan S.A., empresa de Luciano Hang (foto), a pagamento de uma indenização de R$ 8 mil a um vendedor por assédio eleitoral na campanha de 2018. O relator do caso, ministro Alberto Balazeiro, foi contundente: "As práticas de coronelismo não serão toleradas em nenhum nível pelas instituições democráticas do Estado Brasileiro". Na reclamação trabalhista, o vendedor, contratado para trabalhar na loja da Havan em Jaraguá do Sul (SC), disse que a empresa obrigava seus funcionários a usarem como uniforme uma camiseta com as cores e o slogan de campanha de um dos candidatos à Presidência da República. Quem será?

Cidadão honorário de Brasília

Divulgação/TCDF

A Câmara Legislativa vai conceder, na próxima segunda-feira, o Título de Cidadão Honorário do Distrito Federal ao conselheiro do Tribunal de Contas do DF Inácio Magalhães Filho. A iniciativa é do presidente da Câmara, deputado Wellington Luiz (MDB). A honraria é destinada a pessoas que, não sendo naturais de Brasília, dedicaram suas vidas e ofícios à população do DF. Nascido em Teresina, Inácio Magalhães Filho é uma referência nacional em fiscalização de pessoal e nas áreas de direito administrativo e previdenciário. Doutor em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, mestre em Administração Pública pelo IDP e especialista em Direito Público, ele também é professor de Direito Constitucional e Administrativo.

"A mentira continuará a ser duramente combatida. O ilícito será investigado e, se provado, será punido na forma da legislação vigente. O medo não tem assento em alguma casa de Justiça"

Ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Entrevista — JOÃO CARLOS SOUTO, professor de direito constitucional e procurador da Fazenda Nacional

Trump, condenação criminal e elegibilidade

Ana Maria Campos

A condenação do republicano Donald Trump a 34 acusações de fraude contábil chamou a atenção dos brasileiros não apenas pela importância do personagem no cenário mundial. Também pelas semelhanças e diferenças entre os processos criminais e eleitorais dos Estados Unidos e do Brasil. Em entrevista ao caderno Direito&Justiça, *o procurador da Fazenda Nacional João Carlos Souto, autor do livro* Suprema Corte dos Estados Unidos — Principais Decisões *(4ª ed/2021, Editora Atlas), explica o impacto da condenação histórica do ex-presidente por ocultar um pagamento de US$ 130 mil para comprar o silêncio da atriz pornô Stormy Daniels na eleição de 2016, quando se elegeu presidente, derrotando a candidata do Partido Democrata, Hillary Clinton.*

Professor de direito constitucional e mestre e doutor em direito, Souto explica que o sistema criminal nos Estados Unidos é mais rigoroso, com penas mais altas, e tempo mais alto para o condenado alcançar algum benefício, como progressão. Em compensação, o Judiciário tende a interferir o mínimo possível nas eleições. Lá não existe Lei da Ficha Limpa, que tira do jogo políticos envolvidos em crimes, e as condenações pouco afetam as candidaturas. Por isso, mesmo condenado, Trump permanece candidato à sucessão do presidente Joe Biden e é considerado favorito.

Donald Trump é o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos a ser condenado por um crime. Mesmo assim, ele continua pré-candidato à Presidência. Como funciona o processo de inelegibilidade nos Estados Unidos?

Os Estados Unidos atribuem enorme importância à soberania popular, ao voto. Tanto que é comum nas eleições a cada dois anos a realização de consultas populares, coisa que não temos aqui no Brasil, para tratar de temas como, por exemplo, liberar a briga de galo ou o uso da cannabis. Há entendimento de que o Judiciário deve se intrometer o mínimo possível nas eleições. Observe que o caso Bush x Gore que decidiu as eleições do sucessor de (Bill) Clinton, que acabou sendo George W. Bush, foi decidido pela Suprema Corte, mas foi uma raridade. Nunca antes a Suprema Corte havia se intrometido para decidir eleição presidencial. Nos Estados Unidos, não há a figura da Lei da Ficha Limpa. Quem decide não é o juiz. Não é o Judiciário. Quem decide se alguém deve ou não ser candidato é o povo.

Divulgação

Trump foi condenado em 34 acusações. Por que não foi decretada a prisão?

Porque o crime a que ele foi condenado não é um crime grave. É uma questão de crime eleitoral. Ele vai completar 78 anos de idade e também nunca havia sido condenado antes a qualquer outro tipo de crime. Então, se juntar essas três situações, ele é um réu primário.

O que acontece se Trump, que é apontado como favorito nas eleições americanas deste ano, for eleito? Ele cumpre a pena que será imposta pelo juiz na condição de presidente?

Se ele for eleito, será uma situação bizarra, mas ele pode, sim, exercer a Presidência da República. Como eu disse, a chance de ele ser preso é mínima. Não é impossível, mas é muito difícil, inclusive, Nova York é um estado liberal junto com a Califórnia, junto com Vermont. Esse tipo de crime não é comum ser apenado com prisão. No máximo uma detenção domiciliar, alguma coisa desse tipo, ou pagar uma multa.

Ele poderá votar nas eleições?

A Lei da Florida proíbe que condenado possa votar e ele não poderia votar, salvo se for revertido em segunda instância. Também não poderá usar arma.

Caso seja eleito, poderia conceder um indulto a si mesmo?

O indulto nos Estados Unidos tem uma amplitude muito grande. Mas ele não poderia conceder indulto a si mesmo, porque se trata de condenação estadual e não federal, inclusive, essa é uma constatação fática que derruba as alegações inverídicas dele de que o (Joe) Biden o estaria perseguindo. Como Biden vai persegui-lo se essa ação foi proposta pelo Ministério Público do estado de Nova York e julgado pela Justiça estadual? De forma que Biden não tem interferência nenhuma nesse processo. Então, Trump não poderia conceder indulto a si próprio a não ser que se tratasse de crime federal, ainda assim seria polêmico.

Segundo integrantes da campanha de Trump, a candidatura do republicano recebeu uma substancial ajuda na arrecadação depois da condenação. Na sua opinião, o eleitor de Trump não liga para as acusações de fraude, não respeitam o veredicto?

O eleitorado não está dando muita importância. Basta lembrar que em 2016 ele foi acusado naquele caso chamado Access Hollywood, quando uma gravação veio a público em que ele disse que tinha uma atração muito grande por mulheres e, como ele era uma celebridade, poderia costumeiramente se aproximar das mulheres pegando na genitália. Em nenhum momento, ele contestou isso. Ele disse que poderia dar um tiro na cabeça de alguém na 5ª Avenida que nada aconteceria. Como a situação nos Estados Unidos está extremamente polarizada, ele é o candidato da direita e da extrema direita. Então é o que se tem. E o Partido Republicano, que já foi chamado de partido da lei e da ordem, foi dominado por ele e não está dando muita importância para esse tipo de comportamento.

Trump foi condenado por um júri. Na sua avaliação, até que ponto a influência política impactou esse resultado?

Muito pouco ou quase nada. São 12 membros do júri escolhidos tanto pelos advogados de Trump quanto pela Promotoria de Nova York. Então, acho que a influência política é mínima. São 12 cidadãos nova-iorquinos. Eram 34 acusações e ele foi condenado em todas por unanimidade. Aliás, lá tem que ser unanimidade. Se não fosse unanimidade, ele não teria sido condenado nas 34 acusações.

Qual a principal diferença entre os processos criminais brasileiro e americano?

Essa é uma pergunta um pouco complexa. Uma das diferenças básicas é que aqui só temos júri em casos de crimes contra a vida. Nos Estados Unidos, tem júri para praticamente tudo, inclusive, em júri cível se as partes assim optarem, por incrível que pareça. Aqui são sete membros. Lá são 12. No processo criminal nos Estados Unidos, as penas tendem a ser mais duras, mais amplas e com possibilidade de saída mais postergada, um prazo maior de cumprimento de pena do que no Brasil e alguns crimes nos Estados Unidos não são sujeitos a progressão de pena. É o que se chama without parole, sem a possibilidade de sursis, suspensão condicional da pena.

Acredita que se Trump for eleito presidente poderá de alguma forma ajudar Bolsonaro que está inelegível e pode, inclusive, ser preso?

Eles são de idênticas correntes políticas. É possível que haja uma ajuda, mas daí a dizer que será decisivo não creio. E ele tem muita coisa para se preocupar com o Oriente Médio, com Israel, Ucrânia, a presença russa na África. Os Estados Unidos têm muito a se preocupar com a fronteira com o México. Não acredito que tenha tempo para se preocupar com a eleição no Brasil.

TSE

Fim de uma gestão: defesa das urnas e combate às fake news

Ana Maria Campos

Foram dois anos de um embate constante e de muitas derrotas para o bolsonarismo. O ministro Alexandre de Moraes deixou a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) depois de viver um dos períodos mais conturbados no que se refere à disputa ao Palácio do Planalto. Na campanha de 2022, precisou de pulso firme para manter a credibilidade da urnas eletrônicas. "São três décadas de aperfeiçoamento do sistema eletrônico de votação. Desse sistema que, eu sempre faço questão de repetir, é orgulho nacional no avanço e na concretização da democracia no Brasil", afirmou Moraes, na comemoração de 28 anos das urnas eletrônicas, em maio.

Foi assim que ele se manifestou diversas vezes sobre a segurança, a confiabilidade, a plena auditabilidade e a transparência do sistema de votação e das urnas eletrônicas. Segundo Alexandre de Moraes, nunca houve qualquer indício de fraude no sistema brasileiro nas inúmeras inspeções realizadas.

Nesses dois anos, decisões da Justiça Eleitoral bombardearam as chances de uma volta do ex-presidente Jair Bolsonaro ao poder. Em junho do ano passado, por cinco votos a dois, o plenário do TSE declarou a inelegibilidade de Bolsonaro por oito anos, contados das eleições de 2022. Em tese, ele está fora do páreo nas próximas duas disputas presidenciais. A maioria dos ministros apontou a prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada, em junho de 2022, no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros. Coube a Alexandre de Moraes, na presidência do TSE, proclamar o resultado.

Antes disso, Moraes fechou as portas para qualquer possibilidade de contestação das eleições. Em dezembro de 2022, o plenário aplicou uma multa de R$ 22,9 milhões ao PL, partido de Bolsonaro, por litigância de má-fé. Foi um placar unânime que manteve liminar do presidente do TSE. Alexandre de Moraes considerou que o partido não apresentou nenhum indício e circunstâncias que justificassem a instauração de uma verificação extraordinária em urnas eletrônicas utilizadas no segundo turno das eleições, conforme havia sustentado o presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

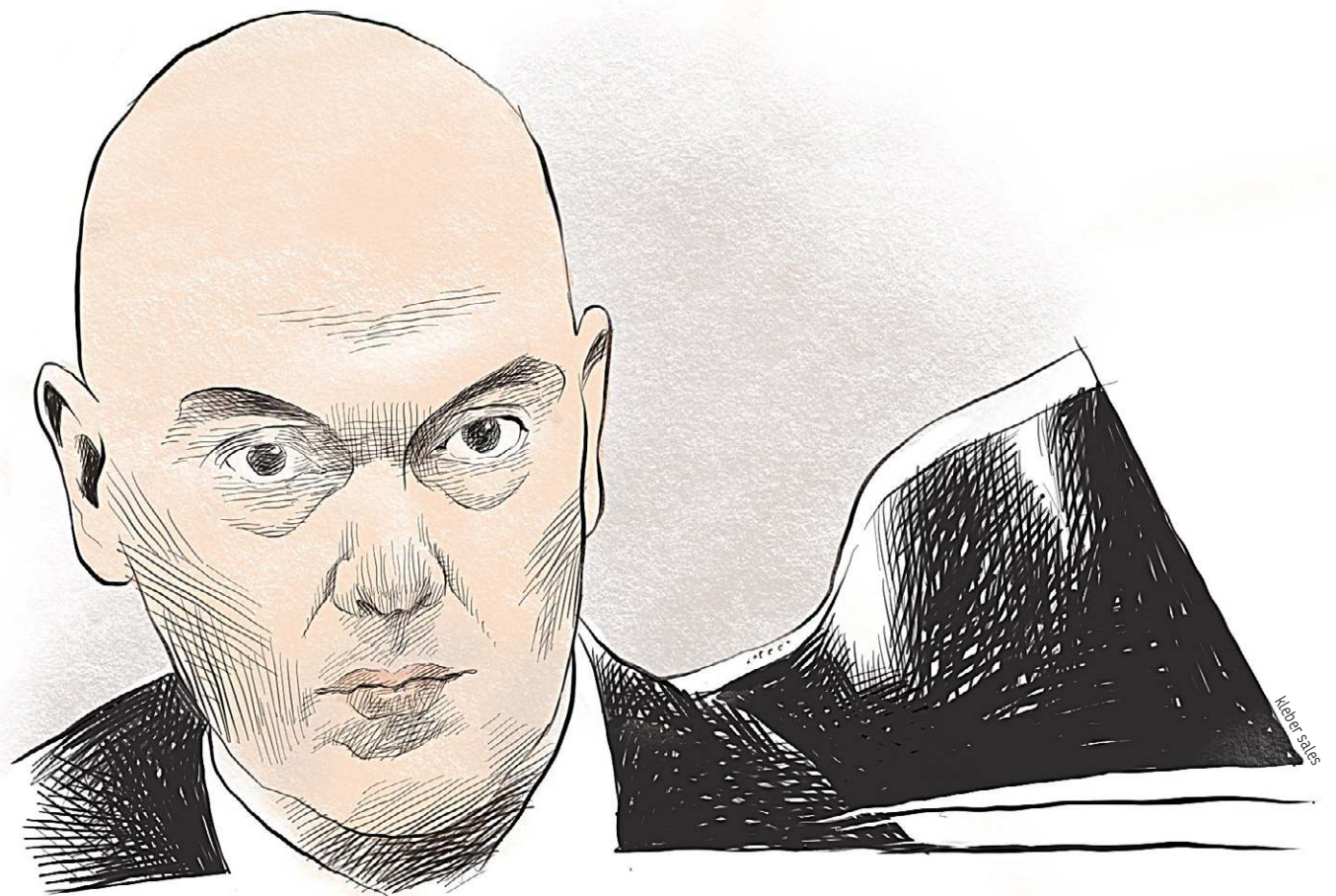
Nesse clima, Alexandre de Moraes despertou ódios e admirações. Por onde anda, ele enfrenta reações. No dia em que o magistrado deixou a presidência do TSE, a Polícia Federal indiciou a família que ofendeu o ministro em Roma, em episódio ocorrido em julho do ano passado. O magistrado voltava de um compromisso em Siena, na Itália, ao lado do filho, quando houve a agressão.

Logo depois da posse do presidente Lula, veio o 8 de janeiro de 2023, quando vândalos invadiram a Praça dos Três Poderes e depredaram os prédios da República: o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. Em entrevista ao jornal *O Globo*, o magistrado afirmou que o plano dos criminosos que participaram do vandalismo era prendê-lo e enforcá-lo na Praça dos Três Poderes. "Eram três planos. O primeiro previa que as Forças Especiais (do Exército) me prenderiam em um domingo e me levariam para Goiânia. No segundo, se livrariam do corpo no meio do caminho para Goiânia. Aí, não seria propriamente uma prisão, mas um homicídio", disse Moraes na entrevista. O terceiro plano, segundo ele, era o enforcamento na praça.

Alexandre de Moraes também declarou guerra às fake news. "A Justiça Eleitoral não tolerará que milícias, pessoais ou digitais, desrespeitem a vontade soberana do povo e atentem contra a democracia no Brasil", afirmou em 2022.

Em março deste ano, ele inaugurou o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE). A intenção é promover, durante o período eleitoral, a cooperação entre Justiça Eleitoral, órgãos públicos e entidades privadas, como plataformas de redes sociais e serviços de mensagens instantâneas privadas, para garantir o cumprimento das normas eleitorais de forma célere.

Na transmissão de cargos, a ministra Cármen Lúcia — que assumiu a Presidência do TSE — elogiou Alexandre de Moraes pelo perfil corajoso. A nova presidente ressaltou o trabalho do magistrado em defesa da democracia. Segundo ela, Moraes teve atuação "firme e rigorosa" nas eleições de 2022. "A atuação foi determinante para a realização de eleições seguras, sérias e transparentes em um momento de grande perturbação, provocada pela ação de antidemocratas, que buscaram quebrantar os pilares das conquistas republicanas nos últimos 40 anos", afirmou.

De acordo com Cármen Lúcia, a falta de êxito à "empreitada criminosa" foi tarefa de muitos, especialmente do STF e do TSE, com destaque que ficará para sempre, segundo ela, creditado à atuação rigorosa de Moraes. "Por muito mais que ainda há a se fazer — porque a democracia é um fazer permanente — pelas instituições democráticas brasileiras, muito obrigada, como cidadã e como juíza", agradeceu ao antecessor.

Visão do direito

Carolina Ranzolin Nerbass
Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça

Liz Rezende de Andrade
Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça

Luciano Almeida Lima
Servidor da Corregedoria Nacional de Justiça

Solo Seguro Favela leva dignidade e segurança jurídica a comunidades

Presentes em todos os estados do Brasil, sobretudo nos grandes centros, as favelas representam um desafio para o desenvolvimento urbano e para a inclusão social. Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tem cerca de 11.400 favelas, onde vivem aproximadamente 16 milhões de pessoas (8% da população), em um total de 6,6 milhões de domicílios.

Apesar das dificuldades enfrentadas por seus moradores, essas comunidades evidenciam grande capacidade de organização e resiliência, construindo suas próprias moradias e desenvolvendo seus próprios serviços. Nesse contexto, a regularização fundiária surge como instrumento fundamental para garantir direitos sociais básicos à população ali residente e para promover a transformação urbana, gerando importante impacto positivo no campo socioeconômico.

Foi pensando nessa parcela mais vulnerável de população brasileira que o Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, editou o Provimento nº 158, de 5 de dezembro de 2023, no propósito de instituir, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas — "Solo Seguro Favela".

Com vigência e eficácia nacional, o Solo Seguro Favela tem por finalidade fomentar ações sociais, urbanísticas, jurídicas e ambientais relativas à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), incorporando núcleos informais ao ordenamento territorial urbano e titulando seus ocupantes com os respectivos registros imobiliários, com fundamento na Lei nº 13.465/2017.

O lançamento do programa ocorreu em cerimônia no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 2023, data em que se comemora o Dia da Justiça. Na ocasião, foram entregues 80 títulos de propriedade, em uma ação que envolveu a participação de órgãos municipais e estaduais, do Poder Judiciário e dos cartórios de registro de imóveis.

A ideia do programa surgiu a partir da experiência bem-sucedida obtida no âmbito do Programa Permanente de Regularização Fundiária na área territorial dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, instituído pelo Provimento nº 144, de 24 de abril de 2023, e que, na sua primeira semana de mobilização, ocorrida entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro de 2023, promoveu a entrega de mais de 31 mil títulos de imóveis registrados nos estados Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A importância da Regularização Fundiária

De acordo com o estudo intitulado "Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira — 2023", publicado pelo IBGE, tratando, dentre outros temas, das condições de moradia, em 2022, faltava documentação para 13,6% dos brasileiros residentes em domicílios próprios.

Além dos já conhecidos problemas que a informalidade da ocupação territorial traz, como insegurança jurídica, ausência de acesso a crédito e a serviços públicos, o contexto dos núcleos urbanos informais apresenta uma peculiaridade que merece a devida atenção: em razão do processo de formação, as comunidades são marcadas por escassez de infraestrutura urbana, o que compromete a própria qualidade de vida de seus moradores.

A regularização fundiária urbana, assim, vai além da simples legalização da propriedade. Seu objetivo principal é integrar a área regularizada ao espaço urbano de forma social, econômica e ambientalmente sustentável. Isso significa garantir aos moradores acesso à infraestrutura e aos bens e serviços públicos e privados, como água, luz, transporte, educação e saúde, assegurando o direito fundamental à moradia digna e de qualidade para todos.

> **"A regularização fundiária surge como instrumento fundamental para garantir direitos sociais básicos à população ali residente e para promover a transformação urbana, gerando importante impacto positivo no campo socioeconômico"**

Os atores do processo

Para que a regularização fundiária se concretize, é fundamental uma ação conjunta de diversos atores. Os governos desempenham papel crucial, à medida em que a Lei nº 13.465/2017 conferiu responsabilidade ao Poder Executivo, sobretudo ao municipal, para coordenar e supervisionar o processo de regularização.

As agências e as instituições governamentais, como secretarias de habitação, institutos de terras e órgãos de proteção ambiental, têm a tarefa de identificar, demarcar e analisar a documentação dos imóveis, emitindo os títulos de propriedade.

Os cartórios de registro de imóveis são atores essenciais na regularização fundiária. Eles têm a responsabilidade de verificar a documentação apresentada e de registrar o título no nome do novo proprietário. Ao realizar essas tarefas de forma eficiente e precisa, os cartórios garantem a validade e a proteção dos direitos de propriedade.

O Poder Judiciário, no exercício da atividade fiscalizadora dos registros públicos, por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão central de governança da atividade notarial e registral, também tem dado importante contribuição para viabilizar a regularização fundiária, estabelecendo e mantendo diálogo permanente com a administração pública e com a sociedade para o enfrentamento da informalidade, da grilagem de terras, além de fomentar a atuação das corregedorias estaduais como grandes catalizadoras do acionamento dos atores envolvidos no processo de regularização.

O procedimento envolve, ainda, uma série de profissionais, como advogados, engenheiros agrimensores, arquitetos e assistentes sociais, que fornecem orientação técnica, jurídica e social aos beneficiários do processo de regularização. Seus conhecimentos e suas experiências ajudam a garantir que o processo ocorra de maneira justa, eficiente e respeitando os direitos das partes envolvidas.

Por fim, há os beneficiários da regularização fundiária, sejam eles proprietários de pequenas áreas urbanas, agricultores familiares ou membros de comunidades tradicionais. Ao receberem o título de propriedade devidamente registrado, eles se tornam agentes de mudança em suas comunidades.

Dessa forma, os atores da regularização fundiária desempenham papéis complementares e essenciais para o desenvolvimento nacional. Cada um contribui para essa extensa e complexa cadeia de procedimentos necessários para viabilizar a execução dessa importante política pública.

A Semana Nacional de Mobilização

Para coroar todo esse trabalho conjunto que vem sendo realizado, de 3 a 7 de junho de 2024, está ocorrendo a semana de conscientização acerca da importância da Reurb, em várias favelas do Brasil, bem como de mobilização de esforços para promover a entrega de títulos de propriedade registrados à população que vive nelas.

Na abertura da semana, ocorrida na cidade de São Paulo, na última segunda-feira, dia 3 de junho, no bairro Heliópolis, foram entregues 35 títulos de propriedade para moradores daquela comunidade. Durante a semana nacional de mobilização do Solo Seguro Favela, a previsão é de que sejam entregues, em todo o país, mais de 17 mil títulos de propriedade registrados.

Com essas ações, espera-se investir no futuro do Brasil, na construção de um país mais justo e fraterno, contribuindo para a inclusão social, a segurança jurídica, o ordenamento territorial, o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental, em benefício não apenas das comunidades atendidas, mas de toda a sociedade brasileira.

Visão do direito

Claudia Abrosio
Sócia no escritório Ayres Ribeiro Advogados, mestre em direito constitucional e processual tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Vitória Machado de Madureira
Advogada tributarista no escritório Ayres Ribeiro Advogados e graduada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

O que esperar do Programa Mover e da Reforma Tributária?

Automóveis sustentáveis. Esse é um dos anseios por um futuro mais ecológico para as próximas décadas, que parece estar andando na primeira marcha no Brasil e que nos leva à seguinte indagação: até que ponto esse cenário é factível em âmbito nacional? A fim de atender a essa demanda, percebemos a implantação de diversos programas voltados à função extrafiscal dos tributos, como o Programa Mobilidade Verde Inovação (Mover), e alguns reflexos na Reforma Tributária (EC nº 132/2023), especialmente com relação ao Imposto Seletivo (IS).

O Mover foi instituído pela MP nº 1.205/2023, que atualmente tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, em paralelo com o PL nº 914/2024. O IS, por sua vez, embora ainda pendente de regulamentação específica em lei ordinária no tocante à fixação das suas alíquotas, foi regulamentado, inicialmente, no PLP nº 29/2024, apresentado em março, com relação às suas disposições gerais e, recentemente, no PLP nº 68/2024, apresentado no final de abril, que institui a Lei Geral do IBS, da CBS e do IS.

No tocante à indústria automobilística, é possível perceber o uso da função extrafiscal, revestida pelo critério da seletividade, para proteção do meio ambiente, reforçando a ideia de que a eficiência ambiental deve ser levada em conta para garantir uma menor ou maior carga tributária. No entanto, até que ponto esse critério é, de fato, seletivo e eficaz no dia a dia?

Fato é que a função extrafiscal pode ser implementada de diversas formas no sistema tributário, como a adesão de técnicas de progressividade e diferenciação de alíquotas, concessão de isenções e outros estímulos fiscais.

É nesse ponto que o Mover objetiva a descarbonização da indústria automotiva, mediante a concessão de benefícios fiscais, como a diferenciação progressiva das alíquotas de IPI para veículos que atendam a requisitos estabelecidos em ato específico, considerando a variação mínima de (I) 2% com relação à eficiência energética, (II) 1% do desempenho estrutural e tecnologia assistiva à direção e (III) 2% em relação à reciclabilidade, a partir de janeiro de 2025, além de considerar as particularidades dos veículos, como a fonte de energia e a tecnologia de propulsão, a potência do veículo e a pegada de carbono.

Estima-se, ainda, que até 31 de dezembro de 2026, os veículos híbridos terão diferenciação de alíquota de até 3% em relação aos veículos convencionais. Uma inovação com relação ao seu antecessor, o Rota 2030, é a inclusão das medições (I) "ciclo do poço à roda" e, a partir de 2027, (II) "ciclo do berço ao túmulo", as quais parecem considerar o processo produtivo na sua integralidade, incluindo a extração de recursos naturais e a fabricação de autopeças na montagem e no descarte dos veículos.

O programa também prevê a concessão de créditos financeiros com relação a dispêndios relacionados com Pesquisa e Desenvolvimento, desde que observados requisitos específicos estabelecidos pelo MDIC e pela Portaria GM/MDIC nº 43/2024.

Por outro lado, é sabido que, no tocante ao IS, a seletividade é atribuída aos bens ou serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, sendo a sua função precípua o estímulo ou desestímulo ao consumo de determinada operação (produção, extração, comercialização ou importação).

No PLP nº 68/2024 ficou definido que o IS, como já previsto no PLP nº 29/2024, possuirá alíquotas progressivas, as quais, assim como no Mover, considerarão as especificidades do veículo: (a) potência; (b) eficiência energética; (c) desempenho estrutural e tecnologias assistivas à direção; (d) reciclabilidade de materiais; (e) pegada de carbono; e (f) densidade tecnológica.

O PLP nº 68/2024 também trouxe a possibilidade de redução da alíquota do IS a zero para veículos classificados como sustentáveis, cuja possibilidade de registro também está prevista na MP nº 1.205/2023, os quais deverão atender a critérios específicos relacionados à emissão de dióxido de carbono (eficiência energético ambiental), considerando o ciclo do poço à roda, a reciclabilidade veicular, a realização de etapas fabris no País e a categoria do veículo.

Frise-se que o PLP nº 29/2024 ainda prevê que a Lei Complementar que instituir o IS deverá estabelecer metas relacionadas à proteção do meio ambiente e da saúde, condição esta que ainda não foi bem estudada pelo Projeto da Lei Geral, o que nos indica que a seletividade do imposto ainda é dúbia.

No entanto, como já demonstrado em outros artigos de nossa autoria, essa tarefa deve ser realizada com cautela e razoabilidade. Pois bem. Outro fator importante é que, quando falamos de veículos sustentáveis, tais como os carros elétricos, enfrentamos dificuldades práticas pouco exploradas pelo governo: falta infraestrutura, a exemplo da ausência de pontos de carregamento para carros elétricos de modelo plug-in; e desigualdade social, haja vista que os carros elétricos e híbridos são, em regra, mais caros que os convencionais, entre outros.

Fato é que a atuação do Estado deve observar não somente a fiscalização, mas o incentivo e o planejamento prévio, de modo que a função extrafiscal deve levar em consideração todos os aspectos socioeconômicos, empenhando-se esforços entre políticas fiscais e políticas públicas aptas a garantir a sua verdadeira eficácia.

Ora, se o objetivo é garantir um consumo e uma produção sustentável, na prática, deve-se promover meios que viabilizem o acesso a todos os setores, interligando as cadeias de produção e a população. Isso inclui, inclusive, a previsão de um rol específico com a finalidade de efetivar o objetivo do IS e fazer jus à sua função, a qual ainda nos parece muito tímida e nos leva à seguinte pergunta: o papel principal será desestimular um consumo prejudicial ao meio ambiente ou aumentar a arrecadação?

Até o momento, os veículos sustentáveis parecem ser o foco das disputas legislativas no tocante ao IS, mas vale lembrar que eles, por si só, não são os responsáveis pela calamidade ecológica em que vivemos e tampouco serão os heróis do meio ambiente. Isso porque, para garantirmos um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as próximas gerações é necessário que todos os setores sejam observados, bem como os seus efeitos. No mais, não podemos esquecer que a extrafiscalidade é um mecanismo auxiliar, que deve atuar em conjunto com outras políticas públicas.

Ao final percebemos que, nesse momento de alvoroço legislativo, o importante é garantir que esse mecanismo extrafiscal não perca a sua finalidade principal: garantia da proteção ao meio ambiente e à saúde. Afinal, as políticas públicas com a finalidade extrafiscal devem ser concedidas por tempo determinado, até que seu objetivo seja atingido.

Paulo Roque Khouri,
Advogado especialista em direito dos contratos, responsabilidade civil e consumidor, professor e doutor em direito privado e constitucional pelo IDP

Consultório jurídico

O que o consumidor deve fazer se a operadora do plano de saúde deixar de enviar o boleto de pagamentos para caracterizar inadimplência e, com isso, rescindir o contrato?

O consumidor, segundo a lei dos planos, não pode atrasar o pagamento das mensalidades por mais de 60 dias, o que autoriza, após devidamente motivado pela operadora, a rescisão se o pagamento, mesmo em atraso, não for efetuado neste período. E se o consumidor não recebe o boleto? Primeiramente, o consumidor deve informar tal fato imediatamente à operadora do plano de saúde.

Se, mesmo assim, a operadora não regularizar o envio do boleto, ele pode, neste caso, fazer um depósito em qualquer agência bancária do BRB, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal na forma de consignação em pagamento.

Neste caso, o próprio banco notificará a operadora do plano de saúde de que o valor se encontra à sua disposição. São muito importantes essas providências para evitar a alegação maldosa do plano de inadimplência do consumidor e, assim, proceder a rescisão unilateral do plano.

Visão do direito

Gustavo Taparelli
Especialista em direito tributário, sócio do Abe Advogados

Amanda Pereira
Especialista em direito tributário, advogada do Abe Advogados

A crise da desoneração da folha e a instabilidade jurídica

A recente suspensão dos efeitos da Lei nº 14.784/2023 pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7633, trouxe à tona a insegurança jurídica exposta aos contribuintes beneficiados pelo regime da desoneração da folha de pagamentos. Não bastasse a expectativa gerada no final de 2023 até o Congresso derrubar o veto presidencial à prorrogação do regime até 2027, atualmente, os setores beneficiados contam com o prazo de 60 dias para que o governo e o Congresso cheguem a um consenso com relação ao destino do regime.

Isso porque, a medida cautelar concedida pelo STF para suspender os efeitos da prorrogação do regime até 2027, com fundamento na falta de análise adequada do impacto financeiro, foi suspensa por 60 dias após pedido da Advocacia-Geral da União.

Se ao final dos 60 dias não houver uma nova legislação, os efeitos da decisão do STF poderão ser retomados, de modo que tal solução provisória expõe a falta de previsibilidade e de estabilidade no ambiente jurídico-econômico brasileiro, bem como a fragilidade de um sistema em que as regras tributárias mudam de maneira repentina e impactam negativamente o planejamento das empresas.

A desoneração da folha é vital para diversos setores econômicos que empregam grande quantidade de trabalhadores, como tecnologia da informação, call centers, confecções, calçados e outros, permitindo a substituição da contribuição patronal de 20% sobre a folha de salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Assim, Congresso e governo buscam, por meio do Projeto de Lei nº 334/2023, a manutenção do regime da desoneração até 2027, com a introdução de um mecanismo de reoneração gradual da tributação, isto é, um ajuste progressivo das alíquotas sobre a receita bruta, até que as empresas se adaptem à retomada do recolhimento da contribuição de 20%.

As incertezas sobre a aprovação e a implementação das novas regras ao final do referido prazo de 60 dias mantêm o ambiente de insegurança e obriga as empresas a operarem sob uma constante ameaça de mudanças abruptas nas regras tributárias. Além disso, a indecisão quanto às regras dificulta o planejamento e desencoraja o empresário a realizar investimentos e contratações, bem como potencializa o aumento dos custos operacionais.

A percepção de que decisões judiciais podem mudar rapidamente e que leis são alteradas ou suspensas sem previsibilidade desincentiva empresários e investidores, além de ratificar o sentimento de um ambiente de negócios arriscado e volátil, limitador do crescimento econômico.

Por fim, é imperativo que governo e Congresso discutam a questão de forma mais abrangente e avaliem a possibilidade de implementar uma tributação mais eficiente, que não onere excessivamente os empresários, especialmente de referidos setores que mais empregam no Brasil, e que incentive o crescimento empresarial e os investimentos no País.

Visão do direito

Railane Roma da Silva
Advogada criminalista do Escritório Jorge Advogados

Descriminalização das drogas com critérios claros

A descriminalização das drogas é um tema que suscita debates intensos no âmbito jurídico, social e político. A discussão envolve não apenas questões legais, mas também implicações na saúde pública, segurança, economia e direitos humanos.

Inicialmente, é fundamental diferenciar descriminalização de legalização. A descriminalização consiste na remoção de sanções criminais para o uso pessoal de drogas, mantendo, no entanto, as infrações administrativas ou outras sanções civis. Por outro lado, a legalização implica na regulamentação completa do uso, produção e comercialização das substâncias, integrando-as ao mercado formal.

No Brasil, a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) ainda criminaliza o uso e posse de drogas para consumo pessoal, embora não preveja penas privativas de liberdade para usuários. A distinção entre usuário e traficante é feita pelo juiz, considerando a quantidade de droga, o local e as circunstâncias do fato, bem como a conduta e antecedentes do agente.

Apesar disso, recentemente, o tema da descriminalização das drogas ilícitas ganhou grande repercussão no Brasil. A Câmara dos Deputados propôs a Emenda à Constituição (PEC) 34/23, que visa proibir a descriminalização da posse, porte e uso recreativo de drogas entorpecentes ou psicotrópicas que causam dependência. Em paralelo, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento sobre a constitucionalidade do artigo 28 da Lei 11.343/2006, que trata da diferenciação entre usuário e traficante de drogas.

A PEC 34/23 visa alterar a Constituição para proibir a descriminalização da produção, posse, tráfico e consumo de drogas entorpecentes e psicotrópicas. O texto também impede a legalização de tais substâncias para fins recreativos, mas permite a pesquisa científica para desenvolvimento de substâncias medicinais.

A PEC levanta algumas questões jurídicas importantes, tais como, uma violação aos direitos fundamentais, como o direito à privacidade e à autonomia individual, na medida em que criminaliza comportamentos que podem ser tratados sob uma ótica de saúde pública. Além de gerar um significativo impacto na Justiça Criminal, visto que, a manutenção da criminalização pode perpetuar o encarceramento massivo por delitos menores relacionados a drogas, contribuindo para a superlotação carcerária e o agravamento de questões sociais e raciais.

Por outro lado, o STF retomou o julgamento da constitucionalidade do artigo 28 da Lei 11.343/2006, que diferenciou a figura do usuário da figura do traficante, mas, apesar de deixar de prever pena de prisão para os usuários, manteve a criminalização desses, que continuam sendo alvos das medidas judiciais, mesmo que brandas. Até agora, cinco dos oito ministros que votaram se manifestaram a favor da descriminalização.

O ponto central do julgamento no STF é definir a quantidade de drogas que diferencia um usuário de um traficante. Essa delimitação é crucial para garantia da justiça e igualdade, visto que a ausência de critérios objetivos atualmente permite discricionariedade excessiva, que pode resultar em tratamento desigual baseado em fatores socioeconômicos e raciais, isso porque é inegável que hoje, no Brasil, essa diferenciação vai depender da classe social e etnia do indivíduo que foi apreendido portando o entorpecente, no passo em que o tratamento dado a um indivíduo branco, ainda mais se este pertencer a classe média ou alta, não é o mesmo dado a um indivíduo pobre, preto e periférico.

Além disso, o julgamento da Suprema Corte deve dar maior segurança jurídica sobre o tema, tanto para os cidadãos quanto para as autoridades judiciais.

No mais, embora o julgamento seja significativo, vale ressaltar que a decisão do STF se aplicará apenas à maconha. Mesmo que a corte decida pela descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, outras drogas permanecerão sob o regime atual da Lei 11.343/2006.

A discussão sobre a descriminalização das drogas no Brasil é complexa e multifacetada. A PEC 34/23 e o julgamento do STF representam pontos cruciais nesse debate, trazendo à tona questões fundamentais sobre direitos individuais, justiça social e políticas de saúde pública. Independentemente dos resultados dessas iniciativas, é essencial estabelecer critérios claros para distinguir usuários de traficantes, garantindo um tratamento justo e igualitário a todos os cidadãos.

Visão do direito

Ricardo Silva
Especialista em direito público, servidor efetivo do STJ, professor de cursos jurídicos e instrutor interno em várias instituições jurídicas

Janela de oportunidades na advocacia

Segundo artigo da *Revista Consultor Jurídico*, apenas quatro em cada 100 recursos especiais inadmitidos nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais são apreciados no mérito pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de acordo com estatística apresentada pela ministra Assusete Magalhães.

No Supremo Tribunal Federal (STF), a situação é semelhante, pois, a taxa de provimentos recursais é de apenas 6,3%. E esse reduzidíssimo número de recursos especiais e recursos extraordinários cujo mérito é analisado no STJ e STF, respectivamente, somente existe porque os advogados atuantes nestas Cortes fazem parte de um restrito grupo de profissionais que dominam a admissibilidade desses recursos excepcionais.

A propósito, cabe destacar que recentemente foi divulgado o *1º Estudo Demográfico da Advocacia Brasileira*, resultado de uma parceria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getulio Vargas (CIAPJ/FGV), com o auxílio científico do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe). Da extensa e profunda pesquisa realizada, pode-se destacar algumas conclusões que auxiliam o entendimento sobre as dificuldades encontradas pelos profissionais da advocacia no mercado de trabalho, mesmo num país cujo Judiciário é extremamente estruturado e capilarizado para atender à população brasileira. Segundo o referido estudo, o número de advogadas e advogados no país passou de 750 mil em 2012 para os atuais 1.300.476 inscritos na OAB.

Desse imenso contingente de profissionais da área jurídica, 64% têm rendimento individual auferido no exercício da advocacia até cinco salários-mínimos, outros 15% têm rendimento entre mais de cinco a 10 salários-mínimos e 12% recebem rendimentos acima de 10 salários-mínimos. É fato notório que os cidadãos nunca buscaram tanto o Poder Judiciário como atualmente. Extrai-se do relatório *Justiça em Números 2023*, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em 2022 foram mais de 31,5 milhões de novos processos, um incremento de 10% em relação ao ano anterior e recorde na série histórica nos últimos 14 anos.

Em outubro de 2023, 84 milhões de processos tramitavam nos tribunais do país, segundo o CNJ. Diante de números tão grandiosos em relação à quantidade de autos judiciais em curso no Poder Judiciário, pergunta-se por qual razão cerca de 25% do total de advogadas e advogados ainda desempenham outra atividade profissional além da advocacia. No item 5 do estudo sob exame, denominado "Satisfação com a atividade e percepção sobre a prática da advocacia no Brasil", 54% dos entrevistados deram notas de 7 a 10 sobre seu grau de satisfação com a atividade profissional, numa escala de 0 a 10.

A média de satisfação é de 6,3. Nesse item, na "Avaliação de aspectos específicos da carreira", "oportunidades de qualificação e estudo" tem a maior média (6,5) e "remuneração e ganhos" tem a menor média (4,7). Deste estudo inédito se extrai, na sua conclusão, a existência de uma parcela de 4% de indivíduos que, apesar de terem sido aprovados no exame da OAB, se encontram fora do mercado de trabalho jurídico.

Como exemplo de busca por melhores oportunidades de qualificação e estudo — que naturalmente refletem no aumento da empregabilidade e no incremento da remuneração das advogadas e dos advogados — pode-se citar o domínio das técnicas de admissibilidade do recurso especial e do recurso extraordinário, os quais objetivam levar ao STJ e ao STF o exame, respectivamente, das questões legais e constitucionais, para reformar as decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais.

Giselle Vergal Lopes
Sócia do escritório Viseu Advogados, especialista em direito processual cível pela PUC-SP e em direito imobiliário pela Universidade Secovi-SP

Consultório jurídico

Qual é o impacto da destruição dos imóveis atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul nos contratos de locação?

São muitas as consequências jurídicas relacionadas aos aspectos imobiliários decorrentes da tragédia ocorrida no estado do Rio Grande do Sul. Aqui trataremos exclusivamente dos impactos nas locações de imóveis atingidos e as responsabilidades e direitos das partes.

Ainda que estejamos diante de uma situação bastante delicada e específica, a Lei Federal n.º 8.245/91 (Lei de Locações), assim como o Código Civil, possuem elementos suficientes para dar o tratamento adequado ao tema. Inicialmente, notem que a principal obrigação (legal) do locador é garantir ao locatário o uso contínuo do bem para o fim ao qual ele se destina. No caso de uma destruição total do imóvel, que por força de um desastre natural, cuja consequência é a perda do objeto contratual, ou seja, a não mais existência do bem (além dos seus destroços), não nos parece haver direito ao locador em continuar a receber aluguel por um bem que não mais existe.

No que se refere à obrigação de reconstrução do imóvel atingido, a posição mais razoável, de acordo com as disposições legais, é a atribuição da responsabilidade ao locador, proprietário do bem afetado. Por mais que a Lei de Locações preveja a obrigação do locatário em "(...) realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos", além do fato de que o contrato de locação perdeu o seu objeto (não existe mais o bem que havia sido locado), o dano ocorreu em decorrência de evento alheio à vontade das partes.

Se o imóvel afetado não tiver sido destruído em sua totalidade ou danificado a ponto de inviabilizar sua ocupação, ou seja, se puder ser utilizado, ainda que parcialmente, a situação é um pouco diferente e deve ser avaliada em algumas frentes distintas. Quanto à continuidade do recebimento do aluguel pelo locador, o tema precisa ser analisado de forma individual e de acordo com as peculiaridades de cada caso, pois vai depender das condições em que estiver o imóvel, do interesse e necessidade do locatário frente ao dano que afetou o bem.

Pode-se atribuir, por exemplo, um valor de aluguel parcial, proporcional à área que puder ainda ser ocupada pelo locatário, algum período de carência ou outra condição que somente poderá ser avaliada de forma concreta. A responsabilização de reparação ou recomposição do imóvel, novamente, pelos mesmos fundamentos legais mencionados acima, a responsabilidade deverá ser atribuída ao locador, uma vez que não há, neste caso, qualquer participação ou culpa do locatário no evento que deu causa ao dano, excetuando-se a hipótese de o locatário ter assumido o risco em responder por prejuízos resultantes de eventos de força maior, de maneira expressa e inequívoca, sendo esta uma condição possível, válida juridicamente e, inclusive, prevista no Código Civil.

Contudo, mesmo se possível a reconstrução do imóvel ou sua ocupação parcial, devemos questionar: será que é do interesse do locatário se manter naquele local? Além de questões próprias e particulares de cada locatário, a não-responsabilização por prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior é aplicável para as hipóteses nas quais não era possível prever o evento que causou o dano. Hoje temos diversos indicadores que demonstram (até mesmo por mapas interativos) as informações e estatísticas de regiões de risco (futuro) que poderão sofrer novamente as consequências, sejam elas hidrológicas — inundações ou alagamentos — ou geológicas.

Este é um fator que deve ser considerado para as futuras relações locatícias (ou para as que serão mantidas) e, certamente, trará muitas interpretações jurisprudenciais e doutrinárias diferentes, além de impactos jurídicos às relações contratuais. No mais, recomendamos sempre avaliar se nos contratos de locação firmados (especialmente em casos de locações não residenciais) há previsão da contratação de seguro patrimonial para cobrir danos ao imóvel locado, cuja apólice pode ser acionada (desde que haja a previsão de cobertura de prejuízos sofridos em decorrência de algum fenômeno natural). Desse modo, caso exista a contratação securitária, recomenda-se verificar na apólice se a cobertura abrange enchentes, deslizamentos e outros eventos semelhantes.

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A | Diretora de Redação: Ana Dubeux; Edição: Ana Maria Campos; Diagramação: Arthur Filho; Arte e Ilustrações: Kleber Sales